

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Abril de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1060 • Director: Carlos Brito

Apresentada anteontem

LISTA CDU

ao
Parlamento
Europeu

Pág. 24



20 anos Avante! Suplemento

VIVA 7 ABRIL AS LUTAS PELA LIBERDADE



Alentejo 20 anos depois

• Artigo de
António Murteira

Pág. 15

TOMAR



Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

PCP entregou as contas
no Tribunal Constitucional

Pág. 9

PARA
FESTEJAR
ABRIL TRAZ
OUTRO AMIGO
TAMBÉM!

14.15.MAIO
Amora-SEKAL

FESTIVAL

LIBER
DA
DE

Pág. 8

Pelo progresso de Portugal num europeu cooperado



CDU apresenta lista para as eleições europeias

RESUMO

30 Quarta-feira

Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões, em protesto contra os salários em atraso, concentram-se à porta das instalações da empresa bloqueando a saída dos automóveis da administração ■ É noticiada a descoberta, pela Polícia Judiciária e a Direcção Distrital de Finanças de Faro, de cerca de 500 mil contos de facturas falsas ■ O Banco de Portugal é obrigado a intervir em defesa do escudo, alvo de um forte ataque especulativo ■ Croatas e sérvios da Krajina assinam um acordo de cessar-fogo geral destinado a entrar em vigor na próxima segunda-feira ■ Os responsáveis militares israelitas impõem o recolher obrigatório nos territórios ocupados ■ Ernesto Zedillo é nomeado pelo Partido Revolucionário Institucional, no poder, candidato às eleições presidenciais ■ O secretário-geral do ANC exige a instauração imediata do estado de emergência na província do Natal ■ Classificando-se para as meias-finais da Taça dos Campeões Europeus, o F. C. Porto goleia o Werder Bremen, campeão alemão, por 0-5.

31 Quinta-feira

Numa sessão de esclarecimento, em Coimbra, o deputado comunista europeu Sérgio Ribeiro adverte que o alargamento da União Europeia pode ser prejudicial para Portugal ■ No primeiro dia da sua entrada ao serviço, milhares de automobilistas provocam o engarrafamento do novo troço da Marateca durante o êxodo pascal para o Sul do país ■ Segundo o recenseamento para as eleições europeias, apenas 568 cidadãos estrangeiros residentes em Portugal se inscreveram até agora nos cadernos eleitorais ■ Na sequência dos gravíssimos incidentes registados nos últimos dias, o presidente Frederik de Klerk decreta o estado de emergência na província do Natal, na África do Sul.

1 Sexta-feira

Em protesto contra a taxa de 0,7 a 1,1 por cento que os bancos pretendem cobrar pelo pagamento do serviço de Multibanco, começa o boicote dos revendedores de combustíveis àquela forma de pagamento ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Andrei Kosirev, afirma que o país vai aderir, ainda este mês, como previsto, à chamada «Parceria para a Paz», proposta pela NATO ■ Entretanto, Boris Ieltsin prepara-se para apoiar os esforços do «reformista» Igor Gaidar para criar um novo partido político.

2 Sábado

Durante uma vigília realizada na Igreja dos Clérigos, no Porto, é criticada a falta de resposta do Governo aos compromissos assumidos para o

apoio aos refugiados timorenses ■ É assassinado por desconhecidos, na Guatemala, o presidente do Tribunal Constitucional ■ Em Moscovo, Vladimir Jirinovski exige ao seu partido plenos poderes, por dez anos, para lançar a sua candidatura presidencial ■ Eliminando os seus respectivos adversários nas meias-finais da Taça de Portugal, o F. C. Porto e o Sporting qualificam-se para a final da mesma competição ■ Em Montreux, Suíça, a selecção nacional de Hóquei em Patins goleia uma selecção do continente americano por 8-3 numa partida inserida na Taça das Nações.

3 Domingo

Morre em Lisboa o professor Agostinho da Silva, filósofo e ensaísta de elevado prestígio na cultura portuguesa ■ Em comparação com o ano passado, e segundo os primeiros dados vindos a público, o fim de semana da Páscoa viu aumentar o número de mortos e de feridos em mais de seis centenas de acidentes de automóvel nas estradas portuguesas ■ As sondagens hoje publicadas na imprensa inglesa, mostram que a popularidade do primeiro-ministro britânico, John Major, descê aos níveis mais baixos dos últimos tempos ■ Numa reunião realizada no Cairo, os representantes de Israel e da OLP chegam a acordo sobre o envio de uma força policial palestina para a Faixa de Gaza e Jericó ■ Com a vitória do tenista espanhol Carlos Costa, termina o Estoril Open deste ano.

4 Segunda-feira

Com a deslocação de Mário Soares ao estuário do Sado e à costa alentejana, tem início a «presidência aberta» dedicada ao tema do ambiente ■ O ministro da Saúde, Paulo Mendo, demite a administração do Hospital Distrital de Beja ■ Parecem destinadas ao malogro as conversações entre os partidos da direita italiana para formar um novo Governo ■ Devido a um acto de sabotagem da UNITA aos postos que transportam energia a partir da central de Cambambe, a cidade de Luanda encontra-se privada de água e electricidade.

5 Terça-feira

CGTP reúne com direcção do PS para debater a necessidade de crescimento salarial, de protecção social, do combate ao desemprego e do respeito pelos direitos laborais ■ Carlos Carvalhas denuncia, na Covina, que empresas portuguesas «poderão tornar-se armazéns de multinacionais» ■ Milhares de zulus desfilam em Empangeni, equipados com armas tradicionais, enquanto mediação internacional é adiada para a próxima semana ■ Negociadores de Israel e da OLP ultimam, no Cairo, um acordo sobre a polícia palestina ■ Londres e Dublin rejeitam o cessar-fogo unilateral decretado pelo Exército Republicano Irlandês.

Discernir o essencial

Depois da pausa da Páscoa, várias linhas se entrecruzam na actualidade política nacional. No emaranhado de questões e de processos que se apresentam e desenvolvem num país em crise económica, social e política, como acontece actualmente com o nosso, é de grande importância saber discernir as linhas essenciais.

Entre estas linhas, quatro se distinguem especialmente como exigindo um atento acompanhamento.

Referimo-nos: à Presidência Aberta sobre «o ambiente e a qualidade de vida»; às comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril; às eleições para o Parlamento Europeu; à situação social e à luta dos trabalhadores.

As três últimas constituem mesmo, como foi sublinhado pela última reunião do Comité Central, direcções prioritárias de trabalho para o PCP.

A Presidência Aberta oferece o grande interesse de representar uma forma forte de sensibilização da opinião pública portuguesa para os problemas do ambiente e da qualidade de vida.

A degradação ambiental (e ainda mais a da qualidade de vida) atingiu tais proporções em algumas zonas que vão ser abrangidas pela Presidência Aberta que o simples facto de serem visitadas constituirá um objectivo questionamento e uma grave responsabilização do poder.

O Governo de Cavaco Silva tentou preaver-se desta vez contra esta circunstância ao mostrar a melhor cara possível aos eventuais dissabores da Presidência Aberta e ao destacar em absoluta permanência a ministra Teresa Patrício Gouveia para acompanhar o Presidente da República.

Além disso, numa nítida concorrência com Belém, o Primeiro-Ministro escolheu o próprio dia do início da Presidência Aberta para declarar que o «ambiente é a prioridade do executivo desde há 8 anos.»

O que se espera é que estes expedientes governamentais não acabem por colher benefícios, empurrando responsabilidades para as autarquias, como será aliás a tendência de alguma comunicação social, quando essas responsabilidades cabem quase por inteiro ao actual e a anteriores governos.

Em relação às comemorações do 25 de Abril, é muito positivo que esteja assegurado o desfile popular da Avenida da Liberdade, como um dos grandes actos comemorativos ao lado dos actos de carácter oficial da Assembleia da República, do Largo do Carmo e da parada militar.

É a partir de agora essencial que se trabalhe empenhadamente para assegu-

rar o maior sucesso para o desfile em termos de mobilização e de impacto público.

Entretanto, as tentativas de reescrever a história da revolução, branquear a ditadura fascista e a guerra colonial, esbater o papel do PCP e das massas populares continuam a ser feitas tanto pela direita e pela extrema direita como por elementos da área do PS, designadamente, em colóquios e entrevistas promovidos por grandes meios de comunicação social e até em obras de maior responsabilidade.

A resposta à diversão, à deformação e à calúnia incluídas nestas tentativas de reescrever a história é presentemente uma importante tarefa.

Há, contudo, muitas e muitas outras iniciativas incluindo colóquios e outros debates, promovidos pelas mais diversas entidades, com verdadeiro espírito de isenção e sentido democrático, que se têm revelado de grande importância para a reposição da verdade e o esclarecimento das jovens gerações.

Para a CDU, uma tarefa essencial vai ser pôr em grande evidência a justiça da sua firme oposição a Maastricht, hoje cabalmente confirmada pelo rasto de desastrosas consequências que o Tratado já deixou na nossa economia e na situação social do País, especialmente na situação dos trabalhadores portugueses.

É também de assinalar o esforço excepcional do PCP e das suas diferentes organizações regionais e locais para contribuir, através de numerosas iniciativas políticas e de propaganda - pendões, cartazes, folhetos e outros - para a comemoração condigna da data gloriosa do 25 de Abril.

Com a apresentação da lista completa da sua candidatura ao Parlamento Europeu, a CDU deu mais um importante passo na pré-campanha para as «europeias».

O PCP e os seus aliados da CDU têm a grande vantagem de se apresentarem sem disfarces, nem máscaras, reafirmando claramente as posições que sempre tiveram e enaltecendo o trabalho dos seus deputados em Estrasburgo e em Bruxelas.

Como salientou Luis Sá, no acto da apresentação da lista: «A nossa verdade

não muda conforme o candidato e o seu lugar na lista ou conforme estamos em Lisboa, no Porto ou em Bruxelas.»

Para a CDU, uma tarefa essencial vai ser pôr em grande evidência a justiça da sua firme oposição a Maastricht, hoje cabalmente confirmada pelo rasto de desastrosas consequências que o Tratado já deixou na nossa economia e na situação social do País, especialmente na situação dos trabalhadores portugueses.

Outra tarefa essencial vai ser a de pôr em grande evidência a hipocrisia do PSD e do PS, os entusiásticos defensores de Maastricht e das suas políticas de convergência e que hoje procuram separar-se dessas políticas como se elas não fossem parte essencial do Tratado que continuam a defender.

A CDU tem boas razões para estar confiante. Mas não vai ser uma campanha de facilidades. Vai ser necessário um intenso trabalho de esclarecimento para rebater as posições demagógicas e muito confusas das principais forças adversárias. Vai ser necessário um intenso trabalho de mobilização de um eleitorado em grande parte desenganado e desmotivado. A CDU tem condições únicas para o fazer.

A realização, amanhã, dia 8, do Conselho Nacional da CGTP e do Plenário dos Sindicatos, vai constituir seguramente um novo impulso na luta dos trabalhadores.

Trata-se de assegurar a adequada continuidade ao sucesso do Aviso dos Trabalhadores e da Jornada de Luta e de canalizar para novas acções de grande vulto as disposições combativas aí tão vivamente demonstradas.

É ao Governo e ao grande patronato que caberão as responsabilidades pela agudização da conflitualidade social se entretanto não responderem clara e positivamente ao essencial das reivindicações em matéria de salários, de emprego, de segurança social e o pleno respeito pelos direitos legal e constitucionalmente consagrados.

Como temos, no entanto, salientado nenhuma força política se pode eximir de tomar posição perante o grave conflito que opõe os trabalhadores e os sindicatos ao Governo e ao grande capital.

As posições do PCP e do seu órgão central são completamente claras a este respeito. São de total apoio e incentivo à luta dos trabalhadores.

O PCP está, por isso, plenamente solidário com as novas lutas em curso, dos trabalhadores da alimentação, bebidas e tabacos, da Tabaqueira, das indústrias eléctricas e electrónicas, da Carris, da administração pública, das instituições privadas de solidariedade social e da administração local.

Não há desenvolvimento do País sem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A. 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
A 16 às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00,
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou na terça-feira as instalações da Covina, onde manteve ainda encontros com a administração e com representantes dos ORT's. A visita terminou com um almoço na cantina, onde Carlos Carvalhas dirigiu algumas palavras aos trabalhadores da empresa.

Basta de abates na Unicoopesca/Pescagest reclamam os pescadores de Peniche que exigem do Governo e da administração medidas para viabilizar a maior empresa do concelho. Para a Comissão Concelhia de Peniche do PCP, a situação de crise no sector das pescas agrava-se, continuando os abates de embarcações e a destruição de postos de trabalho que colocam muitas famílias na miséria.

O PCP alerta que até ao momento não existem quaisquer compensações para os pescadores e recorda que o Grupo Parlamentar comunista apresentou um projecto de resolução onde defende a criação de um programa de compensação financeira para os pescadores que percam os seus postos de trabalho por motivo de abate e imobilização definitiva ou temporária de embarcações.

Tarifas de saneamento agravadas em 40 por cento e a água mais cara da região é o preço que os consumidores do Concelho de Cascais vão pagar pela construção do sistema de saneamento da Costa do Estoril. Também em Oeiras já foi anunciada a introdução de uma nova tarifa de saneamento que, acrescida à taxa do lixo, penalizará duplamente a população do concelho.

Como indicam as comissões concelhias do PCP de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, «nada justifica, a não ser uma lógica de extorsão à população, que os custos totais da construção não sejam integralmente suportados pela Administração Central», tanto mais que «se encontram disponíveis e canalizados para a construção do sistema de saneamento da Costa do Estoril novos financiamentos comunitários».

O PCP acusa o Governo de «procurar atirar para cima das autarquias e das populações o custo da sua manifesta incompetência e incapacidade para concluir um sistema de saneamento» lançado em 1985 e cuja primeira fase só agora entrará parcialmente em funcionamento, enquanto a segunda fase ainda não tem concurso lançado.

O abandono pelo PSD da reunião de Câmara de Lisboa e as declarações produzidas em conferência de imprensa pelos seus vereadores, na passada semana, «são peças combinadas de uma mesma atitude que tem vindo a caracterizar a sua intervenção na nova vereação», afirma um comunicado do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa do PCP que acrescenta:

«A leviandade e a irresponsabilidade são as expressões visíveis de uma falta de orientação alternativa minimamente coerente, no dia a dia, à da maioria que o povo de Lisboa reconfirmou em Dezembro de forma inequívoca.

«Ao fugir à discussão em Câmara do Plano e Orçamento, o PSD foge à responsabilidade de ser confrontado com o reconhecimento que muitas das dificuldades da Câmara resultam da política do PSD.

«Em vez disso, o PSD prefere ficar a falar sozinho em conferência de imprensa.

«O PCP entende que o debate em torno deste Plano e Orçamento tem que ser feito, as responsabilidades do Governo serem identificadas e que se devem ir criando as condições para que as expectativas da população, adiadas pelas presentes limitações orçamentais, possam rapidamente ter resposta positiva com maior investimento na qualidade da vida humana».

«Estratégias de combate à droga e as respostas da sociedade» é o tema de uma audição que terá lugar na próxima quarta-feira, no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa.

A iniciativa conta com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e é promovida pelos deputados do PCP no PE, pelo Grupo Parlamentar comunista na AR e pelo Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Toxicoddependência.

Na sessão serão debatidos entre outros temas a prevenção e as questões ligadas à despenalização, regulamentação e liberalização do tráfico e consumo de drogas.

Uma centena de militantes, simpatizantes e amigos do PCP participaram num almoço comemorativo dos 73^o aniversário do Partido, promovido, no passado dia 20 de Março, pela Comissão Concelhia de Santo Tirso.

Na iniciativa intervieram Ilda Figueiredo, membro do Comité Central, Miguel Renato, membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso, e Abílio Martins, membro da Assembleia de Freguesia de Vila-rinho.

Leiria

Verbas comunitárias não chegam aos municípios

A DORLEI do PCP condena «a gestão partidarizada e clientelar» do novo Quadro Comunitário de Apoio, da qual ficam arredados os principais agentes interessados

«É justo o sentimento de frustração e revolta expresso pelas autarquias da região acerca dos montantes previstos nas intervenções regionais incluídos no PDR e destinados às autarquias», considera a Direcção Regional de Leiria do PCP, reunida em 26 de Março para analisar o Plano de Desenvolvimento Regional.

A escassez dos meios previstos para os programas operacionais da região Centro e de Lisboa, para já os únicos a que os municípios de Leiria poderão apresentar candidaturas; é agravada pelo facto do seu raio de acção ter sido alargado a novas áreas com possibilidade de financiamento, como o ambiente, desporto, educação, turismo, património cultural e reabilitação urbana.

De qualquer modo, a distribuição institucional das subvenções comunitárias prevê para os municípios apenas nove por cento do total das subvenções.

Os comunistas de Leiria afirmam que a marginalização dos

municípios nas intervenções sectoriais, particularmente nos programas e linhas de acção das infra-estruturas de transporte, educação, formação profissional e emprego ou do ambiente e reabilitação urbana, «acentua e agrava, ao contrário do que foi anunciado, todo o processo de centralização e governamentalização do Programa de Desenvolvimento Regional.

Por outro lado, a única referência ao ambiente consiste numa intervenção não quantificada no Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, o que coloca dúvidas sobre a veracidade do programa anunciado pelo Governo para a despoluição da Bacia do Lis.

O PCP alerta que «podemos estar perante um enorme embuste e uma operação meramente eleitoral» já que não está assegurado o financiamento daquele programa, fazendo prever que o Governo não irá realizar uma acção integrada de saneamento e despoluição, mas



apenas, com os dinheiros das autarquias, acções pontuais de despoluição e saneamento.

A esta situação juntam-se «crescentes rumores» de privatização da rede de saneamento da Bacia do Lis, «com preferência na candidatura aos fundos comunitários pelo sector privado em detrimento das autarquias, o que significará novos e inaceitáveis encargos para as populações», denuncia a DORLEI.

Na análise ao PDR, aquela estrutura regional do PCP indica ainda que não se vislumbra qualquer intervenção no degradado sector produtivo regional,

particularmente nas vertentes tradicionais caso do sector limeiro, que com o encerramento iminente da Fábrica de Aços, inviabilizará todas as unidades existentes, com consequências graves para a população da freguesia de Vieira de Leiria.

Por último, a DORLEI apela a todas as organizações sociais e económicas da região para que exijam «uma gestão participada dos fundos comunitários, única forma de impedir a corrupção e permitir a sua aplicação para a efectiva modernização da economia regional».

Governo recua na erradicação das barracas

O PCP acusa o Governo de estar a bloquear politicamente a resolução do problema das barracas impondo alterações e não cumprindo as condições iniciais da cooperação entre a Administração Local e Central.

Concretamente, um comunicado da DORL do PCP indica que «o Governo pretende que o valor do financiamento a fundo perdido e do empréstimo a contrair prometidos a 50 por cento se situem na ordem dos 40 por

cento o que significará um encargo adicional de 20 por cento ou seja mais cerca de 1,560 milhão de contos para cada mil fogos para além dos encargos com o serviço da dívida.

«Também o aumento das taxas de juro já verificado em 1994, em mais dois por cento para empréstimos contraídos para habitação, revela ser, a manter-se, ruinoso para as autarquias», afirmam os comunistas.

A DORL condena a posição da Comissão Distrital do PSD a propósito do plano de erradicação de barracas, por constituir uma tentativa de «transferir para as autarquias responsabilidades pelos atrasos, mais do que esperados, na prossecução de objectivos e metas anunciadas, à partida inexequíveis».

Para o PCP «o que o PSD procura escamotear são as alterações e o incumprimento das condições em que assentaria a cooperação entre a Administração Local e Central que o Governo havia propagandeado.

«Parece tornar-se cada vez mais claro que o Governo agiu, não movido por um honesto empenhamento na procura de

uma solução, mas sim por uma inqualificável intenção de num primeiro momento se libertar das responsabilidades essenciais que lhe cabiam neste domínio para, posteriormente, vir a acusar outros que seriamente assumiram o desafio de contribuir para a resolução do problema.

Os comunistas reclamam que, em vez de propaganda, o Governo decida adoptar medidas efectivas que resolvam as questões do financiamento e das verbas a envolver, estimadas em cerca de 300 milhões de contos.

Para tal, propõem que seja afectada uma parcela significativa dos fundos comunitários que viabilize os objectivos do programa para a erradicação das barracas.



CAMARADAS FALECIDOS

Fernando da Silva Valido

Faleceu, na passada sexta-feira, Fernando da Silva Valido, de 81 anos. Actualmente reformado, militava activamente na organização concelhia de Setúbal.

Entrou para o Partido ainda jovem, tendo sido funcionário na clandestinidade. Foi membro da ex-Associação Portugal-URSS e integrou a URAP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Parlamentares do PCP na região do Porto

Um grupo de deputados comunistas estiveram na passada semana na região do Porto onde reuniram com administrações de diversas empresas e com a Associação dos Comerciantes da capital nortenha, contactando com pescadores e com estruturas representativas dos trabalhadores de diferentes ramos de actividade

Nesta jornada que teve como objectivo recolher informações sobre o agravamento da situação

económica e social da região do Porto, participaram os deputados Luís Sá, Paulo Trindade, António

Filipe e Luís Peixoto, que foram acompanhados de vários dirigentes regionais da DORP do PCP.

No final do dia, preenchido com 14 iniciativas, os deputados comunistas fizeram o balanço da visita numa conferência de imprensa, destacando as preocupações dos pescadores da Aguda, que reclamam a construção de um porto de abrigo, dos trabalhadores da Têxtil da Aguda, que exigem a reabertura da empresa, as incertezas na Eurofer e na Companhia Portuguesa de Cobre.

Os parlamentares ouviram ainda os trabalhadores do STCP e da Cerâmica do Fojo, que corre o risco de ser substituída por um empreendimento residencial.

Como constaram, todo o sector industrial está a sofrer fortemente os efeitos de uma concorrência cada vez maior. As indústrias tradicionais como a têxtil, a metalurgia e as conservas de peixe, são contudo as principais afectadas.

Nos últimos 20 meses, perderam-se mais de 25 mil postos de trabalho efectivos em 150 empresas e sectores da região - 14 mil na têxtil, três mil no vestuário, seis mil na metalurgia, mil no calçado, 700 na gráfica, 1500 nos transportes, 500 no Porto de Leixões, mil nas indústrias eléctricas, para além de grandes quebras na construção civil, nas madeiras, química, farmacêutica, telecomunicações e administração pública e outros sectores.

Neste quadro, «a não ser travada esta destruição e alterada a actual política, os trabalhadores da região do Porto têm fortes e provadas razões para estarem apreensivos», consideraram os deputados do PCP, que nomearam responsáveis por esta situação: «o Governo do PSD e a sua política monetarista e cambial, com altas taxas de juro e escudo forte».

Como indicaram, esta política «produziu efeitos preversos sobre a economia, pois em vez de se apostar no apoio à produção nacional e no aumento da competitividade, valorizando o trabalho racional, promovendo a modernização do aparelho produtivo, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o progresso tecnológico, a melhoria da qualidade e o reforço da capacidade de comercialização, fizeram exactamente o contrário.

«O recente acordo do GATT avoluma as preocupações sobre o futuro da indústria na região do Porto. A grande concentração regional da têxtil, com debilidades conhecidas, vai-se confrontar a curto prazo com uma feroz concorrência com os países mais desenvolvidos e com as multinacionais. Já aí estão os aumentos brutais dos custos das matérias-primas.

«Cumprir as metas de Maastricht com a política de conver-



gência nominal, em vez da convergência real, está a significar para os trabalhadores o preço de uma elevada factura, e para a região do Porto o enfraqueci-

mento e a vulnerabilidade da sua economia. É preciso um novo rumo para a Comunidade Europeia e uma nova política para Portugal».

No mar das aflições

A delegação do PCP encontrou-se com algumas dezenas de pescadores da Aguda, uma comunidade piscatória de Gaia que vive em deficientes e perigosas condições.

Sem um cais quebra-mar que permita o acesso dos barcos em segurança, a vida dos pescadores da Aguda confronta-se diariamente com o perigo: «durante o ano são mais os dias em que o mar nos impede de trabalhar do que aqueles em que podemos ir pescar», lamentaram-se vários pescadores durante a conversa com os deputados comunistas, ao mesmo tempo que lembravam o projecto do prometido cais ainda por construir.

«Só os motores a gasolina permitem a mobilidade necessária para entrar na praia sem colidir com os fundos rochosos», explicaram acrescentando que «sem o cais, não se pode pensar na adaptação dos motores das embarcações para a utilização do gasóleo» o que lhes daria acesso aos respectivos subsídios.

Os deputados comunistas recordaram que a construção do cais só não é já uma realidade porque o PSD votou contra a proposta do PCP que previa dotações orçamentais para aquele fim. «Mas o que mais estranhámos foi a abstenção do Partido Socialista quando da discussão desta proposta», disseram os deputados que reafirmaram a sua intenção de colocar de novo a questão no próximo orçamento.

Contudo, as queixas dos pescadores voltam-se também para a ausência de um posto de abastecimento de combustível nas proximidades da Praia: «o único existente fechou e agora somos obrigados a transportar o combustível em viaturas», arriscando-se a serem multados por transporte ilegal, para além de atentarem contra a sua própria segurança.

Honório Novo e Silvano Teixeira, eleitos no município de Gaia, bem como José Vilela, da Junta de Arcozelo, comprometeram-se a levar estas preocupações aos respectivos órgãos autárquicos.

Mais dois casos

A Empresa Têxtil da Aguda está paralisada há mais de ano e meio. Faltando ao acordado com os trabalhadores, a administração não pretende retomar a laboração e em vez de garantir os postos de trabalho quer alienar os terrenos através de cinco processos de loteamento que estão neste momento em tramitação na Câmara de Gaia.

No encontro com a delegação do PCP, os representantes dos trabalhadores denunciaram, ainda, que, apesar de penhorados todos os bens da empresa, «com a complacência tácita das Finanças e do Fiel Depositário, a administração tem feito sair das instalações componentes e máquinas, comprometendo o futuro da empresa e a vida de várias dezenas de famílias de Arcozelo, que durante anos trabalharam na Têxtil da Aguda».

O outro caso passa-se na Cerâmica do Fojo, onde a delegação parlamentar ouviu as preocupações dos administradores quanto ao

futuro da unidade fabril, a braços com «índices claros de concorrência desleal feita por empresas espanholas» que colocam no mercado produtos sem aferição de qualidade e ainda por cima ilegalmente subvencionados por governos regionais, designadamente da Galiza, contrariando directivas comunitárias.

Por outro lado, também esta empresa encara a possibilidade de ser desactivada, para ceder os terrenos a um empreendimento residencial, para o que já existe um pedido de viabilidade na Câmara.

A delegação do PCP considerou que é necessário criar todas as condições para a manutenção da empresa no local, encarando a sua eventual transferência «apenas na hipótese de existirem compromissos formais com cobertura legal suficiente para garantir o retomar da laboração e a manutenção dos postos de trabalho».

Braga perde serviços

Não é só o tecido empresarial em falência e o desemprego em crescimento que afectam o distrito de Braga. Ultimamente, a região tem registado um «preocupante processo de esvaziamento e perda de poderes», alerta a DORBraga do PCP, que reuniu recentemente para analisar a situação local

O crescimento do desemprego, a degradação dos salários e das condições de vida, o prosseguimento das falências e a asfixia da lavoura são os problemas que mais afectam o distrito de Braga, indica uma nota da DORBraga do PCP.

Contudo, recentemente, importantes serviços sociais, como o centro regional de segurança social e a administração regional de saúde, baixaram de categoria, passando a meros serviços sub-regionais,

cujas sedes e centros de decisão foram transferidos para o Porto».

Condenando esta decisão política do governo de Cavaco Silva, que vem diminuir a capacidade daqueles serviços para responder às necessidades das populações que a eles recorrem, a DORBraga «apela ao protesto e reclamação por parte dos utentes que amanhã se verão obrigados a deslocar-se ao Porto para resolver problemas ou obter informações que os

serviços em Braga deixaram de poder prestar.

Matadouros encerram

«Outra medida negativa para os interesses distritais foi o encerramento dos matadouros do IROMA, em Barcelos, Fafe, Cabeceiras de Basto e, em breve, em Braga, que prejudica igualmente os pequenos e médios produtores e comerciantes de carnes e põe em risco o emprego de mais de uma centena de trabalhadores, muitos deles já transferidos para o quadro de excedentes da Função Pública».

A DORBraga critica ainda a «coincidência de posições do

Governo do PSD e das Câmaras socialistas de Braga e Vila Nova de Famalicão, que não só dispensaram fartos elogios como deram apoios concretos à instalação, numa freguesia de Vila Nova de Famalicão, do grande Matadouro de Entre Douro e Minho, sociedade anónima em que estão envolvidos grandes interesses capitalistas do sector de produção e transformação de carnes.

«Cúmplices no encerramento daquelas unidades públicas, não podem agora os seus presidentes lavar as mãos e prometer solidariedade aos trabalhadores afectados. O PS, na impossibilidade de servir dois amos, serve um e tenta enganar o outro», afirma o comunicado da DORBraga.

Lutas em desenvolvimento

A Direcção Regional de Braga do PCP analisou ainda o presente momento de luta concluindo que «apesar das condições difíceis e complexas da situação social e laboral do Distrito, a luta desenvolve-se numa linha ascendente e o empenhamento e a participação dos trabalhadores em numerosas acções de protesto revela a predisposição para novas e mais avançadas formas de luta».

Deste modo, os comunistas de Braga assinalam o sucesso do Aviso dos Trabalhadores, no passado dia 24 de Março, a concentração de agricultores junto ao Governo Civil, no dia 25, e a greve dos estudantes da Univer-

sidade do Minho, que mostram que se estão a acumular condições para a subida de tom da luta, em defesa do emprego e dos direitos económicos, sociais e culturais dessas camadas, a condenação e rejeição da política interna e comunitária do Governo do PSD e a exigência de uma nova política, democrática e socialmente justa».

A DORBraga iniciou ainda a discussão e preparação do plano de pré-campanha eleitoral para as eleições para o Parlamento Europeu, marcadas para 12 de Junho, anunciando para o próximo mês de Maio uma série de iniciativas, nomeadamente no dia 26 com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP e, no dia 28, com o cabeça de lista da CDU, Luís Sá.



Prossegue luta na Tabaqueira

Activistas sindicais da Tabaqueira concentram-se hoje em frente à sede da empresa, na Rua Laura Alves, em Lisboa, a partir das 11 horas. A luta pelo crescimento efectivo dos salários reais constitui uma das razões que preside a esta acção dos trabalhadores, que pretendem, simultaneamente, dar expressão ao seu protesto pela ruptura das negociações imposta pela administração.

A Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, em comunicado assinado pela sua Comissão Executiva, lembra a propósito que a Tabaqueira é uma empresa sólida e altamente rentável, com capacidade económica para poder ir além dos 3,5 por cento de aumento que pretende impor.

Bingo do Vitória de Guimarães

Suspensa foi também a greve dos trabalhadores do bingo do Vitória de Guimarães marcada para o passado dia 2, segundo informação do Sindicato da Industria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte.

A decisão foi tomada num plenário de trabalhadores realizado na véspera, no decorrer do qual os trabalhadores reiteraram a possibilidade de vir a ser apresentado novo pré-aviso de greve, caso a direcção do Vitória de Guimarães mantenha a sua recusa em negociar aumentos salariais. Os trabalhadores do bingo do Sporting de Braga, que também tinham anunciado para o mesmo dia uma paralisação, recorde-se, desconvocaram a greve em 25 de Março, após o acordo estabelecido com a direcção do clube, que "repõe o poder de compra perdido em 1993".

Dos diversos bingos explorados por clubes de futebol, apenas no do Vitória de Guimarães ainda não houve acordo salarial, tendo já sido aumentados os trabalhadores das salas do FC Porto, Boavista FC, SC Salgueiros e SC Braga.

Nos bingos "Brasília" e "Olímpia", ambos no Porto, e no Casino da Póvoa de Varzim, a administração da Sopete continua a impedir a realização de plenários em instalações da empresa, tendo recentemente chegado ao ponto de solicitar a intervenção da PSP para expulsar dirigentes sindicais.

Os trabalhadores da Sopete vão tentar dia 15, pela terceira vez este ano, reunir-se em plenário para analisar a situação social e laboral da empresa e a proposta de aumentos salariais apresentada pela administração.

Torraltal/Algarve: greve cancelada

Os trabalhadores da Torralta no Algarve decidiram cancelar por tempo indeterminado a greve marcada para o último dia do mês transacto. Esta decisão surgiu na sequência de uma reunião com o administrador judicial da empresa, o qual manifestou a sua disposição em defender a recuperação da mesma.

No mesmo dia, os cerca de 150 trabalhadores da Torralta/Algarve, receberam cada um deles um "vale" de 25 contos sobre os quatro meses de salários que têm em atraso.

Os trabalhadores da Torralta no Algarve, também eles dispostos na recuperação da empresa, chegaram mesmo a entregar o pré-aviso da paralisação que, a concretizar-se, teria afectado o funcionamento da empresa, numa altura em que foram muitos os turistas que se deslocaram à região para passarem as "mini-férias" da Páscoa.

Administração dos CTT afronta a Lei

Na sequência de um processo que originou um recurso apresentado ao Tribunal de Trabalho do Porto, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações requereu a execução da pena, propondo para o efeito a penhora da balança decimal da estação de Correios do Bonfim, Porto. Esta medida do Sindicato surge como resposta ao não cumprimento por parte da administração dos CTT da decisão do Tribunal no sentido de ser pago o subsídio de refeição a uma trabalhadora durante o período de maternidade. Perante a recusa da empresa em cumprir o determinado na lei, procedimento que repetiu num caso análogo em Lisboa, o Sindicato fez já saber que continuará a exigir a aplicação da Lei e intentará quantas acções forem necessárias junto do Tribunal até que a administração cumpra com as suas obrigações, nem que para isso, as palavras são daquela estrutura sindical, "seja preciso ficar sem nenhuma balança nos Correios".

Estudo da CGTP-IN revela Formação profissional decresce no Sector Empresarial do Estado

As empresas do Sector Empresarial do Estado gastaram em Formação Profissional, em 1992, menos 3,2 por cento que em 1991, concluiu um estudo realizado pelo Gabinete de Estudos da CGTP-IN.

As estatísticas do Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS) dos Balanços Sociais de 1992 referem que o custo médio da Formação Profissional, para o conjunto das empresas do país, se fixou em 116,7 contos por trabalhador, o que significa que nesse ano foram gastos neste domínio menos 3,2% do que em 1991.

O custo médio da formação profissional nas empresas com 500 ou mais trabalhadores, para o mesmo ano, foi inferior ao total geral, quedando-se pelos 111,9 contos, enquanto o peso das horas dispendidas em Formação Profissional, relativamente ao total da horas efectivamente trabalhadas, foi inferior a 1%, mais exactamente 0,08% em qualquer dos anos de 1991 e 1992.

Importa entretanto salientar que a distribuição dos participantes em acções de formação profissional por níveis de qualificação indicia um afastamento crescente da formação profissional daqueles que detêm menor nível de qualificação. Este facto, como salienta a CGTP-IN, não deixa de ter significado se se atender às exigências crescentes em termos de conhecimento acrescido que as novas tecnologias impõem aos operadores/executantes.

Sumolis paralisa

Em luta por melhores condições laborais e sociais e pela normalização do clima social que se vive na empresa, os trabalhadores da Sumolis cumpriram terça-feira uma greve de 24 horas. Decidida em plenário, esta forma de luta surge na sequência de várias diligências junto da administração da empresa, todas elas goradas, no sentido de levar esta a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores.

Em causa estão, designadamente, como assinala o Sindicato das Indústrias de Bebidas em nota à comunicação social, uma actualização justa dos salários em função da produtividade e da inflação, a travagem dos processos disciplinares que têm vindo a ser instaurados arbitrariamente e a implementação do diálogo e de uma negociação séria com os representantes dos trabalhadores, sejam delegados, sejam dirigentes sindicais.

Por outro lado, no que se refere a um conjunto de empresas do SEE, os dados constantes nos Balanços Sociais indiciam uma situação bem mais grave.

Com efeito, tomando uma amostra de empresas que abrange cerca de 80 000 trabalhadores, o custo médio da Formação Profissional em 1992, foi de apenas 69,8 contos, ou seja, pouco mais de metade do valor referente ao conjunto de

empresas do país, sendo que este montante representou menos 5,5 por cento do que em 1991. Custo médio de Formação Profissional (valores em contos).

Assim, em 1992, num conjunto de empresas do SEE que abrange cerca de 45 mil trabalhadores e para o qual se dispõe de informação do total dos custos com pessoal, constata-se que as despesas em Formação Profissional representam apenas 0,4% do total dos custos de pessoal.

«Para além da destruição de empregos no Sector Empresarial do Estado, que com o fundamento da racionalização e reestruturação das empresas para maior competitividade atingiu níveis escandalosos, o Governo, contrariamente àquilo que afirma, não tem investido no factor essencial de competitividade nas pessoas, na sua formação e qualificação», conclui a CGTP-IN.

Esta central recorda ainda no seu comunicado que em outros países, com sistemas de ensino

mais avançados, investe-se cada vez mais no desenvolvimento dos recursos humanos, procurando-se acompanhar os processos de reestruturação de sectores e empresas com a formação adequada para a reconversão dos trabalhadores e garantir níveis de formação contínua na empresa para elevar a produtividade e o desempenho.

Uma situação bem diversa da existente em Portugal, como bem faz notar a CGTP-IN, que a este respeito observa que, com um sistema de ensino reconhecidamente deficiente, o Governo investe cada vez menos no desenvolvimento dos recursos humanos, fazendo acompanhar os processos de reestruturação do Sector Empresarial do Estado com o lançamento para miséria de muitos milhares de trabalhadores, pretendendo simultaneamente impor àqueles que permanecem nas empresas a polivalência, maiores ritmos de trabalho e a anulação de direitos legais e contratuais».

Casa da Moeda Intransigência da administração leva trabalhadores à greve

Expirou segunda-feira o prazo dado pelos trabalhadores à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda para que fossem apresentadas soluções com vista a superar o impasse gerado no processo negocial do acordo de empresa. Responsabilizando pela actual situação o conselho de administração, a quem acusam de evitar a negociação das propostas sindicais, os trabalhadores mandataram entretanto a comissão negociadora sindical para marcar um dia de greve distribuído pela semana em curso. Tomada em plenário realizado no passado dia 29, no refeitório

a Casa da Moeda, esta decisão resulta do facto de os trabalhadores entenderem que os irrisórios valores propostos (2,5 por cento) estarem inevitavelmente condenados a ser absorvidos com o aumento da comparticipação para a Caixa Geral das Aposentações, Montepio dos Servidores do Estado e, na maior parte dos casos, com a mudança de escalão do IRS.

No texto da moção aprovado em plenário, os trabalhadores responsabilizam ainda o Governo e o conselho de administração pelos eventuais prejuízos que venham a ser causados pela sua luta.

LUTAS NO MÊS DE ABRIL/94

SECTOR	DIA	CONFLITO	MOTIVO
ALIMENT., BEBIDAS E TABACOS ALCÂNTARA REFINARIAS, SA.	5 e 7	Greve de 3 horas em todos os turnos (sector produtivo - adesão no 1.º dia de 100%)	Revisão do CCT
SUMOLIS	5	Greve de 24 horas	Revisão do CCT
TABAQUEIRA	7	Concentração activistas - 11 horas junto da sede	Revisão Do contrato
IND. ELÉCTRICAS FAB. MAT. ELÉC. ELECTRON.	7	Greve de 24 horas	Revisão do CCTV
TRANSPORTES CARRIS	14 13	Greve das 5 às 9 horas (movimento) Greve 2 horas no início 1.º período (fixo)	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IPSS	19 27	Vigília junto MESS Greve Nacional 24 horas	
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	27	Greve	

25 de Abril em colóquio

O 20º aniversário do 25 de Abril foi tema de um colóquio realizado ontem no refeitório do Hotel Estoril-Sol. A iniciativa partiu da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal. Entre as personalidades a quem foram endereçados convites contavam-se o dirigente da CGTP-IN,



Américo Nunes, o tenente-coronel Vasco Lourenço, em representação da Associação 25 de Abril, e os deputados Marques Júnior (PS) e Paulo Trindade (PCP).

Justiça — precisa-se!

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública considerou "insultuosas" para os trabalhadores do Instituto de Reinserção Social (IRS) as afirmações recentemente proferidas pelo ministro da Justiça, em conferência de imprensa, no Estabelecimento Prisional de Lisboa. Na ocasião, recorde-se, Laborinho Lúcio "recomendou" que é necessário que trabalhem "mais e melhor".

Palavras que, no entender daquela estrutura sindical, são inteiramente injustificadas, uma vez que os referidos trabalhadores aguardam há onze anos a regulamentação do suplemento de risco e penosidade, não se compreendendo, por conseguinte, que o ministro da Justiça venha a público exigir-lhes aquilo que ele próprio não tem sido capaz de fazer, mantendo tais trabalhadores numa situação de profunda e clamorosa injustiça.

Injustiça tanto mais flagrante se se considerar que recentemente e ao abrigo do D.L. nº 300/91 todo o pessoal técnico superior, técnico, administrativo e operário, bem como o assistente religioso e os docentes do Ministério da Educação que prestam serviços nos estabelecimentos prisionais foram contemplados com o subsídio de risco. Para o Sindicato, importa ainda que o ministro concretize "com objectividade quais as razões das suas queixas, uma vez que consideram «trabalhar muito e bem»".

Companhia Portuguesa do Cobre

A luta por aumentos salariais continua a ser um objectivo dos trabalhadores das empresas do Grupo Companhia Portuguesa do Cobre (CPC-SGPS), sediada no Porto. Em plenário recentemente realizado no refeitório da empresa, reafirmada foi, igualmente, a adopção de novas diligências (queixa em Tribunal) com vista ao pagamento dos prémios de antiguidade referentes a 1992 e 93.

Entendem os trabalhadores que não podem ser responsabilizados pelo estado actual da empresa, designadamente pelo passivo acumulado, não podendo também ser sistematicamente chamados a novos sacrifícios para superar dificuldades que imputam à gestão da administração. Com efeito, os trabalhadores vêem os seus salários congelados desde 1992, a par da perda de prémios e subsídios por força da cessação de sectores de actividade da empresa. Como salientam em carta dirigida à direcção da Companhia Portuguesa de Cobre-SPGS, os trabalhadores continuam sem receber desde 1992 os prémios de antiguidade a que têm direito, cumprindo ainda horários superiores a 40 horas semanais.

Educadores de infância cumprem greve

Cerca de 60 por cento dos educadores de infância, dos 24 estabelecimentos directamente dependentes da Secretaria Regional da Educação, aderiu à greve convocada para segunda-feira pelo Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), segundo fonte sindical. Em comunicado, o SPM refere que em oito estabelecimentos a adesão foi total e que em outros três infantários a adesão rondou os 80 por cento. A greve de três dias, prevista até ontem, surge na sequência das divergências entre as educadoras de infância e a Secretaria Regional da Educação pelo facto de não ter havido acordo quanto ao horário de rotatividade na interrupção lectiva da Páscoa. Os educadores de infância (existem cerca de 500 na Madeira) e o SPM defendem que a rotatividade deve ser estabelecida nos três dias que antecedem a "Semana Santa" (23 a 25 Março) e nos três subsequentes (4 a 6 de Abril) como vinha acontecendo desde o ano lectivo de 1991/92, posição que colide com a defendida pela Secretaria da Educação madeirense que aponta apenas para um dia e meio de rotatividade (por educador) de 4 a 6 de Abril. Os diversos estabelecimentos de ensino particular decidiram seguir o calendário dos outros graus de ensino, mantendo-se encerrados até hoje, quinta-feira.

Onda de desemprego varre o Alentejo

Flagelo atinge mais de 20 % da população activa

O Alentejo continua a sofrer uma onda de desemprego que não pára de aumentar, cifrando-se já em cerca de 41 mil o número de pessoas que se encontra sem trabalho, de acordo com os dados dos Centros de Emprego, relativos a Fevereiro de 1994 o que representa mais de 20 por cento da população activa.

Nos concelhos mais atingidos, como sucede com Estremoz, Ponte de Sôr, Alcácer do Sal, Ourique e Moura, o desemprego atinge taxas que rondam os 20 por cento, chegando mesmo nestes dois últimos a ultrapassar a casa dos 28 por cento, segundo a União dos Sindicatos de Évora, que reuniu segunda-feira o seu Conselho Distrital para analisar a situação social na região.

A situação atinge um ponto crítico e não deixa de ser significativo que este agravamento do desemprego, como constata aquela estrutura sindical, coincida com a cessação dos chamados Progra-

mas Ocupacionais e Plano de Emergência que temporariamente foram aplicados à região. Estes Programas, com efeito, embora tenham minorado situações de carência mais gritantes, não deram a cobertura social esperada, uma vez que apenas ocuparam, durante o ano de 1993, cerca de oito mil pessoas, das 27 mil desempregadas que não recebiam qualquer subsídio de desemprego.

Pronunciando-se sobre as recentes alterações à legislação sobre protecção no desemprego - mudança no conceito de emprego conveniente que atribui primazia às aptidões físicas do desempre-

gado em detrimento das suas habilitações -, o Conselho Distrital dos Sindicatos de Évora alerta para os perigos de tais alterações terem subjacente o propósito de o Governo querer utilizar nos Programas Ocupacionais os trabalhadores que usufruem subsídio de desemprego, deixando de fora os desempregados sem qualquer tipo de protecção.

A União dos Sindicatos de Évora vai mesmo mais longe e admite que, verdadeiramente, o objectivo que anima o Governo é "reduzir ou anular o próprio subsídio de desemprego desses trabalhadores". Fazendo a demonstração da sua tese, a União assinala, num primeiro caso, que se o trabalhador subsidiado se recusa ao trabalho temporário que lhe é oferecido, por não se adequar às suas habilitações literárias e profissionais, perde direito ao subsídio de desemprego; num segundo caso, se o trabalhador aceitar, então

verá no futuro reduzido o seu subsídio.

Mas "mais grave ainda" - as palavras são dos dirigentes sindicais de Évora - é existirem entidades privadas e públicas que tendo ao seu serviço trabalhadores com recibo verde, falsos "trabalhadores independentes" ou trabalhadores com contratos a prazo, em serviços permanentes, se preparam para despedir estes, fazendo entrar em substituição os desempregados subsidiados, cujos encargos são consideravelmente menores.

"Mais importante do que ocupar temporariamente os trabalhadores desempregados com subsídio de desemprego será transferir as verbas necessárias ao desenvolvimento económico da região, de forma a aplicar medidas estruturais que criem emprego e eliminem a alta taxa de desemprego", concluiu o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Évora.

Impunidade no ISCAL gera novas perseguições

O conselho directivo e elementos do conselho científico do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) estão a cometer as maiores arbitrariedades, no mais completo desrespeito pela Lei, acusa o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Na origem da situação, o comportamento abusivo e ilegal de membros daqueles órgãos directivos sobre os quais recai a acusação de moverem perseguições aos docentes que se opõem ao caos instalado no Instituto e à falta de respeito pela legalidade democrática e pela liberdade de expressão e pensamento.

Fundamentando as suas acusações, o Sindicato da Grande Lisboa recorda em comunicado os processos disciplinares recentemente instaurados contra professores pelo conselho directivo, a pretexto das mais absurdas razões, ao mesmo tempo que continuam a participar no conselho científico docentes ilegalmente cooptados - contra as recomendações, entre outros, do Provedor da Justiça e de um inspector do Ministério da Educação -, mas que "são necessários aos poderes instituídos para fazer vingar as suas propostas".

Entre os acontecimentos mais recentes, ilustrativos do comportamento em causa, segundo o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, está uma carta do presidente do conselho científico ilegalmente reeleito, dirigida aos docentes, onde impõe a insólita decisão de se apresentar nas aulas de qualquer deles, dando-lhes a «escolher» entre as opções de o vir a fazer com ou sem aviso prévio. Para o Sindicato, a "escolha" proposta tem subjacente o objectivo encapotado de "avaliar" a segurança dos docentes, facto que considera inaceitável e ofensivo.

Repudiando tais atitudes, o Sindicato dos Professores da

Grande Lisboa considera que estas revelam, para além da falta de um mínimo de bom senso, a "incapacidade do sistema do Ensino Superior Politécnico em conseguir fazer travar este processo de ilegalidades e a falta de ética numa das suas escolas".

Ministério restaura exames no Secundário

Noutro plano, a propósito de um recente despacho do Ministério da Educação sobre as provas globais a realizar este ano em todas as disciplinas pelos alunos do 10º ano, a partir de 30 de Maio, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa considera que este diploma significa uma "clara e abusiva ingerência na autonomia pedagógica das escolas".

Aquela organização sindical entende mesmo que o calendário e as condições de funcionamento preconizados pelo Ministério da Educação vêm criar "mais um conflito com as escolas e os pro-

fessores", na medida em que tais provas, em vez de se inserirem num processo normal de avaliação, passaram a ter as "características do clássico exame", alimentando nos alunos, em consequência, "a instabilidade e a angústia já hoje sentidas face às várias barreiras que terão de ultrapassar até à conclusão do Ensino Secundário".

Repudiando esta política que classifica de "absurda", o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa lança simultaneamente um apelo às escolas para que adoptem uma "posição firme na consecução do plano de actividades", definido por cada uma no início do ano escolar, em ordem a que todas as actividades lectivas estejam concluídas, de facto, em 28 de Junho.

Pescadores contestam regulamento do rio Minho

Associações de pescadores de Portugal e Espanha contestaram no final da passada semana, em Caminha, o regulamento sobre pesca no troço internacional do rio Minho, recentemente elaborado pela Comissão de Limites dos dois países.

No final de uma reunião em que participaram também autarcas portuguesas e espanhóis, as associações portuguesa de Profissionais de Pesca do Rio Minho e galega de Pescadores da Ribeira Minho protestaram contra o facto de não terem sido "ouvidas nem achadas" na elaboração da nova legislação sobre a pesca neste rio.

Os dirigentes das duas associações destacaram os prejuízos para a sua actividade que resultariam da entrada em vigor do novo regulamento, já concluído, mas ainda não ratificado pelos governos de Portugal e Espanha. O novo

regulamento vem substituir o actual, que já vigora há 13 anos.

Segundo José Castro, presidente da Associação de Profissionais de Pesca do Rio Minho, em declarações à Lusa, os pescadores dos dois países contestam, sobretudo, na nova legislação a proibição total da arte da tela (pesca do meixão) e da pesca entre a zona da Pedra do Paração e o Forte da Insula, em Caminha.

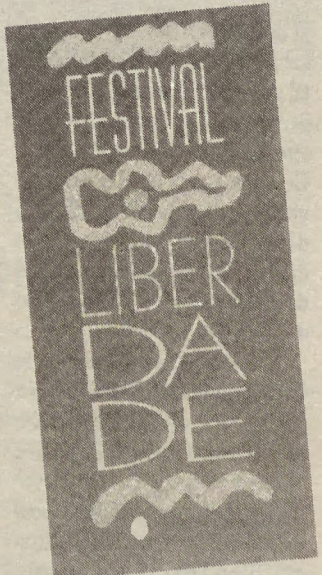
Os participantes na reunião - que decidiram realizar novo encontro na terça-feira, em Tuy, Espanha, para decidir sobre formas de protesto contra este regulamento - defendem a não aplicação da nova legislação, enquanto não houver uma reunião das associações de profissionais de pesca com as autoridades governamentais de ambos os países para modificar os pontos do regulamento que consideram lesivos para a sua actividade.

Festival Liberdade (só) para jovens Para festejar Abril Traz Outro Amigo Também

«De certo modo todos nascemos há 20 anos naquela madrugada libertadora do 25 de Abril». Esta uma das frases que dá o mote ao Festival Liberdade, uma iniciativa para jovens a realizar a 14 e 15 de Maio na Atalaia, Seixal, que, servindo para comemorar num ambiente de festa o 20.º aniversário do 25 de Abril, será igualmente uma oportunidade para milhares de jovens participarem num grande acampamento junto ao rio e em várias actividades, praticar desporto (desde o futebol de salão ou andebol aos chamados «desportos radicais») e ainda usufruir de momentos de animação (teatro, fotografia, performance, vídeo wall ou Art' Abril), artesanato urbano e rural e música (em palcos vários e de vários géneros, que irão da música moderna ao jazz, passando pela música popular portuguesa e rock).

Delfins, Maria João com Mário Laginha, Sétima Legião e o grupo «Viva Abril» (que integra, entre outros, Sérgio Godinho, Vitorino, João Afonso e Mané) são algumas das formações cuja presença está confirmada para o palco principal da iniciativa, organizada pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e diversas autarquias locais.

Por anunciar está ainda um grupo de primeiro plano da música popular internacional, mas os organizadores reservam o seu anúncio para data mais próxima do acontecimento.



Delfins



Maria João

«Comemorar Abril, para nós, jovens de hoje, significa antes do mais comemorar a Liberdade, a Paz, o fim do fascismo, da opressão, da guerra colonial, da tortura, da censura», diz um texto incluído num folheto de promoção ao Festival Liberdade que se encontra em distribuição.

«Abril trouxe a liberdade, a instauração do regime democrático, o fim da guerra colonial, e muitas outras regalias de carácter político e social tais como: a instauração do salário mínimo nacional, o poder local democrático, o direito de voto aos 18 anos, a democratização do ensino, a



Sérgio Godinho é um dos elementos do «Viva Abril».



Sétima Legião

gestão democrática nas escolas, etc., etc.», lê-se.

«Por tudo isto e muito mais, vamos festejar Abril! O "Fes-

tival Liberdade" é um espaço de Festa e Convívio, organizado pela Associação de Municípios de Setúbal, autarquias locais e outras associações que a ele queiram aderir. Vamos festejar Abril em festa, convívio e luta. Festa da liberdade, convívio fraterno e luta por melhores condições

de vida, de trabalho e de ensino», conclui.

Razões que na promoção deste festival se faz referência a um dos símbolos da Revolução, José Afonso, com o lema-apelo que inclui uma frase de uma das suas canções: «Para Festejar Abril, Traz Outro Amigo Também».

Corrida da Liberdade comemora Abril em Lisboa

A 17.ª Corrida Liberdade é uma das iniciativas desportivas integradas na comemoração popular dos 20 anos da Revolução de Abril. A prova, realizada no próprio dia 25 de Abril, destina-se a atletas federados ou populares, em representação de clubes, colectividades, associações, escolas, grupos informais ou individuais, «que tenham gosto pela corrida e que desejem desta forma participar nas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril», conforme diz a Comissão Organizadora da prova, constituída pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Associação 25 de Abril e o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. As provas, nos diversos escalões etários, realizam-se no centro de Lisboa e terminam todas na Praça dos Restauradores. O Regulamento para a participação nesta prova é o que a seguir se publica:

Escalões etários — Benjamins Masculinos e Femininos, nascidos em 1983/84; Infantis Masculinos e Femininos, nascidos em 81/82; Iniciados Masculinos e Femininos, nascidos em 79/80; Juvenis Masculinos e Femininos, nascidos em 77/78; Juniores Masculinos e Femininos, nascidos em 75/76; Seniores Masculinos e Femininos, nascidos em 74/75; Veteranos Masculinos e Femininos, nascidos em 1954 e antes.

As inscrições poderão ser enviadas para a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio até ao dia 22 de Abril.

As provas para deficientes físicos obedecem a regulamentação própria e são por isso da responsabilidade da Associação

9,30 — Benjamins Masculinos e Femininos — Alexandre Herculano (Cruzamento com a Av. da Liberdade), Restauradores (Meta).

9,45 — Infantis Masculinos e Femininos — Praça Marquês de Pombal, Av. da Liberdade, Restauradores (Meta).

9,45 — Iniciados e Juvenis, Masculinos e Femininos — Sampaio e Pina, Av. Joaquim António de Aguiar, Marquês de Pombal, Av. da Liberdade, Restauradores (Meta).

10,00 — Juniores, Seniores e Veteranos Femininos — Largo do Carmo, Largo da Misericórdia, Prin. Real, Largo do

Portuguesa de Deficientes, entidade para onde deverão ser enviadas as inscrições deste tipo de participantes, até ao dia 22 de Abril.

Os dorsais podem ser levantados na sede da FPCCR, no acto de inscrição, ou no dia da prova nos diversos locais de partida. Cada escalão terá um dorsal de cada cor.

Dado o cariz da prova não haverá classificação individual nem colectiva.

Rato, Alexandre Herculano, Av. da Liberdade, Restauradores (Meta).

9,45 — Deficientes — Quartel da Pontinha, Carnide, Estrada da Luz, Segunda Circular, Campo Grande, Entrecampos, Campo Pequeno, Saldanha, Fontes Pereira de Melo, Marquês de Pombal, Av. da Liberdade, Restauradores (Meta).

10,00 — Juniores, Seniores e Veteranos Masculinos — Quartel da Pontinha, Carnide, Estrada da Luz, Segunda Circular, Campo Grande, Entrecampos, Campo Pequeno, Saldanha, Fontes Pereira de Melo, Marquês de Pombal, Av. da Liberdade, Restauradores (Meta).

A chegada de todas as corridas será na Praça dos Restauradores. Haverá diferentes finais de chegada consoante as cores dos dorsais.

Serão distribuídas camisolas e medalhas comemorativas, a todos os participantes. Diplomas aos atletas que comprovarem terem nascido em 1974. Troféus para as equipas que participarem com 10 ou mais elementos, no conjunto de todos os escalões.

Atendendo às características da prova, não serão aceites reclamações. A organização reserva-se ao direito de exigir comprovativos de identidade para os atletas nascidos em 1974. A organização não se responsabiliza por qualquer dano que possam causar ou sofrer os concorrentes das várias provas, nem pelo estado de saúde dos participantes.

Têxteis portugueses apoio com reservas

O Parlamento Europeu apreciou uma proposta sobre a modernização da indústria têxtil em Portugal, em que se reconhece a importância do sector "como fonte de exportação e emprego na economia portuguesa em geral e, em particular, nas regiões do Norte e Centro". O PE afirma não ter quaisquer objecções à introdução de um programa especial de modernização da referida indústria e à atribuição de 400 milhões de ecus para esse objectivo, desde que a legislação comunitária sobre concorrência leal seja respeitada.

A posição do PE sobre a ajuda à indústria dos têxteis e do vestuário em Portugal foi tomada tendo em consideração diversos factores, designadamente a possibilidade de o acordo do GATT vir a ter implicações no desenvolvimento de várias regiões de produção têxtil da União Europeia, especialmente, como no caso de Portugal, quando a sua competitividade depende dos baixos custos da mão-de-obra. Por outro lado, foi tido em conta que o sector representa um terço das exportações industriais e do emprego na indústria portuguesa, e que o valor acrescentado por operário

e a produtividade nesta área são significativamente inferiores às de outros Estados-membros, o que aponta para a necessidade de uma maior modernização e investimento.

Apesar do seu apoio ao sector têxtil português, o PE não deixou de criticar a Comissão por esta propor "uma iniciativa comunitária como meio de atribuir um montante significativo de ajuda a um único sector industrial de um Estado-membro", considerando que esta proposta "está em flagrante contradição com as sugestões feitas pela própria Comissão no seu Livro Verde quanto às futuras iniciativas comunitá-

as", e que haveria outras formas de apoiar a indústria têxtil portuguesa, quer através de um programa semelhante ao PEDIP específico para os têxteis, quer por um aumento das verbas do PEDIP II incluído no Quadro Comunitário de Apoio de Portugal para o período 1994/99, no montante de 400 milhões de ecus, ou ainda através de um aumento do orçamento do RETEX no mesmo montante.

Não obstante as suas críticas, o PE considerou que "seria errado penalizar Portugal pela incapacidade da Comissão de escolher o instrumento mais adequado para atribuir a ajuda em questão e obrigar o Conselho a enfrentar as consequências das suas decisões políticas", pelo que se propõe "analisar o programa como uma 'Iniciativa Comunitária' e libertar as dotações necessárias para o financiar em 1994 com verbas da reserva, por meio do processo de transferências". A Comissão ficou entretanto avisada que o PE "não tolerará este tipo de procedimentos no futuro".

Perguntas... à Comissão

Contas

Há em Portugal, a par de muitas outras situações igualmente a necessitar de esclarecimento, muitas entidades - como as Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos, empresas - que estão a atravessar enormes dificuldades por terem tomado iniciativas de formação, no âmbito do Fundo Social Europeu e não receberem, ou receberem com muito atraso, tranches de financiamento a que teriam direito. Essas dificuldades estendem-se, como é óbvio, aos formandos alvo dessas acções.

Sendo embora compreensível a necessidade de controlo que impeça aplicações indevidas dos fundos, não parece justo que estejam a ser os "justos a pagar pelos pecadores", tanto mais que a situação implica graves consequências para a sua viabilidade económica e afecta a credibilidade do próprio Fundo, bem como o indispensável esforço de formação profissional.

Será que a Comissão Europeia tem conhecimento desta situação? Quantos são os casos conhecidos? E para quando a sua resolução?

Vinho do Porto

Através da forma de troca de cartas entre a Comunidade e os Estados Unidos terá sido estabelecido um acordo sobre a protecção e o reconhecimento mútuo de certas bebidas espirituosas. Independentemente da forma adoptada, a questão que agora se coloca é a de saber quais as bebidas que foram incluídas no acordo, até porque se previa a realização de encontros futuros "com vista a examinar as possibilidades de estender esse reconhecimento restrito a outros produtos que cada uma das partes possa propor para esse fim".

O que não se percebe é por que razão o presente acordo não se estende de imediato, tendo em conta os acordos do GATT, aos vinhos licorosos, como o Vinho do Porto e outros, em relação aos quais as contrafacções feitas nos Estados Unidos prejudicam gravemente produtores e comerciantes comunitários. De referir, a propósito, que a insuficiente e deficiente defesa de denominações de origem de vinhos licorosos portugueses já se verificou nos recentes acordos estabelecidos com a Austrália, Bulgária e Roménia, ao esquecerem a importante denominação Moscatel de Faveiros e a também tradicional designação do Vinho do Porto como 'vinho fino'.

Que razões houve que justifiquem a ausência dos vinhos licorosos nos acordos negociados? Terá sido distração do ministro português? Está prevista a curto prazo essa consideração?

PCP apresenta contas

Foi apresentado no Tribunal Constitucional o balanço e os resultados — e respectivo relatório — referente ao ano económico de 1993.

Do vasto e numeroso conjunto de documentos apresentados, o «Avante!» divulga hoje, em primeiro lugar aos seus leitores e aos militantes do Partido, o resumo relativo ao apuramento dos resultados líquidos do exercício, acompanhado do Parecer da Comissão Central de Controlo.

Conforme sublinhou a Nota do Gabinete de Imprensa do PCP, de 30 de Março, a entrega destes documentos no Tribunal Constitucional deu cumprimento «a disposto na Lei 72/93, de 30 de Novembro, que, no seu art.º 13.º, consagra a obrigação de os partidos políticos, até ao fim do mês de Março, apresentarem as suas contas relativas ao ano anterior».

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO

31 de Dezembro de 1993

PROVEITOS E GANHOS	
QUOTIZAÇÃO	109 540 004 50
CONTRIBUIÇÕES	
NORMAIS	109 872 847 80
ABORDAGENS	36 018 124 50
PRODUTOS DE INICIATIVAS	356 238 392 40
ELEITOS AUTÁRQUICOS	72 520 698 90
DEPUTADOS ASSEMBLEIAS DA REPÚBLICA	94 876 719 50
DEPUTADOS PARLAMENTO EUROPEU	93 387 260 00
FUNCIONÁRIOS E DEPUTADOS NA REFORMA	36 086 226 00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	6 099 236 50
	805 099 505 60
PROVEITOS SUPLEMENTARES	144 810 346 10
SUBSÍDIO OFICIAL AO PARTIDO	81 287 528 00
DIREITOS DE AUTOR	2 079 619 40
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	47 033 884 60
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	19 960 946 60
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	1 209 811 834 80
CUSTOS E PERDAS	
COMPRAS/CUSTOS (DEVOL. E DESCONTOS)	62 664 394 40
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	259 697 210 10
IMPOSTOS	3 549 089 00
CUSTOS COM O PESSOAL	574 742 987 50
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	166 766 817 10
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	39 782 519 00
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	360 993 00
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	2 096 763 80
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	1 109 660 773 90

RESUMO

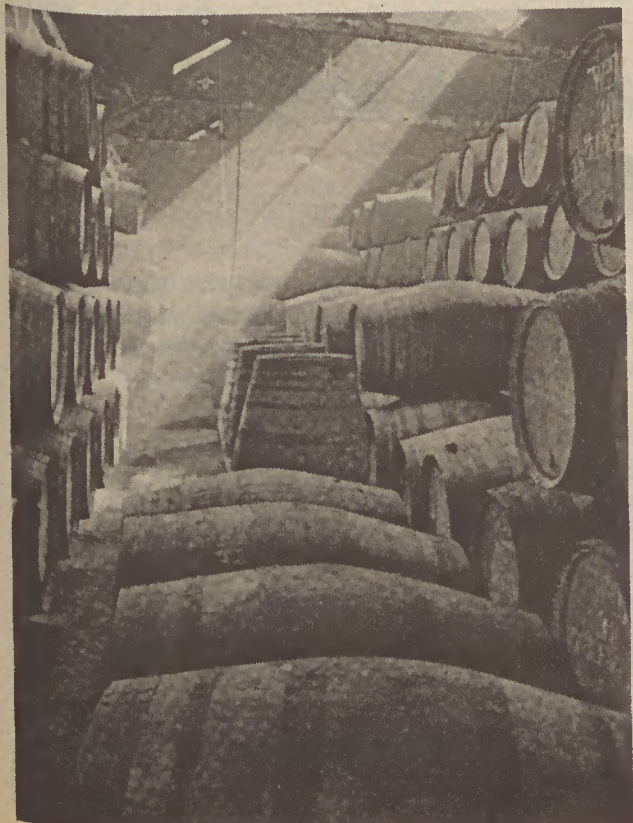
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	1 209 811 834 80
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	1 109 660 773 90
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	100 151 060 90

Parecer da Comissão Central de Controlo

Reunida em 28 de Março de 1994, a Comissão Central de Controlo, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos do Partido Comunista Português, examinou o Relatório e Contas relativos à actividade económico-financeira do PCP respeitantes ao ano de 1993, e verificou a sua conformidade com a Lei n.º 72/93, de 30 de Novembro, ressalvados os inevitáveis condicionalismos referidos no Relatório que as acompanha.

Lisboa, 28 de Março de 1994

A Comissão Central de Controlo



Angola

Um milhão de famílias angolanas, afectadas pela guerra, vivem sem os bens mais essenciais, revela um estudo elaborado pelo departamento de assuntos humanitários das Nações Unidas divulgado em Luanda. O estudo sublinha que o número de deslocados, principalmente mulheres e crianças, "aumentou drasticamente" durante 1993.

A Unicef, segundo o documento, propõe-se alargar a assistência em todas as províncias de Angola no decurso do primeiro semestre de 1994, contando para o efeito com o apoio das organizações não-governamentais, igrejas e grupos comunitários para a distribuição aos beneficiários.

Cuba

O parlamento cubano pode reunir-se em 1 de Maio para analisar e dar luz verde a várias medidas económicas com vista a sanear a economia do país, anunciou o presidente Fidel Castro.

O jornal "Granma", órgão oficial dos comunistas cubanos, publicou estas declarações do presidente Fidel Castro no fim de uma reunião do Comité Nacional da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), onde se analisou a actividade sindical.

Cerca de 80 mil reuniões, convocadas pela CTC, foram efectuadas até hoje com a participação de três milhões de trabalhadores. Nas reuniões foram recolhidas opiniões dos trabalhadores sobre a situação económica de Cuba e as medidas económicas para combater a crise. Entre as medidas mais imediatas, a imprensa cubana avançou com a criação de um sistema fiscal, redução do aparelho do Estado e a eliminação de alguns subsídios e serviços gratuitos.

"A Assembleia Nacional do Poder Popular (parlamento) - disse Castro - poderia realizar uma sessão extraordinária em 1 de Maio para analisar medidas de combate à crise, como a melhor forma de comemorar o dia internacional dos trabalhadores".

Somália

Estados Unidos, ONU e general Farah Aidid são os principais responsáveis pelos sangrentos confrontos

Palestina

Negociações de paz retomadas no Cairo

Israelitas e palestinos iniciaram, no Cairo, as negociações sobre autonomia da Faixa de Gaza e Jericó (Cisjordânia), interrompidas desde o massacre de 30 palestinos em Hebron, em 25 de Fevereiro. O relançamento das conversações tornou-se possível mediante a assinatura de um acordo sobre a segurança dos palestinos em Hebron, implicando a instalação de 160 observadores noruegueses, dinamarqueses e italianos nesta cidade da Cisjordânia.

O acordo, assinado por Israel e pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), sublinha, igualmente, o empenho das duas partes em acelerar os trabalhos a fim de respeitar a data de 13 de Abril, fixada para a retirada das forças israelitas de Gaza e Jericó.

O acordo sobre o dispositivo de segurança em Hebron, internacionalizará pela primeira vez o conflito em torno dos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Israel, que conquistou os territórios palestinos em 1967 em consequência da guerra dos seis dias, opôs-se sempre à presença de forças da ONU ou internacionais nessas zonas, insistindo que os confrontos naquelas regiões constituem uma "questão interna" do Estado judaico.

Já no quadro dos acordos entretanto estabelecidos, o exército israelita concluiu a retirada da principal base militar de Gaza, depois de ter transferido

para Israel os últimos prisioneiros palestinos.

A base de Hof era utilizada pelo exército e por guardas fronteiriços e servia também de centro de detenção para prisioneiros palestinos.

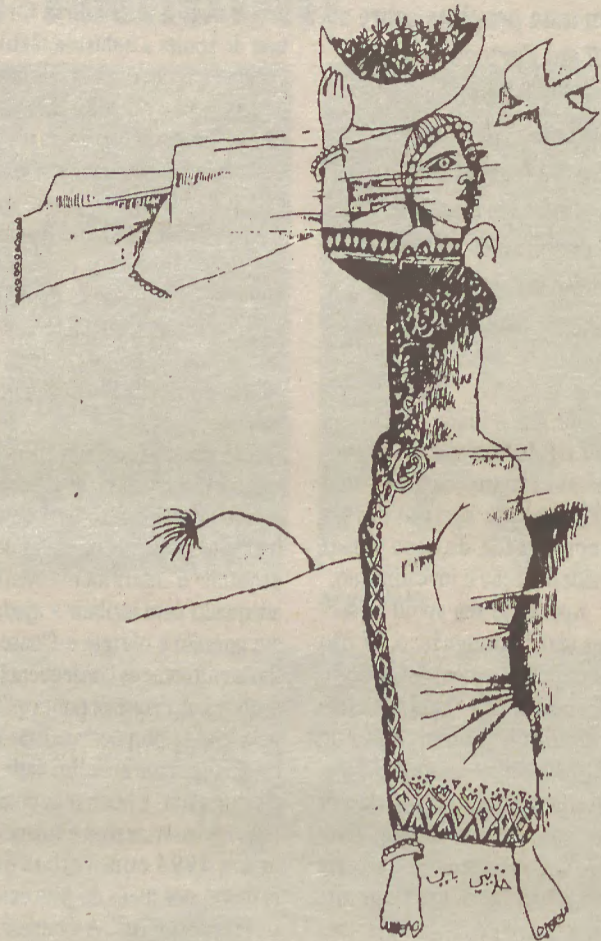
A presença militar israelita na base está reduzida ao mínimo.

A esquadra vai ser cedida à policia palestina, cujos primeiros elementos deverão chegar a Gaza na próxima semana.

O exército israelita vai ser distribuído por três sectores de Gaza, a fim de assegurar a segurança dos 4000 colonos que ficarão na região após a entrada em vigor do acordo de autonomia.

O Primeiro-Ministro israelita anunciou o regresso em breve aos territórios ocupados de palestinos expulsos ou de outros procurados que fugiram para o estrangeiro assim como uma libertação de prisioneiros.

Nabil Chaath, chefe da delegação de negociadores palestinos, disse que, salvo algum



imprevisto, o acordo sobre a retirada israelita dos territórios ocupados e a autonomia de Gaza e Jericó "é irreversível".

Chaath admitiu haver ainda "alguns problemas políticos a resolver", mas sublinhou que, "salvo alguma catástrofe como o

massacre de Hebron", o acordo "está concluído e definitivamente é irreversível".

O problema dos colonatos será uma das questões a exigir delicados equilíbrios.

Rabin tinha considerado recentemente que a presença de

colonos judeus em Hebron era "estúpida" do ponto de vista da segurança, tendo colocado a hipótese dos reagrupar e retirar as sete famílias que, em Julho e Agosto de 1984, se instalaram em Tel Rumeida, um bairro de Hebron.

A possível retirada dos 415 colonos de Hebron onde 30 palestinos foram massacrados em 25 de Fevereiro - levou vários rabis a apelar, em decreto religioso, à rebelião dos soldados israelitas, causando protestos colectivos em Israel.

O decreto dos rabis foi condenado por 81 por cento dos israelitas, aprovado por 18 por cento e um por cento não manifestou a sua opinião, de acordo com uma sondagem do jornal "Yediot Aharonot".

Em véspera da assinatura dos acordos, uma greve geral e manifestações, reunindo dezenas de milhar de pessoas, assinalaram o Dia da Terra e reafirmaram o protesto contra o assassinato de seis activistas da Fatah por soldados israelitas. Uma verdadeira "execução sumária", segundo uma organização israelita de direitos humanos, que sublinhou que "os militares dispararam sem aviso, sem estarem em perigo e mataram os que tinham ficado feridos".

A principal manifestação, em Rahat, sul de Israel, reuniu mais de 10 000 árabes israelitas.

Estados Unidos

O maior exportador de armamento

A venda de armas no mundo continua a baixar na década dos anos 90, enquanto os Estados Unidos são o maior exportador de armamento.

A Direcção de Controlo de Armamento e Desarmamento dos Estados Unidos informou que durante 1991 e 1992 ocorreu no mundo uma redução de despesas na compra de armamento devido à diminuição das exportações dos países da antiga União Soviética.

Os Estados Unidos foram em 1991 o maior exportador de armas com vendas calculadas em 9600 milhões de dólares, um terço menos que em 1990.

O valor da venda de armas no mundo em 1991 atingiu o total de 25 500 milhões de dólares, dois terços abaixo dos 68 700 milhões de dólares anteriores.

O total de 1991 é o mais baixo desde 1971 e representa uma clara tendência para a diminuição de anos anteriores, depois de se ter alcançado em 1984 o "record" de 72 800 milhões de dólares, em consequência da proliferação de armas no Médio Oriente.

Em 1991 o Médio Oriente continuou a ser a zona do mundo com um maior comércio de armas.

Entre 1981 e 1991, os Estados Unidos passaram de uma quota do mercado de armamento de 19,3 por cento para os actuais 37,8, e entre 1987 e 1991 exportaram 59 000 milhões de dólares em armas, em grande parte para países em desenvolvimento.

Os principais países exportadores de armas no mundo foram os Estados Unidos, ex-União Soviética, Grã-Bretanha, Alemanha, França, China, Canadá, Israel, República Checa, Coreia do Norte, Holanda, Itália, Polónia, Brasil e Bulgária.



Coreia em notícias

★ A questão nuclear na Coreia só pode ser resolvida através de negociações entre Pyongyang e Washington, afirmou Kim Yong Sun, responsável do Partido dos Trabalhadores norte-coreanos para os assuntos internacionais.

Kim afirmou que os Estados Unidos não deveriam colocar mísseis antimíssil "Patriot" na Coreia do Sul, nem realizar as manobras militares anuais conjuntas com a Coreia do Sul designadas por "Team Spirit".

O dirigente norte-coreano acusou a ONU de não se aperceber dos "perigosos desenvolvimentos nucleares" em alguns países protegidos pelos Estados Unidos e de pressionar a Coreia do Norte por "actividades nucleares pacíficas".

★ O Conselho de Segurança das Nações Unidas apelou à Coreia do Norte para que autorize todas as inspec-

ções solicitadas pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) a fim de evitar eventuais sanções das Nações Unidas.

Apelo entretanto oficialmente condenado pela Coreia do Norte.

"A única solução verdadeiramente eficaz deverá passar pelos Estados Unidos e pela República democrática e popular da Coreia", disse o embaixador norte-coreano junto das Nações Unidas, Pak Gil Yon.

Por sua vez, o representante chinês nas Nações Unidas, Chen Jian, declarou que "tudo que se faça deve ser no sentido da desnuclearização da península da Coreia e da manutenção da paz e da segurança na região".

Segundo Chen, o diálogo entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos e a Coreia do Sul e a AIEA é a chave que permitirá pôr fim à disputa nuclear.

★ Cerca de 2000 estudantes manifestaram-se em Seul em protesto contra a instalação de mísseis "Patriot" na Coreia do Sul e a pressão exercida pelos Estados Unidos para alargar o mercado de produtos agrícolas sul-coreano às importações.

"Não à abertura do mercado agrícola" e "Não aos mísseis Patriot", gritaram os manifestantes em Pusan, segunda maior cidade do país, de acordo com a agência noticiosa sul-coreana "Yonhap".

Cerca de 5000 polícias antimotim foram colocados ao longo das ruas percorridas pelos manifestantes, mas não se registaram quaisquer incidentes.

Os estudantes manifestaram-se durante perto de quatro horas e dispersaram depois de ter entregue uma carta de protesto no consulado dos Estados Unidos em Pusan, informou a "Yonhap".

França

Vitória do movimento juvenil



Manifestação em Paris



Face a face com a polícia



Contra o CIP

Após um mês de lutas e manifestações de rua, os jovens franceses alcançaram uma significativa vitória. O primeiro-ministro francês, Edouard Balladur, anunciou a anulação da medida que instituía o Contrato de Inserção Profissional (CIP), fortemente contestado pelos estudantes.

O CIP instituía um salário mínimo-jovem inferior em 20 por cento ao mínimo nacional.

A medida deu origem a uma vaga de protestos dos jovens que durante um mês se manifestaram em Paris e nas principais cidades francesas. O anúncio da retirada do CIP foi acolhido como uma "vitória da juventude francesa" pela principal associação sindical estudantil do país, a Unef.

"A vitória de uma geração!", é o comentário de "L'Humanité", enquanto o "Liberation" sublinha que a anulação do CIP traduz o isolamento do Primeiro-Ministro, Edouard Balladur.

Pouco antes desta clara vitória do movimento estudantil, o governo tinha feito publicar um decreto complementar da aplicação do contrato, que estipulava que os jovens diplomados que obtivessem um emprego no quadro do CIP receberiam um salário pelo menos igual a 80% do salário convencional em vigor na empresa. Os outros iriam ganhar 30% do salário mínimo nacional, entre os 16 e os 17 anos; 50% entre os 18 e os 20 anos; 60% com mais de 21 anos.

Significativo é, a esse respeito, o comunicado publicado pelo Sindicato geral da polícia (SGP), em que se refere "profunda preocupação face a uma situação social que se degrada cada vez mais. É mais que tempo - sublinha-se - de o governo tome em conta esta situação, antes que ela se tornar verdadeiramente explosiva".

Um quadro socioeconómico caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades.

5% dos mais ricos detêm 40% do património privado do país. Em poucos anos, mais 40 famílias se tornaram super-ricas, acumulando 70 mil milhões de francos através do resgate de empresas e a sua revenda na Bolsa depois da supressão de milhares de postos de trabalho.

Argélia

Duas estudantes assassinadas

Duas estudantes de liceu foram assassinadas em Boudouaou (30 quilómetros a oeste de Argel) por fundamentalistas islâmicos.

As jovens, de 18 e 19 anos, estudantes no liceu El Djamal em Boudouaou, eram conhecidas pelas suas convicções antifundamentalistas e recusavam-se a usar o véu islâmico (hidjab), que os grupos integralistas armados querem impor às mulheres.

As duas estudantes tinham participado activamente na manifestação democrata antiterrorista realizada no passado dia 22 em Argel.

De acordo com números fornecidos pelos serviços de segurança argelinos os atentados atribuídos a grupos fundamentalistas islâmicos armados já causaram a morte de 25 mulheres.

Um relatório não oficial refere por seu lado que, desde Dezembro de 1992, foram assassinadas cerca de 30 mulheres na Argélia, entre as quais uma francesa e uma russa.

Nos últimos meses, tem vindo a aumentar o número das vítimas do terrorismo promovido pelos fundamentalistas.

"Há um ano atrás, eram mortos apenas polícias e soldados. Actualmente todos os sectores da população são atingidos" - diz Houria Saihi, responsável da União argelina das mulheres democratas, em testemunho ao semanário "Humanité Dimanche".

"Cerca de três dezenas de mulheres foram mortas (...) o medo é uma constante (...)

são colados cartazes nas escolas, nas mesquitas, ameaçando de morte as mulheres que não usarem o "hidjab". Obrigam as estudantes a trazer o véu. Uma aluna já foi morta por o ter recusado", afirma ainda Houria Saihi.

Uma situação que tem vindo a levantar significativos protestos populares.

Nos últimos dias de Março, centenas de milhar de argelinos participaram numa manifestação promovida por organizações femininas, com o apoio da central sindical UGTA e outros movimentos sociais. Uma manifestação em que uma vez mais se exigiu uma "Argélia livre e democrática", e se afirmou a urgência de barrar o caminho ao terrorismo e ao fundamentalismo.

de Mogadíscio, em 1993, durante a operação apresentada como de paz, afirmam os investigadores. O documento de uma comissão de investigação, integrada por personalidades da Zâmbia, Ghana e Finlândia, recomenda à ONU para indemnizar as famílias dos civis somalis mortos na «caça» que a ONU decidiu contra Aidid. De acordo com os investigadores, Aidid foi o responsável do ataque de Junho de 1993 contra as forças da ONU (Onusom), que matou 20 soldados paquistaneses. A comissão critica os Estados Unidos por terem actuado por sua conta nas operações para encontrar Aidid e por não seguirem as ordens do comando militar da Onusom. Critica também as Nações Unidas pela sua campanha com vista ao desarmamento pela força da facção de Farah Aidid.

Petróleo

Um barril de petróleo rende três vezes mais à União Europeia (UE), graças às suas taxas sobre a energia, do que aos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), refere um relatório da OPEP. No Japão, o produto das taxas sobre o petróleo e seus derivados representa quase o dobro das receitas da OPEP, mas a progressão das taxas nipónicas tem sido, nos últimos cinco anos, inferior à da UE. Segundo o estudo da OPEP, as taxas sobre o petróleo passaram, na UE, de 39,33 dólares (cerca de 6,8 mil escudos) por barril, em 1988, para os 57,75 dólares (cerca de 10 contos), em 1992.

Alemanha

Manifestações pacifistas, discussões e orações pela paz deram início, na Alemanha, às "marchas da Páscoa" que terminam com uma concentração em Berlim. Em Bona, reuniram-se diversos grupos pacifistas em frente do Ministério federal da Defesa, numa manifestação de protesto contra a política de rearmamento. Os participantes noutra marcha, em Chemnitz, antiga Alemanha Democrática, protestaram contra o "nacionalismo e a guerra" e apelaram "à paz, liberdade e dignidade humana".

Brasil

Os números do caos

Um total de 9,7 por cento do território do Brasil encontra-se em poder de estrangeiros e cerca de 49 mil brasileiros possuem metade dos solos aráveis, afirma-se num estudo sobre a propriedade da terra divulgado no Rio de Janeiro.

A investigação realça que do total da superfície do Brasil, que é de 8 511 965 quilómetros quadrados, 36 milhões de hectares estão em poder de empresas estrangeiras.

O estudo sobre a posse de terra no Brasil foi realizada pelo Departamento nacional de trabalhadores rurais, Confederação nacional de trabalhadores da agricultura e Movimento de trabalhadores rurais sem terra, que divulgaram os seus resultados no documento «Dossier do campo: Números do caos».

O trabalho revela que um grupo de privilegiados exerce a propriedade sobre 50 por cento das terras aptas para a agricultura no Brasil.

As organizações que participaram no estudo denunciam que 90 por cento dos pequenos e médios agricultores não são abrangidos pela política agrícola do governo, que "tem por objectivo claro beneficiar os grandes".

Dos 150 milhões de habitantes do Brasil, 38 milhões vivem em áreas rurais e, destes, 73 por cento recebe menos que um salário mínimo (cerca de 17 500 escudos).

O estudo conclui serem estas as condições que determinaram o grande exódo rural no país, que nos últimos 25 anos obrigaram 32,7 milhões de pessoas a fugir para os grandes centros urbanos.

A luta pela posse da terra provocou nos últimos anos um total de 51 vítimas, entre elas 10 dirigentes sindicais e uma advogada que os apoiava.

■ Henrique Custódio

TOMAR

Milhares de postos de trabalho perdidos nos últimos anos mergulharam o Concelho de Tomar, no Distrito de Santarém, numa crise socioeconómica sem precedentes. Três fábricas de papel, um grupo empresarial e uma fábrica de fiação protagonizam o ascenso e queda da economia da região, num trajecto que começou há várias décadas com uma industrialização desordenada e monolítica, para desembocar no afundamento quase fulgurante dos últimos anos. Resultado: milhares de desempregados, miséria cada vez menos encoberta de largas faixas da população, crise instalada no comércio, nos serviços e na actividade produtiva subsidiária, desde as oficinas de reparações às empresas de construção. No alto do monte que domina a cidade, o Castelo dos Templários e o Convento de Cristo atestam glórias e grandezas vindas do fundo da nacionalidade, enquanto eles próprios também se esboroam na lenta incúria dos homens. Em terra de Templários, modernos cavaleiros se agitam: os da fome.

dos de 1992 a Matrena encerrou ao abrigo da Lei de Viabilização e Recuperação de Empresas, ainda com 250 trabalhadores no activo. Em Junho de 1993 foi aprovado o projecto de viabilização, que arrancou em Janeiro deste ano com cento e poucos trabalhadores. Neste período de encerramento o sindicato conseguiu, mesmo assim, negociar uma tabela salarial com subsídios pecuniários com aumentos na ordem dos 22%. Os salários desta fábrica eram baixos, não havia aumentos há dois anos".

Quanto à Porto Cavaleiros, "sofreu um processo semelhante ao da Matrena, atirando os seus (já residuais...) 210 trabalhadores para um provisório subsídio de desemprego", enquanto se cruzam promessas de relançamento lá mais para a frente... Anote-se que as dívidas aos trabalhadores, em salários atrasados e só nesta empresa, ascendem a qualquer coisa como 57 758 contos, estando previsto o seu pagamento em 12 prestações mensais iguais e sem juros, com início após seis meses sobre a (hipotética) reactivação da empresa... O que está longe de ser caso único, no Concelho de Tomar. Causas da crise? "A conjuntura político-social do País, administrações incompetentes e a entrada da CEE em Portugal", resumiu-nos Fróis Nunes.



Praça da República, no centro histórico de Tomar, vendo-se a esttua de D. João I, um dos belos exemplares do gótico flamejante no núcleo urbano, irradiando cabalisticamente em direcção aos quatro pontos cardeais.

Os Templários

Quando se entra no casco histórico de Tomar, nada parece fora do sítio. Turistas um pouco por todo o lado atestam o universal e permanente interesse pela velha urbe, o trânsito e o movimento são os de uma cidade viva e animada. Há gente nos cafés e nas ruas e o vai-vem nas repartições ou o bulício nos mercados mostram um quotidiano laborioso e animado.

Todavia mesmo aí, e sob melhor atenção, há indícios que apontam para a crise. Lojas às moscas, proliferação de saldos ou de campanhas a angariar clientes, encerramentos e trespasses rasgam transversalmente a harmonia da cidade. Aparentemente de saúde, apenas a restauração, multiplicada numa apreciável oferta de tascas, tasquinhas, cafés, restaurantes e pubs. Mas estamos a falar do centro histórico, objecto de ampla procura turística e lugar nevrálgico da cidade e do Concelho.

Falámos com sindicalistas e trabalhadores, autarcas e comerciantes, população rural e parceiros fortuitos de tascas e restaurantes. Em todas as conversas a crise surgia como um facto incontornável, mais ou menos testemunhada ou assumida e definindo duas constantes: o êxodo das populações e o alastramento das dificuldades socioeconómicas, cruamente demonstradas pela fome com que muitas crianças chegam às escolas ou famílias inteiras são expulsas, por insolvência, das suas casas e atiradas para autênticos casebres.

Entretanto uma visita às principais fábricas do concelho, com milhares de despedimentos por trás dos portões fechados, atestou, sem tergiversações, o drama que se vive em Tomar.

Causas da crise

"Três fábricas do sector papelero, o grupo de empresas Mendes Godinho e a Fiação de Tomar eram as grandes empregadoras do Concelho. De há uns anos para cá entraram em crise profunda e o Concelho perdeu milhares de postos de trabalho". Este resumo da situação foi-nos dado por Fróis Nunes, dirigente do Sindicato dos Gráficos, Papel e Imprensa e membro da Direcção Nacional dos Sindicatos do Sector. Familiarizado com o sector papelero, explicou-nos que das três empresas que há meia dúzia de anos empregavam milhares de pessoas (Matrena, Porto Cavaleiros e Prado), as duas primeiras fecharam e a terceira labora com 180 trabalhadores e crescentes dificuldades.

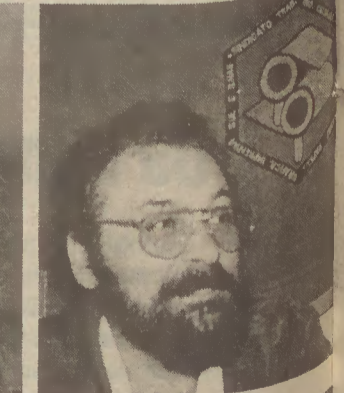
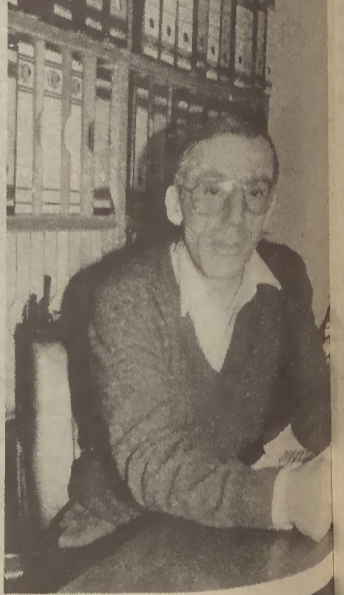
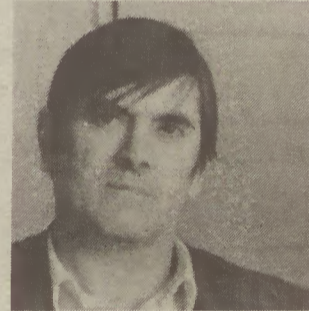
Neste quadro, tem sido a luta sindical que, apesar de tudo, tem posto algum travão na derrocada, como mostra a trajectória da fábrica da Matrena, reaberta em princípios deste ano: "Em mea-

Planos, autarcas e falências

O "Plano de Desenvolvimento Integrado de Tomar" (PDIT), segundo a CDU, não passa de "um imenso tacho para meia dúzia". Em conferência de Imprensa a que, por acaso, assistimos durante a nossa estadia, a CDU acusa o Governo de não ter envolvido na elaboração deste prometido Plano as autarquias, os sindicatos, as diversas associações e forças sociais do Concelho com os ministérios da tutela. "Não se sabe para onde vão as verbas anunciadas, nem como nem por quem serão utilizadas", critica ainda a CDU, que sublinha: "Esta crise em Tomar não tem paralelo e as pessoas não têm alternativas locais".

Quanto à Câmara Municipal de Tomar, não ficou ao abrigo de críticas. Eduardo Serraventoso, professor e cabeça de lista da CDU à Câmara nas últimas eleições, acusa o executivo PS de ter levado o município à falência, exigindo um inquérito à sua situação financeira. "É chocante como a Câmara não assume os seus compromissos, inclusive com as próprias Freguesias", diz Serraventoso, caracterizando a gestão reconduzida em Dezembro com "falta de protagonismo, nenhuma estratégia para o futuro, desaproveitamento dos próprios recursos, excessivo endividamento, partidarização e negociatas".

Quem não pode ser acusado de falta de protagonismo é a Junta de Freguesia de Paialvo, com maioria absoluta CDU presidida pelo dinâmico Custódio da Silva Ferreira, cuja intervenção era excitadamente aguardada pela Comunicação Social local. Uma dívida de 5300 contos deixada pelo anterior executivo PSD em Paialvo e um buraco de, pelo menos, 450 contos encontrado no registo de venda de campas nos cemitérios das Freguesias, era o prato forte da noite. "Sublinhe-se que 3000 desses 5300 contos de dívida são, por seu lado, dívida da Câmara à Freguesia, quando mandou fazer uma estrada à boca das eleições com tanta pressa que se esqueceu de pagar à Junta!", esclareceu o bem humorado Custódio Ferreira.



O frigo

"... Exemplos da crise? Olhe, tínhamos uma cliente que comprou um frigorífico a prestações. Casada, com dois filhos e 30 e tal contos de renda, entretanto divorciou-se e ficou desempregada. Após vários postais sem resposta, procurámo-la em casa e a vizinhança informou-

-nos: já não mora aqui, mas olhe que ela vendeu o frigorífico! Procurámo-la na nova residência - um casebre cercado de balsas - e lá estava com os dois filhos. Saiu de casa porque não podia pagar a renda e o frigorífico estava guardado em casa duma vizinha porque ali, sem

20
Anos

VIVA As lutas pela Liberdade

O 25 de Abril foi o culminar de uma longa luta. Não foi um golpe, como hoje alguns pretendem, usando e abusando dos meios de comunicação que dão prioritariamente voz aos inimigos da Revolução ou aos envergonhados dela. Não surgiu apenas, como pretendem os mesmos, e exclusivamente da tomada de consciência dos militares da impossibilidade de vencer a guerra colonial. Não foi sequer um golpe militar, mas um levantamento militar,

«imediatamente seguido pelo levantamento popular», como recentemente recordou o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal.

Para o derrubamento do fascismo, que foi a «ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifúndios»,

contribuíram as lutas de amplas massas populares em batalhas reivindicativas, em greves e manifestações, durante longas décadas. À frente dessas lutas encontrou-se a classe operária, os trabalhadores, os intelectuais progressistas, a juventude. Dirigindo-as, dinamizando-as, orientando-as a nível político, esteve o Partido Comunista Português, cujo papel determinante na luta pela liberdade e por uma Revolução Democrática e Nacional se pretende também hoje apagar. Com o PCP estiveram muitos democratas de várias

tendências, num processo de unidade democrática para o qual os comunistas contribuíram permanentemente e de modo decisivo, com a sua experiência política, a sua capacidade de organização, o seu empenhamento revolucionário.

As lutas pela liberdade foram também as lutas pelos direitos dos trabalhadores, contra a exploração monopolista e latifundista, pela justiça social. Foi também a luta contra o imperialismo e contra a guerra. Lutas que se encontravam num auge nos meses que antecederam Abril. E que recordamos hoje, repondo algumas verdades.



20
anos
VIVA O
ABRIL

PCP e a luta antifascista

Fundado em 1921, a poucos anos do advento do fascismo que durante quase cinco décadas iria ensombrar a história do país, o Partido Comunista Português cedo sofre a repressão salazarista, tornando-se em breve no seu alvo principal ao mesmo tempo que, ligando-se às massas e dirigindo as suas batalhas, o PCP encabeça a luta dos democratas pela liberdade e pela democracia.

Enquanto que os outros partidos se autodissolvem ou são ilegalizados e desfeitos, abandonando o terreno face ao partido único construído e chefiado por Salazar, o PCP, cujo II Congresso, em

impulsionadas e criadas pelos comunistas então. A ORA, Organização Revolucionária da Armada, é uma delas, assim como o Socorro Vermelho Internacional, a Federação das Juventudes Comunistas, a Liga dos Amigos da URSS, a Liga Contra a Guerra e o Fascismo, os Grupos de Defesa Unitária. Sucedem-se as greves, as manifestações e as movimentações contra o fascismo. Em 1934, tem lugar, a 18 de Janeiro, a insurreição da Marinha Grande, encabeçada por militantes comunistas, com destaque para José Gregório.

A repressão abate-se fortemente sobre os

dos comunistas nas organizações dos trabalhadores e particularmente nos sindicatos fascistas. Intensas lutas reivindicativas, operárias e camponesas se desenvolvem, ao mesmo tempo que é criado o MUNAF, em 1943, no seguimento do II Congresso (o I ilegal) do Partido. O Movimento de Unidade Nacional Antifascista, clandestino, agrupa as principais forças democráticas na luta contra o regime salazarista.

O PCP torna-se, assim, após a reorganização de 41/42, num grande Partido nacional, presente e influente em toda a actividade antifascista. Nestas breves notas não cabe toda a riquíssima história do PCP, que vai fundir-se

-leninismo, que o ajudou a encontrar uma estratégia justa, que lhe permitiu definir o regime em termos teóricos, encontrar a via para o seu derrubamento e apresentar aos trabalhadores e aos democratas um programa claro a realizar.

Definindo o fascismo português como «a ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifúndios», traçando e praticando uma correcta política de unidade e de alianças, apontando o «levantamento nacional como perspectiva revolucionária do movimento antifascista», conjugando as formas de luta legais e ilegais, profundamente ligado às massas, partido patriótico e internacionalista, o PCP foi a vanguarda

da luta contra o regime que veio a ser derrubado em 25 de Abril de 1974.

Durante a profunda Revolução que então teve início, muitas das conquistas apontadas no Programa do Partido, aprovado no VI Congresso, realizado clandestinamente em 1965, foram alcançadas pelo povo português.

«Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; Realizar a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha; Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; Democratizar a instrução e a cultura; Libertar Portugal do imperialismo; Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos».

Tais eram os oito pontos do Programa do PCP para a Revolução Democrática e Nacional.

O 25 de Abril, levantamento militar a que imediatamente se seguiu o levantamento popular e que rapidamente se transformou em

Revolução por acção das massas e por meio da aliança que se estabeleceu entre o Povo e o MFA, permitiu a realização de grande parte desse programa. A recuperação monopolista, latifundista e imperialista que se seguiu, mercê das divisões no campo democrático e da política de direita seguida por sucessivos governos, deixou a Revolução de Abril inacabada.

O PCP, ao mesmo tempo que luta pela defesa do que resta das conquistas democráticas, e tendo em conta a nova situação nacional e internacional que hoje se vive, continua a considerar a realização plena das mesmas, necessárias para o aprofundamento e desenvolvimento em Portugal. Uma democracia avançada que se realize nas suas quatro vertentes — política, económica, social e cultural.

TESTEMUNHOS

Janeiro de 1974. O ano inicia-se em luta. O fascismo ainda não foi derrubado, mas está a ser posto em causa em todas as frentes. Papel decisivo têm os trabalhadores que, sob a repressão e as provocações, se organizam e travam grandes batalhas reivindicativas, muitas delas com sucesso. Nesse mês, em que novo ano começa que vai mudar o país e revolucionar a sociedade, chegam ao «Avante!» duas cartas, entre muitas outras. São apenas dois exemplos, que aqui recordamos.



1926, é interrompido ante a notícia do golpe do 28 de Maio, passa à clandestinidade e organiza-se em condições difíceis, não deixando, porém, de intervir e de dirigir as lutas operárias e contra a ditadura. Na Conferência realizada em 1929, Bento Gonçalves é designado Secretário-geral do Partido. Numerosas organizações são

comunistas, cujos dirigentes são presos, como é o caso de Bento Gonçalves, que virá a falecer no campo de concentração do Tarrafal, onde perdem a vida numerosos antifascistas.

Nunca cedendo perante o fascismo, o Partido reorganiza-se. Em 1936, é criado um Comité Central de que fazem parte Álvaro Cunhal, Alberto Araújo, Manuel Rodrigues da Silva e Pires Jorge. São anos difíceis, durante os quais o fascismo se consolida internamente enquanto que, no plano internacional, o fascismo alarga a sua influência e poder e está na forja uma segunda guerra mundial.

Tal não impede uma profunda reorganização do PCP em 1941/1942, que virá nesses mesmos anos e nos seguintes, a ter efeitos decisivos no ascenso da luta de massas e no seu alargamento, na influência

com as grandes iniciativas políticas contra o fascismo, com a prolongada luta reivindicativa que alcançou momentos altos nos anos que se seguiriam. Temido e odiado pelo regime, que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou tantos comunistas, conhecido e respeitado pelos trabalhadores, considerado pelos democratas, o PCP foi a força determinante na luta antifascista.

Nenhuma outra organização política, aliás, possuiu a capacidade de organização, o empenhamento e mesmo o heroísmo de dar combate ao regime. Só — mas não isolado — no campo democrático em termos de partido político organizado, o PCP não dispunha apenas dessas capacidades e determinação. Possuía uma teoria revolucionária, o marxismo-

A greve na ROBBIALAC

Na segunda-feira, dia 7, todos os trabalhadores paralisaram o trabalho à exceção dos escritórios. Pelas 12 horas desse mesmo dia, são chamados à administração os delegados sindicais, onde já se encontravam dois delegados do INT que tentam responsabilizar o Sindicato pela greve. Os delegados disseram que o caso não era a nível sindical, mas sim a nível de trabalhadores e empresa. A Direcção dos Químicos é também chamada ao Ministério das Corporações que mais uma vez tenta responsabilizá-los, ao mesmo tempo que lhe pede para ir à fábrica convencer os operários a trabalhar, ao que eles se recusam, por não ser nada com o Sindicato. Só depois destas manobras terem falhado é que a administração da Robbialac se "dignou" chamar a Comissão.

Na conversa que tiveram, a administração começou logo com ameaças; que não iam ganhar nada com a greve; que não obrigavam a empresa a ceder; que, se fosse preciso, chamavam a polícia e fechavam os portões não deixando entrar ninguém. A Comissão respondeu que os trabalhadores já contavam com isso e que, portanto, não era novidade nenhuma. A administração tentou ainda convencer os trabalhadores a pegar, dizendo à Comissão que, se fizessem com que tudo voltasse à normalidade, passariam uma esponja sobre o incidente. A Comissão respondeu que ali não tomava resoluções, que eram meros porta-vozes dos restantes trabalhadores, mas que os "senhores" não tivessem ilusões porque os trabalhadores não recomeçariam o trabalho sem que as reivindicações fossem satisfeitas. Ainda nessa segunda-feira, antes das 18 horas (hora de saída), o chefe da divisão de pessoal, sr. Manuel Silvestre, disse aos trabalhadores que o assunto seria entregue ao Ministério do Interior.

Dia 8, terça-feira, quando se apresentavam ao trabalho, os operários encontraram os portões fechados e em frente deles 5 jipes e duas carrinhas de GNRs armados. Pelas 8 horas, abriram os portões e mandaram entrar os trabalhadores que depararam logo ali com 10 agentes da PIDE/DGS, uma mesa, esferográficas e papéis. A PIDE perguntou se os operários queriam trabalhar e, como a resposta foi afirmativa, pois todos responderam que sim, foram intimados a assinar o nome, o que todos recusaram. A PIDE fez sair os poucos trabalhadores que já tinham entrado e, como a malta se manteve por ali, andou a rondar, a tentar ouvir as conversas e descobrir os trabalhadores mais combativos. A certa altura, numa atitude provocatória, dizem: "Afinal, o que é que querem? Querem trabalhar, depois não querem trabalhar; então girem para casa!"

Os trabalhadores disseram que queriam saber a resposta a uma carta reivindicativa entregue à gerência. A PIDE então disse: "Venham daí dois ou três à administração" (tentando desta forma dividir os trabalhadores), ao que os trabalhadores responderam que só iria a Comissão toda. Perguntando quem eram os da Comissão, tiveram como resposta em coro: "Somos todos, mas escolhemos de entre nós alguns". Depois da Comissão formada, a PIDE ainda tentou dividi-la dizendo que não era precisa tanta gente, mas viu-se obrigada a aceitar e mandou entrar. Já a caminho da gerência, foi-lhes dito que a resposta era negativa, tendo a Comissão respondido que, sendo assim, não valia a pena subir, voltando toda a Comissão para a rua, sempre

acompanhada pela PIDE.

Enquanto iam e vinham, a PIDE dizia: "Vós tendes uma boa organização, estais muito bem organizados". Depois, outro dizia: "Nunca vi uma merda assim, não têm organização nenhuma! Olhem para isto: até mulheres metidas nisto! Que grande merda!", e empurravam uma das mulheres para a frente. Ainda outro dizia: "Ah, grande Sindicato dos Químicos, eu sei quem está por detrás de tudo isto! Ah, doutor, se te apanho! Ah, borracho! A gente conhece-o!" E rangia os dentes, "Isto não é orientado cá de dentro, não, isto é de lá de fora!" Conversa da PIDE com o porteiro e o chefe da manutenção da fábrica: "A gente sabe que aqui há uns agitadores!" E o Mário Pineias deu o nome de 14 trabalhadores. A PIDE foi aos ficheiros tirar fotocópias das fichas, levou as fotos e colocou escutas nos telefones.

Há também um fura que esteve connosco e depois se foi entregar, chama-se Cardoso, é do laboratório e foi trabalhar com um empilhador, e deu à PIDE nomes de activistas com quem andou cá fora. No mesmo dia 8, a GNR dispersou os trabalhadores pelas imediações, perseguindo-os pelo olival, na retaguarda da fábrica, autuando até os grevistas que tinham carros estacionados no olival, por estarem em propriedade privada. Os trabalhadores reuniram-se pela última vez no dia 8 à tarde, decidindo aí apresentarem-se no dia seguinte aos portões da Robbialac com nova Comissão. Dia 9, os operários apresentam-se de novo à entrada da fábrica, avançando uma Comissão de dez operários, que desta vez foi recebida pela administração. Nesse momento entra em paralisação a fábrica Dyrup.

Antes do meio-dia, regressa a Comissão, acompanhada do chefe de divisão do pessoal, reúnem com os operários, informando que a administração só em Junho revia os salários mais baixos; que não havia represálias se fossem trabalhar; e se acaso o não fizessem até ao dia 10 às 8 horas seriam despedidos, ou antes, considerados despedidos sem indemnização. As forças policiais deram também 10 minutos para tomarem uma resolução. A maioria não queria pegar mas, como alguns, poucos, dissessem na presença do chefe da divisão do pessoal "Vamos", foi impossível movê-los, por ser perigoso. Um operário, num pequeno discurso, disse: "Se vamos trabalhar, vamos de cabeça erguida". Tudo isto na presença do chefe de serviço do pessoal, Manuel Silvestre. A seguir pegaram ao trabalho, vencidos mas não convencidos. Dia 10, o chefe da divisão do pessoal, Manuel Silvestre, mandou reunir no seu gabinete todos os chefes e encarregados, elogiando-os por não terem colaborado na greve, para depois lhes pedir que estivessem sempre atentos a todas as conversas do pessoal, pois que os trabalhadores com certeza não desistiriam e poderiam começar por reduzir a produção, passarem a enganarem-se nos lotes propositadamente e acabarem por sabotar as máquinas. Disse que havia agitadores na empresa que tinham de ser tratados implacavelmente. Nos dias em que os trabalhadores estiveram em greve, automobilistas, camionistas e passageiros das carreiras batiam palmas e punham os dedos em V à passagem pela porta onde se encontravam os trabalhadores. Ao verem a polícia, alguns gritavam de indignação: "Vai-te embora, porco!"



Foi assim que, quando um militar passava junto à Robbialac, de camioneta, se manifestou contra a presença da GNR no local da greve, esta perseguiu e obrigou a parar o veículo, detendo o militar e levando-o para o posto de Sacavém. Ninguém na camioneta respondeu quando a GNR perguntou pelo autor da

provocação, foi o próprio que se acusou a si mesmo.

A GNR continua a patrulhar os arredores da fábrica, de jipe, e a PIDE segue nas camionetas com os operários.

Janeiro de 1974
Assinado Arl.

Paralisação e concentração na Cometna

No dia 2 de Janeiro, os operários da Cometna paralisaram o trabalho após o almoço e concentraram-se na quase totalidade no largo fronteiro da fábrica até às 19 horas da tarde. Até às 14,30 estavam talvez uns 300 operários, os outros tinham ido recomeçar o trabalho depois do almoço. Mas houve uma voz que gritou: "Por que não vamos buscar os outros para estarem aqui?!"

Todos concordaram e em grandes grupos dirigiram-se para as oficinas trazendo todos os companheiros, só ficaram a trabalhar uns 20 operários dos fornos e de outros serviços delicados que não quiseram abandonar. Os operários concentrados exigiam que a administração desse a resposta que tinha prometido quando lhe entregaram o abaixo-assinado com 650 assinaturas (90 por cento dos trabalhadores da empresa), nos princípios de Novembro, abaixo-assinado em que se reclamava 1500\$00 de aumento mensal.

Um administrador pediu que os operários arransassem uma comissão para falar com ele no escritório, mas os operários não aceitaram a proposta, respondendo que viesse ele ali discutir com os operários todos, pois, o caso dizia respeito a todos. Apareceram dois indivíduos do INTP procurando intimidar os operários com a afirmação de que aquela concentração era ilegal, os operários responderam aos do INTP que estavam ali à espera de uma resposta da administração e por isso seria esta que estava em falta. Um administrador veio dizer mais tarde que já tinha telefonado para o patrão e este dizia que não podia dar de aumento mais de 1000\$00, que já era um encargo muito grande para a empresa. Houve debate entre os operários e o administrador e este disse que apresentassem outra proposta que aquela dos 1500\$00 não podia ser atendida.

Os operários resolveram fazer contraproposta que era assim:

- 1500\$00 para quem ganhe até 5000\$00;
- 1200\$00 " " " 6000\$00;
- 1000\$00 " " " 7000\$00

O administrador disse que no dia 4 à tarde teriam uma resposta. Então os operários resolveram ir para o refeitório da empresa para discutirem a continuação da luta. Assim fizeram acabando por eleger uma comissão, constituída por 13 operários, para os representarem nas discussões com a administração.

A luta continua

No dia 4 de Janeiro, a comissão dos 13 foi à administração, às 15 horas, para saber qual era a resposta. Na hora do almoço, os operários tinham reunido com a Comissão para ver qual a disposição geral e que novas propostas poderiam fazer.

Decidiram que se a administração não concedesse a reivindicação dos 1500\$00, então seria de pedir agora 1250\$00 e mais tarde, passados 6 meses, os restantes 250\$00.

Nas negociações com a administração esta disse que não podia dar mais de 1000\$00, pois, era um grande encargo para a empresa que, com a fábrica de Palmela, tem 1200 operários, no conjunto. A administração garantiu que os operários já estavam a vencer o aumento a partir do 1º de Janeiro.

A comissão comunicou aos operários o que fora dito pela administração.

Parece que a opinião de quase todos os operários foi a de que era de aceitar, de momento, o aumento proposto pela administração, dizendo alguns que nunca tinham tido um aumento tão grande. A comissão fez ver à administração que se algum operário dos que fizeram parte da comissão sofresse alguma represália a administração seria responsável pelo que acontecesse. A administração garantiu que fossem descansados que nada aconteceria.

6 Janeiro de 1974
Assinatura Pi.



Não é possível fazer a história do 25 de Abril sem prestar a maior atenção, no quadro das condições em que eclodiu, ao importante movimento grevista da classe operária que se desenvolveu, nas principais regiões industriais do país, entre Outubro de 1973 e o próprio dia em que a ditadura foi derrubada.

A campanha política de massas realizada pela oposição democrática, por ocasião da

anos de democracia", para legitimar a sua tese de que "os tempos eram, antes, de refluxo".

Foi sim um movimento de grande amplitude e profundidade realizado nas condições da ditadura fascista, em que a greve era considerada crime e violentamente reprimida, adquirindo um carácter eminentemente político de luta contra o regime, que ajudou assim a derrubar. Foi também um movimento marcadamente ofensivo. Não se limitou à luta pelo pão, combinou-a com a luta por outros importantes objectivos sociais, apresentando-se neste aspecto como precursor do 25 de Abril.

(entre nós) direitos que representavam uma significativa promoção do estatuto social dos trabalhadores.

Exigia-se nesse caderno reivindicativo: aumento salarial de 1000\$00 a 1500\$00 por mês; 13^o mês; semana de 40 horas; subsídio de férias de 100 por cento; feriado no 1^o de Maio. Era um caderno reivindicativo sem dúvida audacioso, em muitos aspectos precursor das movimentações e conquistas que se alcançaram depois do 25 de Abril, mas que já era então fortemente mobilizador. No entanto, a DORL do PCP, ao mesmo tempo que popularizava este caderno reivindicativo num manifesto de grande

No conjunto dos dois meses, Janeiro e Fevereiro, registaram-se, na região de Lisboa, greves e paralisações em 25 empresas abrangendo cerca de 15 mil operários.

Noutras regiões do país, o movimento desenvolveu-se com idêntico impacto. Para só falar das regiões mais próximas de Lisboa: a 4 de Fevereiro, greve da Casa Nery, de Torres Novas, a 5 greve da Duarte Ferreira, do Tramagal, a 8, praticamente toda a indústria vidreira da Marinha Grande paralisou, entre 18 e 20 a greve do Arsenal do Alfeite. Na região de Lisboa, o movimento prosseguiu nos meses de Março e Abril.

do início da greve e a sua ameaça, como foi o caso da Casa Hipólito, de Torres Vedras. Uma certa nova maneira de agir de alguns sectores do patronato apareceu mais significativamente na Sorefame, por um lado, a Administração dispôs firmemente qualquer intervenção policial, mas por outro, recusa qualquer negociação com os trabalhadores na vigência da greve. Ao mesmo tempo incitou os trabalhadores a que escolham os seus representantes para encetar negociações e é através deles que procurará dividir para reinar e o menos possível. Transcrevemos, por especialmente esclarecedora a este respeito, os pontos essenciais da Comunicação C 152, do Conselho de Administração da Sorefame, datada de 17 de Janeiro de 1974: "1^o - A empresa só negociará quaisquer condições do pessoal no caso deste retomar imediatamente o trabalho; 2^o - Após o reconhecimento das actividades, a empresa iniciará imediatamente

ameaçada. Como não tivesse conseguido com esta manobra intimidatória demover os trabalhadores a retomar o trabalho, a administração anunciou que iria entregar o caso ao Ministério do Interior. De facto, logo de manhã, no segundo dia de greve as instalações da fábrica foram ocupadas pelas forças repressivas: no exterior uma força numerosa da GNR, no interior uma brigada da PIDE/DGS, que logo desenvolveu uma intensa acção de interrogatórios, provocações e ameaças aos trabalhadores, organizando listas dos que deviam ser responsabilizados. Era assim o envolvimento e a promiscuidade entre o grande patronato capitalista e o aparelho repressivo da ditadura.

No caso da Robbialac, apesar desta grande pressão intimidatória, os trabalhadores só retomaram o trabalho no terceiro dia de greve com a promessa de aumento meses mais tarde e com a garantia de que não haveria represálias. Outro exemplo, que agitou o país na altura, foi o lock-out com que a administração da Tomé Feteira, de Vieira de Leiria, respondeu à paralisação dos trabalhadores nos primeiros dias de Fevereiro. A situação originou um processo muito original de luta com os trabalhadores e os seus familiares a cercarem a empresa durante dias seguidos e o desenvolvimento de muitas acções de solidariedade, com recolha de dinheiros e abaixo-assinados de apoio a decorrerem em várias empresas de diferentes regiões.

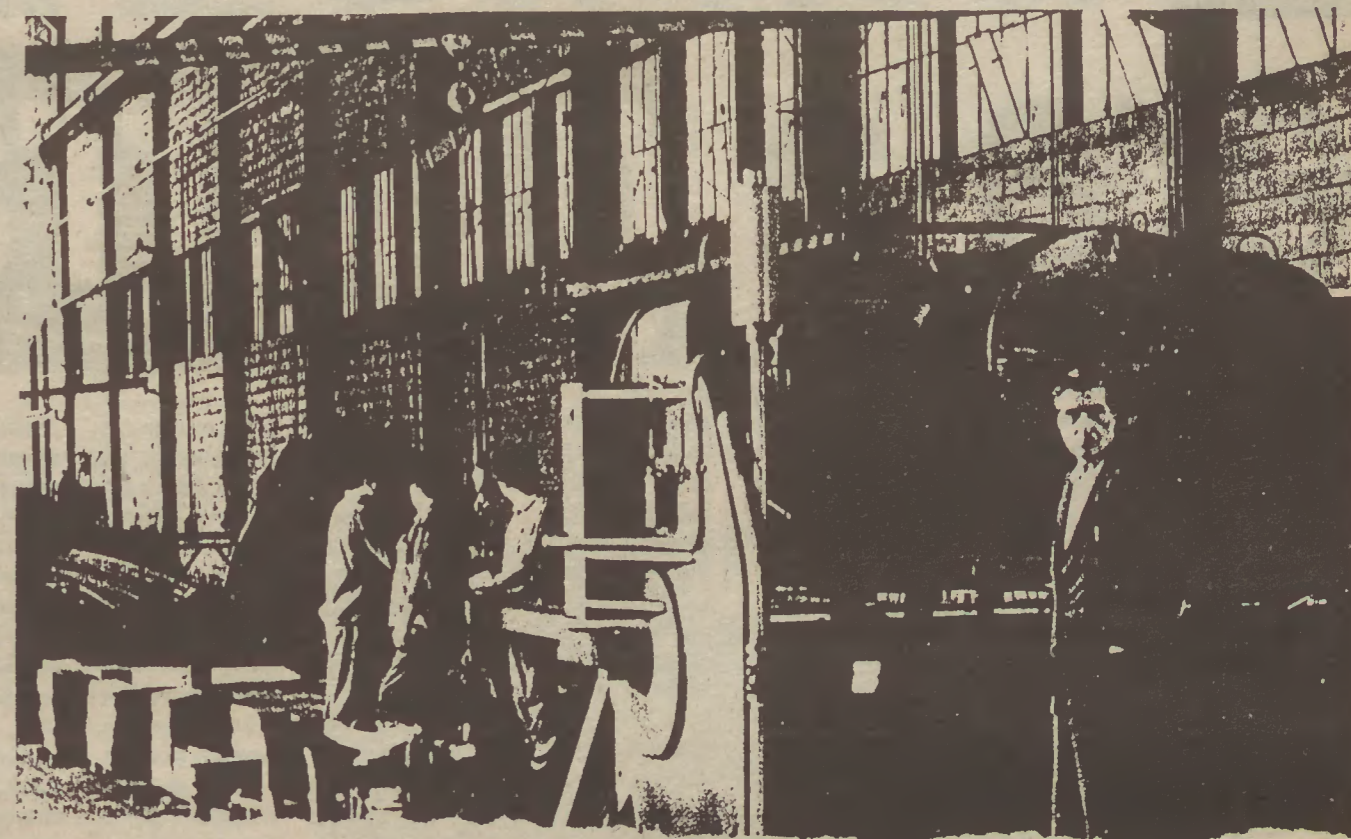
Tornar-se particularmente aguda a deterioração da situação económica com uma profunda queda dos ritmos de crescimento e um enorme agravamento dos défices com o estrangeiro. No plano social, ao mesmo tempo que se intensificava o ritmo da subida dos preços, o governo e o grande patronato monopolista adoptavam medidas para impedir os aumentos de salários, congelando-os durante dois anos e até permitindo que fossem pagos salários abaixo dos fixados nos "contratos colectivos" em vigor. A estas condições objectivas, juntaram-se as condições subjectivas. A campanha política de massas realizada por ocasião da última mascarada eleitoral fascista, de Outubro de 1973, foi, como dissemos atrás, determinante na criação das condições subjectivas para a eclosão do movimento grevista. O mundo laboral tinha sofrido um intenso abalo com os comícios, as sessões, as manifestações, as acções de rua, a agitação e os objectivos apontados por todas estas formas. Mas só por si não chegava. Como disse há dias o camarada José Vitoriano, num colóquio sobre o 25 de Abril: "os trabalhadores souberam tirar partido da demagogia liberalizante de Marcelo Caetano." Fizeram-no sobretudo no plano da organização e especialmente na organização sindical

esses e a distribuição de 2 milhões de documentos, entre outros actos mais significativos) mas porque foi um espaço (durante e depois da campanha) para a realização de reuniões e assembleias de trabalhadores que discutiram cadernos reivindicativos semelhantes ao que serviria de bandeira ao desencadeamento do movimento e para a formação de estruturas socioprofissionais que mantinham contacto com várias empresas. O papel decisivo na preparação e desencadeamento do movimento grevista pertenceu, no entanto, sem qualquer margem para dúvida, ao PCP. Foi o seu papel na iniciativa, na concepção, na definição das palavras de ordem e na execução da campanha política de massas; foi o seu papel de principal força dinamizadora do movimento sindical e do movimento democrático; foi a sua influência geral na classe operária e a influência directa da sua imprensa clandestina, com destaque para o "Avante!". Mas, além de tudo isto, salientou-se o papel do PCP na elaboração do caderno reivindicativo-síntese com que o movimento foi impulsionado e a influência directa dos comunistas nas empresas-chave que desencadearam a segunda vaga da luta - a mais consistente - que se desenvolveu com especial vigor nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1974 e prosseguiu depois até ao 25 de Abril.

caso das operárias da Plessey, mas aplicadas a salários incrivelmente baixos. O carácter vitorioso do movimento assenta em grande medida quer na unidade conseguida a nível de empresa, quer da solidariedade entre empresas alcançada a nível da região. O sucesso alcançado põe também em evidência a justeza da linha geral do movimento e a oportunidade das suas reivindicações, nomeadamente no domínio salarial. Este movimento grevista testemunha vivamente, além disso, a crise revolucionária em que o país tinha passado a viver, com os trabalhadores a recusar firmemente as formas de exploração que lhes eram impostas pelo fascismo e o patronato e estes não serem mais capazes de continuar a impô-las. Teve por isso uma enorme repercussão no país, nem a censura conseguiu silenciá-lo. Ecoou além-fronteiras, teve colunas na imprensa internacional. Foi, no início de 1974, o sinal para muita gente de que a luta do povo português estava em ascenso. Pondo em evidência que o fascismo continuava, mas bastante enfraquecido, as greves operárias das vésperas do 25 de Abril atingiram-no seriamente e enfraqueceram-no ainda mais, ajudando a preparar as condições para o êxito pleno das acções revolucionárias do movimento dos capitães.

Lutas na região de Lisboa nas vésperas do 25 de Abril

■ Carlos Brito



última mascarada eleitoral fascista, precisamente em Outubro de 1973, ela própria fortemente influenciada pelas greves e outras lutas operárias que a antecederam, teve uma evidente influência no desencadeamento e alastramento deste novo movimento grevista.

Importa lembrar que a campanha política tinha, na orientação que lhe foi imprimida principalmente pelo PCP, três objectivos principais: a luta pela liberdade, a luta pelo fim da guerra colonial e a luta por uma vida melhor.

Como todos os outros, este último objectivo foi contemplado com uma intensa agitação e acção política, desenvolvida a vários níveis pelo PCP, pelas estruturas nascentes e a imprensa já numerosa do movimento sindical, e pelas estruturas socio-profissionais do movimento democrático.

Ao lado do movimento reivindicativo da classe operária desenvolveram-se também importantes processos reivindicativos dos trabalhadores dos serviços, designadamente, bancários, função pública, enfermagem, professores e outros mais.

O "Avante!" de Março de 1973 salientava: "Continua a alastrar e a propagar-se a dezenas e dezenas de empresas de várias regiões do país a grande vaga de lutas que a classe operária e outras camadas da população trabalhadora estão levando a cabo e que mobilizou já, desde Outubro, muito mais de uma centena de milhares de trabalhadores, dos quais cerca de 60 000 fizeram greve ou paralisaram o trabalho." Pela mesma altura, a DORL (direcção da Organização Regional de Lisboa) do PCP calculava em 22 mil os operários que na região da capital e nesse mesmo período tinham recorrido à greve.

Mais tarde, o PCP calculou em mais de 100 mil trabalhadores dos centros industriais e em milhares de trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo os que participaram no movimento grevista entre Outubro de 73 e o 25 de Abril.

Não se tratou de "um certo recrudescer da luta grevista", como diz António Reis no livro recentemente publicado, "Portugal 20

Pôr em evidência algumas características deste importante movimento, no que respeita mais especificamente à região de Lisboa, que acompanhámos de perto, é o que nos propomos fazer a seguir.

O movimento e as suas reivindicações

A primeira vaga de greves, deste período, na região de Lisboa, ocorreu logo nos finais de Outubro e durante o mês de Novembro de 1973.

Surgiram como uma explosão ateadada pela campanha política de massas sobretudo no ramo da electrónica, em empresas de capital estrangeiro, onde predominava a mão-de-obra feminina, os baixos salários, a exploração atroz.

Foram as greves da Plessey Eléctrica, da Standard Eléctrica e da Apellaid, na zona de Lisboa, acompanhadas pela Plessey, de Corroios, a Signetics de Setúbal, a Control-Data de Palmela.

Em todas elas, a reivindicação dominante era o aumento de salários.

Ao mesmo tempo, iniciavam-se processos reivindicativos, com discussão de reivindicações, formação de comissões, abaixo-assinados, petições e pressões sobre as administrações, noutras grandes empresas.

Eram geralmente empresas tecnicamente evoluídas, com salários mais elevados, com uma classe operária experiente, com tradições combativas e de organização e influência directa do PCP.

Neste processo, distinguiram-se dois pólos: as grandes empresas da zona da Venda Nova, com destaque para a Cometna e a Sorefame, e a zona de Sacavém, com destaque para a Robbialac e a Dyrup.

Foi nestas empresas que amadureceu um caderno reivindicativo que atribuía naturalmente uma grande importância à reivindicação de um substancial (para a época) aumento salarial para enfrentar altas taxas de inflação, mas que apontava outras reivindicações que tinham em vista novos

diffusão, com a data de 31 de Janeiro de 1974, recomendava: "Eis as reivindicações que estão a generalizar-se e que importa discutir e adaptar às condições concretas de cada empresa." Era assim de facto que os trabalhadores procediam. O caderno reivindicativo foi a grande bandeira deste movimento grevista, mas era desfraldada com mais ou menos pano conforme as condições concretas de cada empresa.

A segunda vaga do movimento grevista, na região de Lisboa, arrancou no início de Janeiro de 1974, logo no dia 2, com a greve e a concentração de praticamente todos os operários da Cometna (ver carta do "Avante!", noutro lugar deste suplemento) que retomam o trabalho com a promessa, logo a seguir concretizada de 1000\$00 de aumento.

Seguem-se nos dias seguintes: a Robbialac, de 7 a 9 de Janeiro, a Dyrup, a 9, a Sorefame de 15 a 18, a Electro-Arco, a 16, a BIS, novamente a Cometna, a Comportel, o Laboratório Russel, a 17, a Gil, a 21, a Melka e a CIM a 22, a Tudor, a 26 e 27, a Dialap, a 28.

Muitas destas lutas foram vitoriosas e muito significativas as reivindicações alcançadas como veremos mais à frente.

O movimento continuou em Fevereiro, com, entre outras, as greves da Fundação de Oeiras, de 1 a 4, novamente a Sorefame, a 6, Laboratórios Cipan, a 5 e 6, novamente a Dialap, a 4 e 10, o Metropolitano, oficinas e alguns sectores do movimento, de 18 a 20, a Vitralis a 19.

No próprio dia 25 de Abril a Mague estava em greve, os operários tomaram público um comunicado em que explicavam que a sua acção vinha de trás e saudavam os capitães de Abril pelo acto revolucionário que derrubou o governo da ditadura fascista.

O patronato e a repressão

Foi muito diversa a forma como o patronato reagiu nas diferentes empresas ao movimento grevista e os métodos que utilizou para ultrapassar ou gerir em benefício próprio a crise laboral desencadeada.

Houve casos em que o patronato perante o início da greve se apressou a procurar resolver o conflito, o mais rapidamente possível, através da negociação com os trabalhadores ou as suas comissões representativas, sempre tentando, é claro, ceder o menos possível às reivindicações. É o caso da Cometna, como se deduz da "carta ao "Avante!" que publicamos noutro local.

Saliente-se que até em certos casos o patronato cedeu no essencial mesmo antes

conversações com o pessoal para a fixação do escalonamento do aumento já decidido pela Administração em 13 de Janeiro; 3^o - É condição destas conversações que a Comissão do pessoal para discutir este aumento seja efectivamente representativa de todos os trabalhadores dos diferentes sectores da empresa e tenha mandato firme para estas negociações."

Entretanto, o velho estilo da repressão patronal e policial como única resposta às justas reivindicações dos trabalhadores, tão característico dos tempos da ditadura fascista, continuou a ser usado em várias empresas no decurso deste movimento grevista.

O exemplo mais flagrante é o da Robbialac (ver 2^a carta ao "Avante!" que publicamos noutro local deste suplemento). A resposta da administração à eclosão da greve foi começar por chamar e ameaçar os delegados sindicais e depois fazer o mesmo com os elementos da comissão de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a direcção do Sindicato dos Químicos era chamada ao Ministério das Corporações, responsabilizada pela greve e igualmente

Entre as condições subjectivas que estiveram na base deste movimento grevista que precedeu o 25 de Abril deve dar-se um lugar destacado ao movimento sindical.

As reuniões intersindicais que tinham conduzido à constituição da Intersindical, em 1970, revestiram uma grande importância como factor de coordenação e dinamização da luta dos trabalhadores. A luta dos metalúrgicos pelo salário mínimo de 6000\$00 foi um factor motivador de todas as lutas. Este papel do movimento sindical acentuou-se ainda mais na fase derradeira da ditadura onde a acção e a imprensa dos sindicatos, com grande difusão e acutilância, permitiam uma rápida transmissão de informações e de palavras de ordem. A arma da censura fascista foi em parte furada por esta dinâmica da imprensa sindical.

Um papel muito importante foi também desempenhado pelo movimento democrático e, no caso de Lisboa, pela CDE. Foi assim não só pela sua participação na campanha política de massas (com a realização de 40 comícios e

As conquistas e a repercussão

Uma das características, e não seguramente a menos importante, deste movimento grevista foi o seu carácter amplamente vitorioso.

Em grande número de empresas, os operários alcançaram aumentos de 1000\$00, muito próximo disso ou até um pouco mais.

Mesmo numa empresa com mais de 2000 trabalhadores como era então a Sorefame, segundo uma informação que conservamos de então, "90 por cento dos trabalhadores conquistaram aumentos de 900\$00 a 950\$00". Segundo uma outra informação que também possuímos os, trabalhadores da Cometna "conquistaram 1000\$00 de aumento mínimo e 1100\$00 de aumento médio".

Ora estes aumentos representaram em muitos casos nada menos do que ganhos de 20 por cento ou até mesmo de 25 por cento em relação aos salários que vigoravam. Houve casos em que as percentagens conquistadas foram bastantes superiores,

Como salienta Álvaro Cunhal, em "A Revolução Portuguesa, o passado e o futuro": "As greves de 1973, intervindo como factor de dinamização política para a batalha em torno da mascarada "eleitoral" que se aproximava, e finalmente a vaga de greves nos meses que antecederam o 25 de Abril, tiveram um papel de primacial importância para o agravamento das dificuldades do regime, e aprofundamento da sua crise, e finalmente o seu derrubamento."

Aos que perante um movimento com esta envergadura persistem na afirmação de que "os tempos eram... de refluxo", recomendamos que se documentem melhor e que não queiram fazer a história da resistência ao fascismo a partir da imprensa censurada pelo fascismo.

O conhecimento do movimento grevista e das outras lutas laborais que precederam o 25 de Abril é indispensável para se compreender o vigoroso levantamento popular que se seguiu de imediato ao levantamento militar e a acção das massas trabalhadoras no desenvolvimento posterior da revolução.

20
anos

**VIVA
25
ABRIL**

guerra bateu-nos à porta quando os rapazes começaram a ser chamados para dar o nome, depois para fazer a recruta e mais tarde a desaparecer. Primeiro foram os amigos dos irmãos mais velhos, os primos, simples conhecidos. Depois a coisa começou de facto a aproximar-se de nós e a tornar-se uma realidade impossível de ignorar. Até aí, Angola, Moçambique, Guiné eram nomes num mapa desconhecido, linhas de caminho-de-ferro papagueadas sem nexos, imagens

imaginário africano pingava sangue e que a qualquer momento podia ser a nossa mão a empunhar a arma, o nosso próprio sangue a correr em nome de coisa nenhuma que fizesse sentido. Foi nessa altura que despertámos para as canções com lágrimas, para os soldadinhos que não voltavam do outro lado do mar, para a morte que saía à rua... Jovens, muito jovens, agarrámos com as duas mãos a possibilidade de ir contar ao mundo que em Portugal a juventude não queria um futuro de matar e morrer.

dessem testemunho da nossa vontade de paz. Generosos e respeitadores dos mais salutareos princípios democráticos, não nos passou pela cabeça organizar a delegação portuguesa ao Festival sem o aval de quantos, não podendo deixar o País, nele se empenharam de corpo e alma. A ideia de pic-nic surgiu naturalmente; como naturalmente a decisão de fazê-lo no centro, a meio caminho entre o norte e o sul, mais coisa menos coisa. Ficou em São Pedro de Moel, lá onde as



Amanhã era a guerra

remotas de selvas inventadas de filmes, referências obrigatórias em exames de Estado em que a única certeza era o chumbo se no rol do império falhassem Goa, Damão e Diu. Cresceu e começou a tornar-se perigoso quando demos conta, por notícias soltas colhidas aqui e ali, relatos de vizinhos, boatos cada vez mais insistentes, papéis passados de mão em mão, que afinal o

Mergulhámos de cabeça na preparação do Festival Mundial da Juventude e Estudantes, a realizar na RDA, e durante meses andámos num corropio de reuniões por todo o país, todas muito travestidas de convívios inocentes, discutindo documentos, preparando intervenções, fabricando mensagens que

matas são verdes e veranejar nunca foi motivo de suspeita. Saímos cedo, em autocarros de aluguer, convencidas as famílias com argumentos de todos os tempos, cheios de farnéis, mochilas, tendas e boa disposição, tudo temperado q.b. - pensávamos - com os cuidados conspirativos disfarçados de turismo. Por artes que nunca

cheguei a apurar, conseguimos a proeza de dar à costa em São Pedro de Moel quase todos ao mesmo tempo. Os autocarros, cheios de ruidosa juventude, deram mais nas vistas do que um farol em noite de lua nova. Não fosse dar-se o caso de nos perdermos, a organização local tinha-se lembrado de pôr umas setas a indicar pic-nic, bem

velhos estavam apreensivos. Se tanta inconsciência podia ser levada em conta da inocência da iniciativa - afinal éramos jovens em amena confraternização -, mandava a prudência desconfiar de tanta facilidade e custava a crer que um tal ajuntamento não despertasse qualquer suspeita das autoridades. Quando assentámos arraiais, a fome

carrinhas Nívea abriram as portas e deitaram cá para fora homens armados que em passo de corrida tomaram posições em pontos estratégicos, de arma apontada às nossas caras espantadas de susto. O oficial apareceu depois, de óculos escuros e esgar de gozo, a mandar com voz seca recolher tudo e seguir em fila ordenada até à estrada, onde numa

mesinha montada de propósito um polícia nos ia identificar. No meio da barafunda gerada, muitos de nós ainda tiveram tempo de enterrar documentos embulhados no plástico das sandes. Quem sabe se mais tarde os podíamos recuperar... O pior eram as lembranças. Pedras de todos os tamanhos, pintadas de todas as cores, dizendo em todas as línguas *não à guerra colonial*. Não nos livrámos delas até ao momento em que fomos metidos nos autocarros e levados até à entrada de São Pedro de Moel, onde durante horas ficámos à espera sabe-se lá de quê numa rua de vivendas de luxo. A certeza de irmos ser revistados fazia das pedras um fogo vivo no fundo das mochilas. Até que alguém, num rasgo de imaginação, encontrou a fórmula mágica de resolver o

problema. Recolheu o material subversivo num saco que escondeu debaixo do casaco e deu início a cena de aflição. Garantiu aos polícias que nos guardavam que não aguentava nem mais um segundo de aflitinho que estava e lá conseguiu autorização para sair. Ainda hoje estou para saber como terão reagido os donos das vivendas quando descobriram os jardins cheios de pedras subversivas. Mandados de regresso a casa sem sequer termos sido revistados, espantámos os quilómetros de medo berrando a plenos pulmões o "Avante, camarada!". Em Berlim, tempos depois, a juventude portuguesa subia à tribuna internacional a dizer *Não à guerra colonial*. O fascismo continuava a meter medo mas já não nos fazia calar.

Anabela Fino

MUD Juvenil: Rectificação

No «Avante!» de 31/3/94, em 2 artigos sobre o movimento juvenil e estudantil publicados no suplemento dedicado aos 20 anos do 25 de Abril, há duas referências à data de extinção do MUD Juvenil que estão erradas e será de interesse rectificar, embora não ponham em causa o conteúdo e apreciação geral desses artigos, essencialmente correctos.

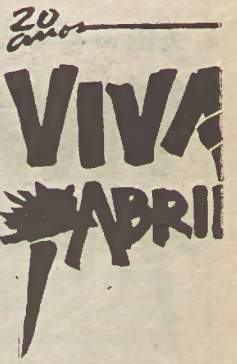
O MUD Juvenil, nascido em 1946, não foi «considerado ilegal em 48», como se diz na página II, tal como a repressão não pôs fim à sua actividade «nos inícios da década de 50», como se diz na página III. Ele só veio a ser considerado ilegal por um Tribunal Plenário em começos de 1957 e terminou a sua acção entre 57 e 58.

Em 1948, o que o governo considerou ilegal, mandando prender a sua Comissão Central, foi o MUD, o qual desde logo substituiu a sua acção pela actividade das estruturas por essa altura criadas da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República,

cujas «eleições» se realizaram em começos de 1949. O MUD Juvenil, esse, prosseguiu com amplo apoio de massas a sua actividade, que a repressão perseguia sem lograr impedir. Para além de muitas outras acções, ainda em 1951, aproveitando a campanha de Rui Luiz Gomes, o MUD Juvenil como tal abriu uma sede em Lisboa, na R. Cecílio de Sousa, que se manteve aberta mesmo para lá das «eleições» e, ao ser fechada pela PIDE, não teve lugar qualquer ilegalização expressa do MUD Juvenil, que continuou em actividade. Em 1953, o MUD Juvenil voltou a abrir uma sede em Lisboa, aproveitando as «eleições» para a A.N. de Outubro desse ano (R. dos Anjos), também encerrada pela PIDE a seguir. Ainda em Outubro de 54 se realizou um julgamento no Tribunal Plenário de Lisboa de um membro da Comissão Central do MUD Juvenil, que como tal se assumiu e fez a defesa política do movimento, sendo absolvido — o que mostra a força de massas que então ainda tinha e conseguia impor a sua

(contingente...) legalidade contra os desejos da PIDE. Em 1955 avulta, nas suas actividades, a realização de um importante Festival Nacional, no Laranjeiro, bem como a promoção da participação de um largo grupo de jovens portugueses no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Varsóvia, cuja preparação se rodeou já das convenientes medidas de defesa...

O MUD Juvenil só veio a ser «oficialmente» considerado ilegal em Tribunal Plenário no célebre julgamento dos 52 jovens, no Porto, no início de 1957. Mesmo assim, contestando a decisão, muitos núcleos prosseguiram a actividade, por esta altura já sobretudo entre a juventude trabalhadora, pois entre os estudantes as Associações de Estudantes asseguravam uma base legal e de massas mais sólida. Na segunda metade de 1957, no V Congresso do PCP, o relatório de «Melo» sobre o movimento da juventude ainda refere amplamente o MUD Juvenil e o V Congresso não decidiu a sua dissolução.



O POVO

O desarmamento da tropa foi uma das originalidades que o regime fascista português engendrou para formar o seu exército colonial. Quem passou pelas fileiras ao longo desses 15 trágicos anos, lembra-se. Logo na instrução, quando aos mancebos se ministrava os rudimentos de combate, os exercícios de fogo real faziam-se sob rigorosa vigilância. As munições chegavam às carreiras de tiro em camiões sob escolta, eram distribuídas cunhete a cunhete e em número exacto por carregador, posto o que se procedia ao tiro. Terminada a fuzilaria, as munições e as armas voltavam a separar-se: as primeiras de regresso aos paióis, as segundas na companhia de improváveis guerreiros. Poderia dizer-se - e dizia-se - que estes cuidados preveniam eventuais acidentes, não entregando balas a mãos ainda inábeis. Só que, acabada a instrução e iniciada a especialidade - período que, presuntivamente, completava a formação do combatente - a situação mantinha-se: munições só na carreira de tiro e mais guardadas que os transportes do

Banco de Portugal. O ridículo instalava-se quando as tropas, já organizadas em batalhões prontos a embarcar para as frentes de combate, se movimentavam nos quartéis como soldadinhos de chumbo, manobrando espingardas sem balas, cingindo cinturões sem granadas, operando veículos sem munições, sendo revistados à saída não fosse alguém

lembrava disso. Então na hora do embarque para as colónias, o pacifismo era total.

para alguns, apanhados no primeiro fogo cruzado das balas dos guerrilheiros e

ou "o soldado é o espelho da Nação" são *slogans* gravados a dor e a ridículo na memória

entregando medalhas e elogios póstumos, instalavam anualmente sobre a

Não era por acaso que o regime temia armar o exército de que necessitava para as colónias. A braça com uma guerra injusta e profundamente impopular, o fascismo português sabia bem que a retórica nacionalista e patrioteira com que justificava a mobilização não encontrava eco no País. Dar armas ao povo, ainda que enquadrado pela disciplina militar, abre sempre

gentes longínquas em nome de interesses alheios. Levanta-se contra a opressão e para defender o que lhe pertence. Como o fez a 25 de Abril de 1974, por dentro e por fora dum exército que, apesar de formado como "tropa a brincar", ali mostrou ser umas Forças Armadas a sério: feitas de povo e para o povo e tomando em mão o que é seu - a

e as Armas

levar uma faca de cozinha. Chegava-se ao cúmulo de entregar às sentinelas carregadores vazios ou embalados em inviolável plástico, enquanto sargentos e oficiais de ronda se passeavam com pistolas de combate mais inofensivas que brinquedos de fulminante. Num país superpoliciado e em guerra, era extraordinária esta displicência na segurança das instalações militares, que só não eram assaltadas à mão porque ninguém se

Os guerreiros desfilavam de mãos vazias para o bojo dos navios e quem os visse assim, de farda nova e passo certo, tomá-los-ia por escuteiros a caminho dum cruzeiro. Só em África, quando as picadas, os trilhos, as matas e as bolanhas se abriam, ameaçadoras e incontornáveis, à marcha dos expedicionários, as armas e as munições chegavam finalmente, juntas e abundantes, às mãos dos destinatários, tarde para todos e demasiado tarde

da sua inabilidade funcional com as armas. O regresso era ainda mais vigiado e o desarmamento dos veteranos realizado logo do outro lado do mar. Sob a aclamação oficial dos "heróis" que regressavam, escondia-se o pavor do regime pela operacionalidade adquirida em três revoltadas frentes de combate. Todavia, o Estado Novo não se cansava de afirmar entusiasmo e confiança no seu exército colonial. "O soldado português é tão bom como os melhores"

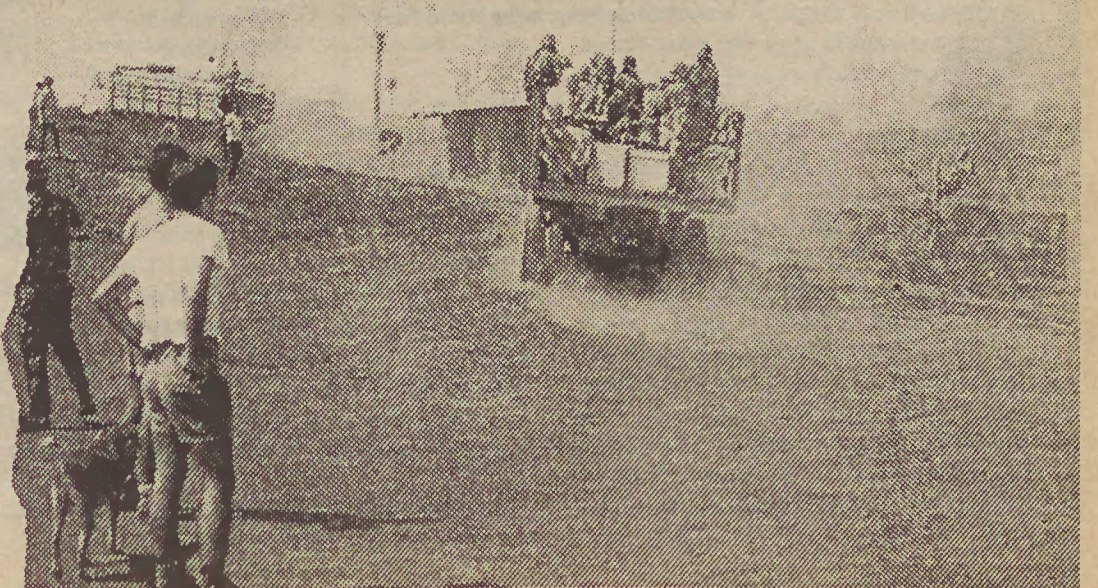
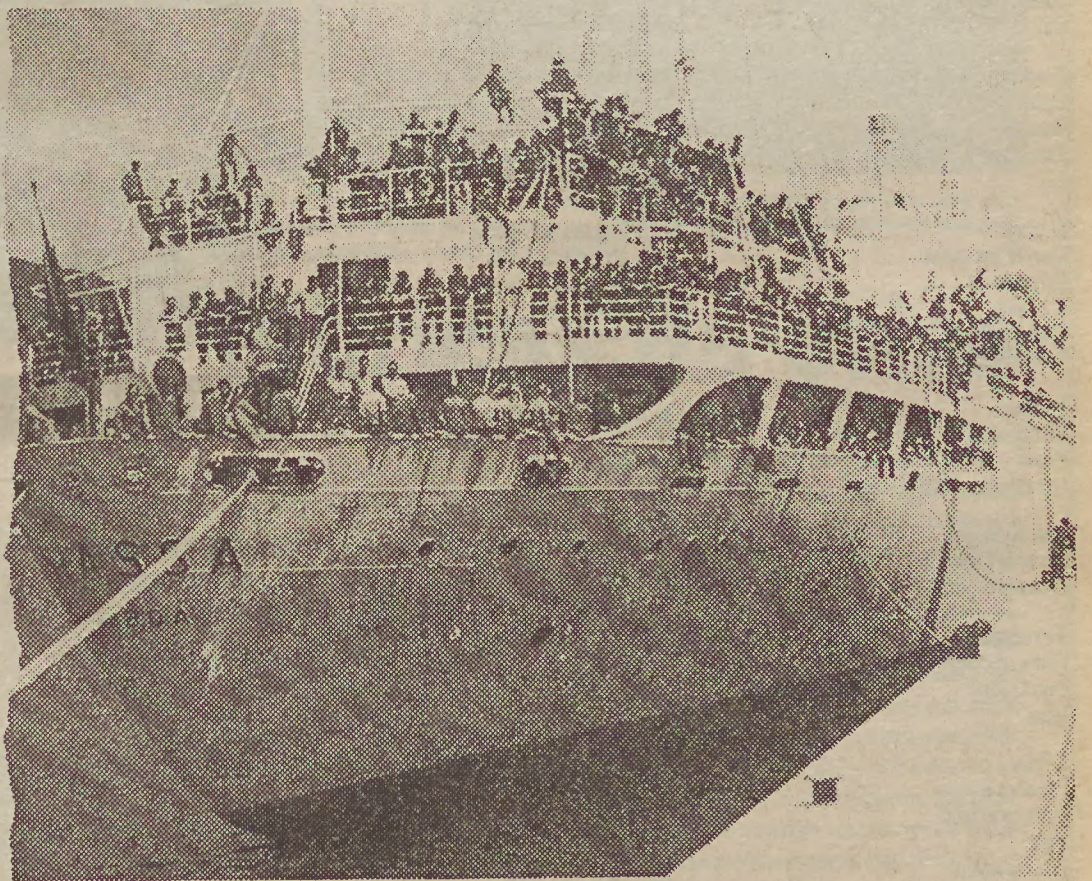
de gerações inteiras, enquanto as cerimónias do 10 de Junho,

angústia do País um circo de arrogâncias cobardes e patrioteiras.

caminho ao povo em armas, e esse quando se move não é para atacar

começar pelas munições.

■ Henrique Custódio



A par da rectificação do erro que constituirá, anos antes, o desfazer das células de jovens do Partido (rectificação que na prática já vinha a ser feita pelo menos desde o ano anterior, nas Universidades, e em particular com a luta contra o celerado Decreto 40 900), o V Congresso apontou para a criação doutro movimento unitário de massas mais amplo, onde confluíssem várias correntes juvenis que vinham despontando e depois mais se desenvolveram com as campanhas «eleitorais» de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, mas contando para tal com os muitos núcleos do MUD Juvenil que então ainda existiam. Foi esse «movimento unitário mais amplo» que, após repetidos esforços, se veio a criar no Encontro Nacional realizado em Sacavém, em Novembro de 1958: a União da Juventude Portuguesa — UJP, referida no artigo da página III.

Importará ainda recordar, a propósito da situação do MUD Juvenil destes últimos

anos mas também da UJP, que logo em 1960 a Comissão Política do CC, numa resolução publicada no «Militante» nº 106, veio a reconhecer «não existirem no momento presente condições para a criação ou existência de uma organização política nacional legal da juventude portuguesa», vindo o CC a adoptar, numa resolução publicada no «Militante» nº 113, uma nova orientação para o movimento juvenil, orientação que no fundamental foi a aprovada no VI Congresso do PCP em 1965 (veja-se p. ex., o relatório de Joaquim Gomes sobre os problemas de organização, p. 26). Nada disto retira mérito e importância à luta abnegada dos jovens comunistas durante estes anos, tanto no MUD Juvenil como na UJP, e ao inestimável contributo que deram tanto à defesa dos interesses vitais da juventude como à luta geral do povo português contra o fascismo.

C. A. I.

20
Anos
**VIVA
ABRIL**

Conquistas da vida

Imagens de Demo cracia



Ideias Públicas

Direito a Pensar

Canções de Abril

A morte saiu à rua

A morte
Saiu à rua
Num dia assim
Naquele
Lugar sem nome
P'ra qualquer fim

Uma
Gota rubra
Sobre a calçada
Cai.

E um rio
De sangue
Dum
Peito aberto
Sai

O vento
Que dá nas canas
Do canavial
E a foice
Duma ceifeira
De Portugal

E o som
Da bigorna
Como
Um clarim no céu

Vão dizendo
Em toda a parte
O pintor morreu

Teu sangue
Pintor, reclama
Outra morte
Igual

Só olho
Por olho e
Dente por dente
Vale
À lei assassina
À morte
Que te matou

Teu corpo
Pertence à terra
Que te abraçou

Aqui te afirmamos
Dente por dente
Assim

Que um dia
Rirá melhor
Quem rirá
Por fim

Na curva
Da estrada
Há covas
Feitas no chão

E em todas
Florirão rosas
Duma nação

Texto, música e interpretação: José Afonso



Comunistas na TV

Lutaremos meu amor

Pelo silêncio da planície
pela tranquilidade em tua voz
pelos teus olhos verdes estelares
pelo teu corpo líquido de bruma
pelo direito de seguir de mãos
dadas na solidão nocturna
lutaremos meu amor

Pela infância que fomos
pelo jardim escondido
que não teve o nosso amor
pelo pão que nos recusam
pela liberdade sem fronteiras
pelas manhãs de sol
sem mácula de grades
lutaremos meu amor

Pela dádiva mútua
da nossa carta mártir
pela alegria em teu sorriso claro
pelo teu sonho imaterial
pela cidade escravizada
pela doçura de um beijo à despedida
lutaremos meu amor

Pelos meninos tristes suburbanos
contra o peso da angústia contra o medo
contra a seta de fogo traiçoeira cravada
em nosso doce coração aberto
lutaremos meu amor

Na aparência sozinhos
multidão na verdade
lutaremos meu amor

Texto: Daniel Filipe
Música e interpretação: Manuel Freire



Crescer Livre

Acordai

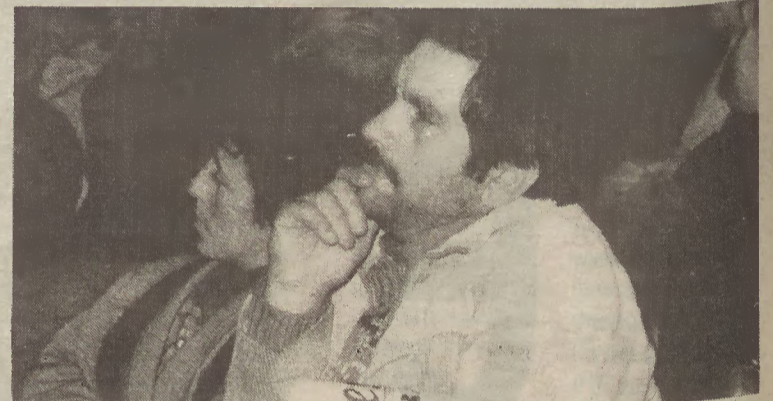
Acordai!
Acordai,
Homens que dormis
A embalar a dor,
Dos silêncios vis!
Vinde no clamor
Das almas viris,
Arrancar a flor
Que dorme na raiz!

Acordai!
Acordai,
Raios e tufões
Que dormis no ar,
E nas multidões!
Vinde incendiar
De astros e canções
As pedras e o mar
O mundo e os corações...

Acordai!
Acordai,
Acendei,
De almas e de sóis,
Este mar sem cais,
Nem luz de faróis!
E acordai,
Depois das lutas finais,
Os nossos heróis
Que dormem nos covais.

Acordai!

Texto: José Gomes Ferreira
Música: Fernando Lopes-Graça



É preciso avisar toda a gente

É preciso avisar toda a gente
Dar notícia, informar, prevenir
Que por cada flor estrangulada
Há milhões de sementes a florir

É preciso avisar toda a gente
Segredar a palavra e a senha
Engrossando a verdade corrente
Duma força que nada a detenha.

É preciso avisar toda a gente
Que há fogo no meio da floresta
E que os mortos apontam em frente
O caminho da esperança que resta.

É preciso avisar toda a gente
Transmitindo este morse de dores
É preciso, imperioso e urgente
Mais flores, mais flores, mais flores.

Texto: José Apolinário
Música e interpretação: Luís Cília

Tomar Posição

As mãos

Com mãos se faz a paz e se faz a guerra
Com mãos tudo se faz e se desfaz
Com mãos se faz o poema e são de terra
Com mãos se faz a guerra e são a paz

Com mãos se rasga o mar com mãos se lava
não são de pedras estas casas mas de mãos
e estão no fruto e na palavra
as mãos que são o canto e são as armas.

E cravam-se no tempo como farpas
as mãos que vêm nas coisas transformadas
folhas que vão no vento, verdes harpas

De mãos é cada flor, cada cidade
ninguém pode vencer estas espadas
nas tuas mãos começa a liberdade.

Texto: Manuel Alegre
Música e interpretação: Adriano Correia
de Oliveira

De D. Gualdim ao Infante

Possuindo riquíssimos vestígios da presença humana desde o Paleolítico, Tomar entra na porta larga da nacionalidade logo nos primórdios do século XII. Estrategicamente colocada entre Santarém (a cujo Distrito pertence) e Coimbra, foi ali que os Templários, por doação de D. Afonso Henriques em 1147, construíram o seu forte castelo e casa

principal, tendo como mestre da Ordem D. Gualdim Pais. Este lendário guerreiro do Templo defenderia Tomar em 1190 contra uma arremetida do rei de Marrocos, Abu Iacube, organizando, com os seus cavaleiros-monges, uma das mais célebres intervenções militares da Ordem no nosso país e ficando historicamente ligado à formação da cidade.

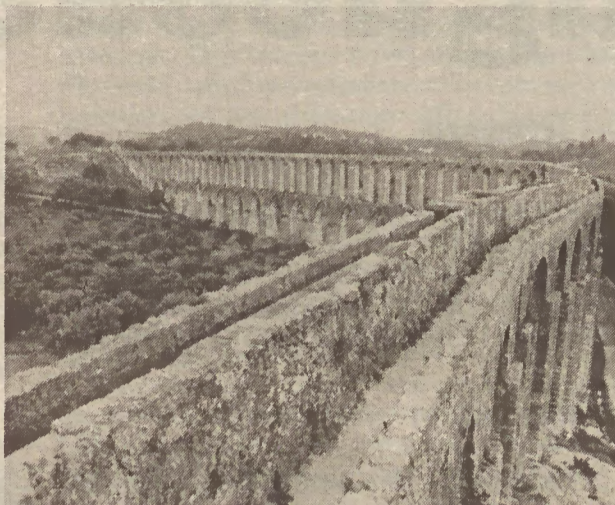
Foi no castelo de Tomar que os Templários instalaram a sua casa capitular, um prodigioso monumento octogonal ainda hoje impregnado de mistério, e foi dali que a Ordem garantiu o povoamento da região, acumulando enormes riquezas e desempenhando um papel decisivo na formação do País neste período.

Tomar está para os Templários como os Templários estão para Portugal. Quando a Ordem foi perseguida por toda a Europa por incitamento do rei de França, Filipe o Belo, e a conivência do papa Clemente V, o rei português D. Dinis tomou habilmente a questão transferindo os bens, poderes e influência dos Templários para a Ordem de Cristo, por si criada.

Seria desta Ordem que o Infante D. Henrique se tornaria Mestre, utilizando os seus vastos recursos - por si próprio acrescentados - no empreendimento dos Descobrimentos.

Intimamente ligada aos Templários, que a construíram, a cidade de Tomar está impregnada dos mistérios da Ordem. A sua própria construção é cabalística, como ainda hoje se pode verificar, irradiando de uma praça (hoje da República) em direcção aos quatro pontos cardeais.

É este fantástico património, importante para toda a Europa, que lentamente se esboroa, sem que a Câmara ou o Governo procurem a sua classificação de Património Mundial.



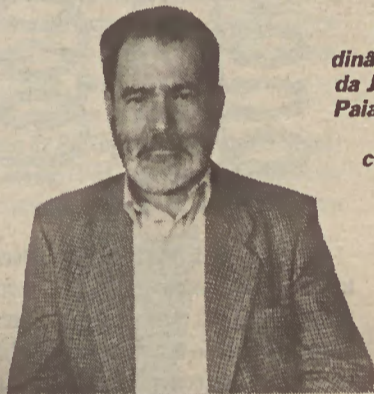
Aqueduto dos Pegões Altos, a dois quilómetros de Tomar, monumental obra construída durante o domínio filipino para abastecer de água o Convento de Cristo



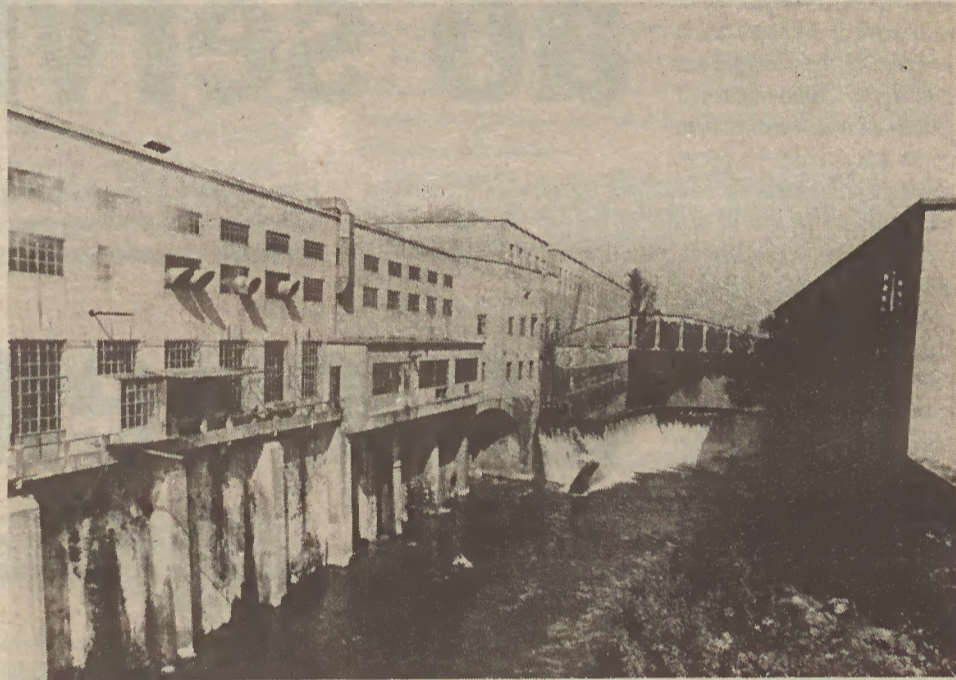
da do seu fundador, D. Gualdim Pais, e a igreja de S. João pais. A partir desta praça, construíram os Templários a cardeais

a Fome

À esquerda: Joaquim Mendes (ao alto), Celeste Jorge e Eduardo Serraventoso. À direita: António Alcobia (ao alto) e Fróis Nunes



Custódio Ferreira é o dinâmico presidente CDU da Junta de Freguesia de Paialvo, de que se vê um pormenor do posto clínico da sua Junta de Freguesia



A fábrica de papel da Matrena (na foto) é apenas uma das grandes empresas que protagonizaram a ascensão e queda de Tomar, na segunda metade deste século, estando na origem directa da crise hoje vivida no Concelho

As fábricas da crise

São cinco nomes célebres em Tomar: as três fábricas de papel do Prado, Matrena e Porto de Cavaleiros, o grupo Mendes Godinho e a Fiação de Tomar, empresas que cresceram ao longo deste século e chegaram a empregar vários milhares de trabalhadores. Hoje, algumas estão fechadas, os trabalhadores das que laboram contam-se às centenas e a derrocada ameaça continuar. É o sucesso cavaquista a todo o vapor.

A industrialização de Tomar fez-se ao estilo da cultura intensiva: a fabricação do papel ergueu três gigantes fábricas que chegaram a empregar mais de 3000 pessoas, a fiação empregou outras 1000 e o grupo Mendes Godinho, trabalhando principalmente em aglomerados de madeira, cerâmica, rações e óleos, atraiu mais mil.

A competitividade comunitária que, sem salvaguardas, nos entrou portas adentro com o Mercado Único, socavou gravemente a rentabilidade de muitas destas empresas. Gestões incompetentes e uma crise nacional generalizada têm feito o resto, amputando, em poucos anos, milhares de postos de trabalho ao Concelho de Tomar. Para agravar a situação, o município local, segundo vários testemunhos, não tem sabido atrair novas actividades económicas, gerindo canhestamente o parque industrial e não se empenhando na busca de alternativas, deixando que outros concelhos vizinhos atraiam e fixem diversos investimentos.

A situação é tão grave que o Governo de Cavaco Silva se viu forçado a aprontar um vago Plano de

Recuperação, tão vago que ninguém lhe conhece os contornos, objectivos, destinatários ou estratégia, o que, aliás, não é novidade na actuação do Executivo.

Encurralados pela crise e sem outras perspectivas no horizonte, os trabalhadores viram-se para as suas antigas empresas. E as críticas chovem. Das fábricas de papel falou-nos também José Nunes Serra, tesoureiro da CDU na Junta de Freguesia de Carregueiros que, em relação à Porto Cavaleiros (encerrada e com reabertura "prevista" para 1 de Julho próximo), recordou que "se pusessem apenas o gerador a trabalhar, produziria energia na média dos 15 000 contos/mês, o que só por si garantiria o salário dos seus 300 trabalhadores, enquanto a máquina redonda podia produzir papel de alta qualidade, para o qual há mercado".

Da Mendes Godinho disse-nos, em nome pessoal, um membro da sua comissão de trabalhadores, Fernando Patrocínio: "A crise resulta da leviandade das administrações, que não se deviam ter entregue nas mãos da banca. Fizeram-se maus investimentos, delapidaram-se recursos. O grupo, das 1000 famílias que empregava na região, hoje terá metade e com os postos de trabalho em perigo".

Joaquim Mendes, dirigente nacional do Sindicato dos Têxteis, e Celeste Jorge, dirigente sindical distrital e trabalhadora da Fiação de Tomar, relataram-nos o processo ocorrido nesta empresa, aliás semelhante ao da fábrica de papel da Matrena: encerramento da fábrica ao abrigo da lei da recuperação de empresas. Após um processo atribulado de planos não cumpridos, obteve-se em Janeiro último uma concordata em tribunal, nos termos da qual surge nova promessa: a retoma da laboração com cerca de 100 trabalhadores (há 10 anos eram quase mil...) e "possível" abertura a novas indústrias.



tráfico na vizinha

electricidade, era inútil. histórias destas conheço várias dramático é que não são his- as, basta ver estes montes postais que agora mandamos edir pagamentos em atraso. s a verdade é que se paga- as prestações, pura e sim- mente não comem. Há cen-

tenas de desempregados, às vezes marido e mulher. Há poucos anos não havia destas situações, as pessoas desenrascavam-se. Claro que o comércio se está a ressentir! Não estávamos preparados para o impacto da CEE e a factura há-de ser cara..."

Este testemunho lapidar foi-nos dado pelo sr. António da Conceição Alcobia, comerciante em Tomar. Acrescente-se, à notável clareza do seu discurso, uma sua outra qualidade: a de presidente, há seis anos, da ACI-TOFEBA, associação comercial com 2600 sócios na região.

Telecomunicações portuguesas (I)

A importância fundamental que as Telecomunicações têm no País e num mundo cada vez mais interligado é tremenda e avassaladora. Aproximamo-nos mesmo de uma situação em que os acontecimentos só existam porque existe informação, ou porque se vêem na TV, ou no monitor do computador, etc., e não por acontecerem realmente. Por isso, a gula dos grandes grupos financeiros pelo sector em geral e pelas operadoras de Telecomunicações em particular é bem conhecido, porque são fontes de lucros gigantescos e de domínio político dos povos.

O que se passa actualmente na TELECOM PORTUGAL e no sector de telecomunicações em geral, é o exemplo bem real disso. Uma empresa de âmbito nacional com a grandeza da nossa, está há longo tempo, e principalmente nos últimos meses, sujeita a pressões tremendas e a jogadas de bastidores por parte de grupos financeiros ligados aos políticos no poder (conhecidos por «lobbies»), que lhe dificultam a actividade normal. A comunicação social, ligada a esses grupos, vem «lavando» permanentemente a cabeça aos portugueses, no sentido de os levar a aceitar passivamente os interesses deles (dos «lobbies») como se tratasse de verdadeiros interesses nacionais. As posições contrárias são intencionalmente silenciadas.

Que propagandeiam efectivamente esses grupos e, claro, o Governo actual, que delas depende?

1 — Privatização

Todos esses grupos a defendem, havendo apenas divergências na sua percentagem. Por concessão de exploração por parte do Estado ou mesmo venda definitiva, a 25, 49, 80 ou 100%, há opiniões para todos os gostos.

2 — Compradores

Durante 1992, ainda era moda, em sectores ligados ao governo, defender a privatização fundamentalmente destinada aos grupos financeiros portugueses. Em fins de 1993, esses sectores desiludem-se, face à imposição da legislação da CE que o Governo aceitou sem quase defesas para Portugal e também porque alguns dos grupos financeiros portugueses, os seus testas de ferro, já só funcionam como capatazes de grupos estrangeiros.

Corporações como Deutsch Telekom, Siemens, France Telecom, Alcatel, British Telecom, AT & T, Northern Telecom, Bell Atlantic, Cable & Wireless, Pacific Telesis, etc., todas têm um testa de ferro em Portugal, normalmente à frente de um grupo português, muitos deles ex-ministros e ex-secretários de Estado, e geralmente com relações muito íntimas com o actual governo bem como responsáveis do PS. Estão todas preparadas para o ataque às Telecomunicações portuguesas.

Daí a advocação que eles fazem agora, da venda de uma fatia determinante do capital das Telecomunicações a uma grande multinacional. Qual? Aqui começam as divergências entre os grupos financeiros portugueses, conforme o grupo estrangeiro de que dependem.

3 — Mercado

Um dos argumentos que os homens do Poder avançam em defesa da privatização é necessidade de uma postura mais dinâmica e agressiva da empresa perante os novos mercados, principalmente com o futuro mercado aberto das telecomunicações e para o qual, na opinião deles, o Estado como patrão seria incapaz.

4 — Tecnologia

Outro argumento é a evolução tecnológica: a velocidade desta evolução será tal que Portugal só por si não seria capaz de acompanhar, logo perdendo o comboio das tecnologias de ponta e o afundamento no mercado aberto. Daí a necessidade, dizem eles, de uma multinacional do sector entrar no capital da nossa empresa.

5 — Calendário

O Governo avançou com o calendário para as privatizações até ao primeiro trimestre de 1995. Argumenta que, dado que a

ao serviço

de quem? (*)

France Telecom e a Deutsche Telekom prevêem as suas privatizações para 1996, dever-nos-emos antecipar, para encontrarmos os melhores compradores e pelo maior preço.

E agora a posição dos que encontram nestes objectivos apenas «pó para os olhos», desviando os portugueses das verdadeiras razões:

1 — Privatização

Por que são as organizações de trabalhadores contra a privatização? Vejamos:

A Telecom Portugal foi avaliada oficiosamente em 1992 em revistas da especialidade, por 900 milhões de contos (subavaliada, diziam).

O processo de digitalização da rede custou já mais de 200 milhões de contos.

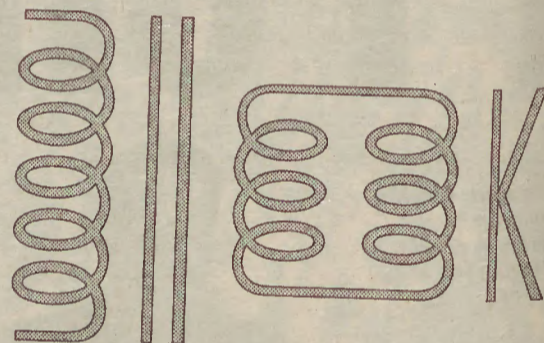
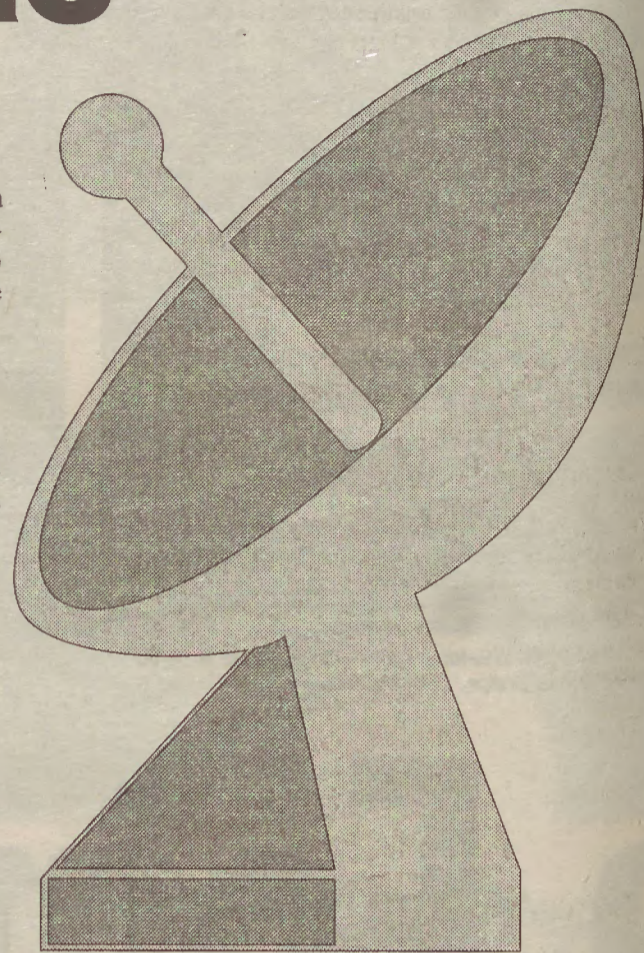
Tudo isto e muito mais, foi pago pelo Povo Português. A empresa pertence-lhes!

Representa um lucro anual de vários milhões de contos, por um serviço cada mais complexo e em expansão, prestado a grandes e pequenas empresas nacionais e internacionais e a residentes. Perante estes últimos, fornece um serviço altamente social.

Às Telecomunicações, está também ligada intrinsecamente a soberania nacional. Perdido o controlo da empresa para estrangeiros, é a própria identidade e independência portuguesa que são abaladas. Em França, na Inglaterra, na Alemanha, as privatizações, ainda que discutíveis, continuarão dominadas pelos seus nacionais. Em Portugal não há capitais privados só portugueses para dominarem as Telecomunicações. Se privatizarmos as três operadoras ou a operadora resultante da fusão, o domínio da empresa passará em pouco tempo para os estrangeiros.

Ao contrário da maioria dos países da CE, Portugal tem um consumo interno de telecomunicações muito dependente da sua economia e desigualmente distribuído, sendo muito baixo no interior e ilhas em comparação com o litoral. No interior, o carácter social do telefone assume uma importância tal que não pode ser lançado na lógica do mercado, sob pena de se atentar contra os direitos dos povos ao desenvolvimento básico, ao virar para o terceiro milénio.

A existência de concorrência no serviço telefónico, começará por fazer-se entre as actuais operadoras nacionais e as suas congéneres internacionais, por exemplo no tráfego internacional, e em que os grandes clientes serão seleccionados (menos de 10% do total) porque toda a política de preços será virada para eles. O tarifário, entrando em liberalização selvagem, apresentar-se-á com grandes descontos aos grandes clientes e pesado para os pequenos. O factor social desaparecerá.



Portugal é um país com necessidades de grandes investimentos para fornecimento de serviços básicos de telecomunicações a preços acessíveis (factor social), a uma parte importante da sua população, para o aproximar das médias comunitárias e o tornar menos parecido com a América Latina. Porém, em economia de mercado, mais propriamente em economia neoliberal, é a lei do lucro e do mais forte que rege o desenvolvimento. Quem garantirá, então, os investimentos vultuosos para o desenvolvimento básico, de difícil e/ou parcial recuperação, se as empresas de telecomunicações nacionais, privatizadas e com uma fatia determinante do seu capital na posse das multinacionais, passarem a escolher as zonas e o tipo de investimento sem terem em conta os interesses da maioria dos portugueses? O Estado Português nada poderá fazer, em face do Poder actual ter capitulado totalmente perante as normas comunitárias, coisa que nem todos os países fizeram.

As telecomunicações são já o último sector altamente rentável para vender. O governo parece ter aceite informalmente a avaliação da Telecom em 300 milhões de contos, a Marconi em 50 e os TLP em 150, (total = 500 milhões), feita por quem a quer comprar. Os consultores internacionais seleccionados para a avaliação oficial, estão ligados a futuros compradores. É um jogo viciado que deve ser fiscalizado por organismos pluripartidários do Estado. Num negócio de centenas de milhões, umas centenas de milhares são «trocões», mas que podem tentar um qualquer ministro ou secretário de Estado a «esquecer» as suas responsabilidades.

A privatização pelos valores que se prefiguram é um roubo ao Povo Português que pagou impostos. É um duplo roubo, tanto pelos valores da venda como pelo esbulho ao Estado de um negócio de vários milhões de contos anuais de lucro.

É também um roubo aos trabalhadores da Telecom (e dos Correios) que financiaram os 200 milhões de contos da digitalização com os descontos das suas aposentações (a parte descontada nos seus vencimentos para a Caixa Geral de Aposentações e retida pela empresa, mais a parte que competia por lei à empresa e que não foi feito). Daí o actual buraco no fundo de pensões.

* Documento adoptado pela CT da Telecom e entregue na Presidência da República

ALENTEJO 20 anos

■ António Murteira

depois de Abril

Ao longo da segunda metade do século XX, o povo alentejano viveu um doloroso êxodo.

Entre 1950 e 1991, o Alentejo perdeu 30% da sua população residente, perdeu 240 000 habitantes. Um em cada três alentejanos foi abrigado a partir. Vejamos, grosso modo, em cada uma das décadas, a relação entre a situação política dominante e os fenómenos políticos e sociais de desemprego, pobreza e exclusão social e desertificação humana.

Década de 60

Com a ditadura fascista, a guerra colonial, o domínio latifundista no sul e a introdução da mecanização na agricultura, o desemprego, a pobreza e a exclusão social, os salários de miséria, a repressão, campeavam por todo o sul. Os latifundiários têm ao abandono, ou em grandes coutadas mais de 700 mil hectares de terra agrícola. Mais de 23% dos alentejanos, 174 000 pessoas, são expulsas das suas terras, das suas casas. É o período do grande êxodo.

Década de 70

A partir de 1974, com o 25 de Abril (cujos 20 anos agora comemoramos), a Reforma Agrária e o Poder Local Democrático, criam-se milhares de novos postos de trabalho, os salários sobem, criam-se condições para erradicar a pobreza e a exclusão social, as populações fixam-se, pondo-se fim ao êxodo. As condições de vida melhoram não só nos campos, como nas vilas e cidades do Alentejo.

Década de 80

O PSD ascende ao poder, que ocupa até hoje, de forma crescentemente autoritária. Durante toda uma década, pela mão do PSD e tantas vezes com a concordância do PS, o capitalismo neoliberal invade, corrói e corrompe as esferas do aparelho de Estado e da vida económica nacional.

A Reforma Agrária é completamente destruída (o que é bem diferente de ter fracassado); o empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo não arrancam; a maior parte dos 70 000 hectares, dos 9 perímetros de rega do Alentejo, não são e continuaram a não ser aproveitados; as agro-indústrias encerram umas após outras.

Em 1986, dá-se a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. A Política Agrícola Comum (PAC), face às capitulações do PS e do PSD em Bruxelas, começa a ser imposta, sem se terem em

conta as especificidades e interesses da nossa agricultura.

Apesar dos cerca de 600 milhões de contos que, segundo o IFADAP, foram canalizados para a agricultura portuguesa entre 1986 e Dezembro de 1993, as políticas agrícolas do PSD e do PS conduziram a agricultura no País, como no Alentejo, à maior crise estrutural de sempre: o País já só é capaz de produzir cerca de 30% das suas necessidades agro-alimentares; o mundo rural desertifica-se e definha.

Apesar dos mais de 200 milhões de contos que são canalizados para o Alentejo, de 1989 a 1993, através do 1.º Quadro Comunitário de Apoio, os resultados de cerca de uma década de poder capitalista neoliberal são os que bem conhecemos: de novo o desemprego em massa, pobreza e exclusão social, recomeço da desertificação, perdendo o Alentejo, na década de 80, e apesar dos fundos comunitários, 6,4% da sua população. Terras de cultivo, como no passado, começam de novo a ser deixadas a abandono. O travão ao desenvolvimento, fazendo lembrar tempos passados, continua a radicar na «estrutura da posse e do uso da terra» de cariz e mentalidade latifundista.

Êxodo do povo alentejano na segunda metade do Século XX – a história mostra-nos o caminho

Década de 90

Apesar dos 545 milhões de contos previstos para o Alentejo, através do 2.º Quadro Comunitário de Apoio, para o período de 1994 a 1999, verba na qual está incluído o financiamento do empreendimento

de Alqueva, as próprias previsões oficiais são de que, a manter-se o PSD no poder e a sua política, o Alentejo perderá, até ao ano 2000, 2,4% da sua já escassa população, acentuando-se, assim, a desertificação e o envelhecimento.

Outros resultados de 15 anos de políticas agrícolas PSD e PS

Como alguns autores referem «(...) houve uma manutenção da estrutura tradicional de produção com base na exploração cerealífera, não havendo indícios evidentes de se estar perante um processo de reconversão.»

O próprio Governo reconhece, em confissão encapotada, no Programa Operacional para o Alentejano, apresentado em Bruxelas, que «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos». E o Financial Times, escreve a propósito de Portugal que «muitas pessoas que vivem nos bairros de lata são antigos trabalhadores rurais (e agricultores, acrescento eu) empobrecidos, que se deslocam para a cidade em busca de trabalho».

Poder Local Democrático

– «O Povo é quem mais ordena»

Poder Local Democrático é poder de Abril, democrático, ao serviço dos municípios, dos distritos, da região e sobretudo das suas gentes trabalhadoras, dos campos e das cidades. No Alentejo, e é apenas essa nota que se quer deixar aqui registada, as autarquias, muitas vezes indo além das suas próprias competências, têm tido um papel muito importante na criação de condições que minimizam a desertificação e potenciam o aproveitamento dos recursos e o desenvolvimento.

O Poder Local, já hoje, e a Regionalização, amanhã, são, sem dúvida, traves muito importantes para a democracia e o progresso na região, como no País.

Amadurecem as condições

No Alentejo, como no País, cresce nos agricultores e nas populações a convicção de que é necessária uma profunda reforma na agricultura portuguesa que tenha em conta os interesses nacionais e que permita ao País chegar ao princípio do século com uma agricultura moderna e dinâmica.

Uma reforma na agricultura que se apoie, sobretudo, nos pequenos e médios agricultores e empresários agrícolas, nos trabalhadores da agricultura, nos técnicos, nos centros de investigação, formação e informação.

Uma reforma na agricultura que deverá desenvolver-se no quadro amplo e diversificado de uma economia agrícola mista, não dominada pelos grandes senhores da terra, «com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias e complementares, respeitadas e apoiadas pelo Estado (...)», como propõe o Programa do Partido Comunista Português.

Medidas para uma nova política agrícola

1. Promover um debate nacional sobre a agricultura;
 2. Perspectivar e lutar por uma reforma na agricultura portuguesa;
 3. Concretizar Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo;
 4. Resolver «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo», a questão da «estrutura da posse e do uso da terra».
- Nesta questão ter em conta as profundas alterações que serão produzidas com o empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, assentes no investimento público;
5. Proceder à reabilitação dos cerca de 70 000 hectares, dos 9 perímetros de rega, já instalados, no Alentejo;
 6. Criar um sistema misto (público; cooperativo; privado) de transformação e comercialização no sector agrícola e agro-alimentar;
 7. Tornar transparente e controlado o acesso e utilização dos fundos comunitários;
 8. Baixar o custo dos juros do crédito para a agricultura e dos factores de produção;
 9. Defender no País e na Comunidade uma reforma global da PAC;
 10. Lutar pela aprovação de uma Lei de Bases de Política Agrária.



COOPERATIVA
REVOLUÇÃO 25 de ABRIL

Dignidade e potencialidades da terra e do homem alentejano

Vinte anos depois de Abril, o Alentejo tem vontade e potencialidades suficientes para construir um presente e um futuro de progresso e de solidariedade. É preciso continuar a procurar e valorizar pontos de convergência em torno de políticas e projectos audaciosos, que unam o grosso das forças progressistas, democráticas e de esquerda de toda a região. É preciso conjugar esforços na acção por um novo Governo, com uma nova política. É preciso, sobretudo, que os alentejanos, como todo o nosso povo, lutem com confiança e determinação, e mantenham, como sempre mantiveram, aquela dignidade que Miguel Torga tão bem sublinhou na nossa terra e nas nossas gentes, ao escrever:

«Foi a terra alentejana que fez o homem alentejano, e eu quero-lhe por isso. Porque não o degradou, proibindo-o de falar com alguém de chapéu na mão.»

■ Manoel
de Lencastre

Itália o império das dívidas



A vitória da direita, aliada aos fascistas na «Aliança pela Liberdade», não surpreendeu. O imperialismo, na hora da verdade, fizera as suas contas e, conhecendo o terreno onde o futuro imediato se jogava, apostou numa das suas estrelas — Berlusconi fez reviver as esperanças de muitas alminhas que andavam à deriva em consequência dos acontecimentos conhecidos.

Os eleitores, consumidores e telespectadores italianos, com efeito, parecia haverem-se revoltado contra o sistema da corrupção institucionalizada que a figura suprema de Raul Cardini personificara. Mas, desaparecido este, deixaram-se facilmente seduzir por Berlusconi cujo percurso político o aproximara de Licio Celli e da subterrânea P2 antes de, passando pela Democracia Cristã, se aliar a Bettino Craxi. Berlusconi é uma figura do regime antigo.

Naúfragos

Agora, os paradoxos e os aspectos patológicos do sistema, ganham clareza. Toda a classe média, muita gente pequena, mulheres, boa parte da juventude e, até, certos sectores da própria classe trabalhadora, votaram no regresso às «grandezas» dos anos oitenta. Como naúfragos, agarraram-se desesperadamente ao último elo que os ligava à vida antiga de resplandecente crédito fácil: contas bancárias a descoberto, férias a crédito, praia, viagens, hotéis e canções, cartões de crédito na carteira, andares e vivendas contra hipotecas a custos inoportáveis, televisão a 24 horas diárias, a possibilidade instantânea de troca de carro — tudo segundo o sistema do leva hoje, paga amanhã. As massas do nosso tempo estão a ser educadas para viverem desta mentira e os italianos, na sua maioria, votaram neste sistema falso que não se erguerá das ruínas em que já tombou.

No império das dívidas, a empresa-mãe do Grupo Berlusconi deve qualquer coisa como 50 milhões de contos o que não pode com-

parar-se, todavia, com o «buraço» do orçamento de Estado que ascende a 17 550 milhões de contos. E António Martino, indigitado como futuro ministro das Finanças já avisou «do sangue e das lágrimas» que se aproximam, aquilo a que o Professor de Ciências Políticas, Franco Pavorcello, chama de «um outro nível de dinamismo».

Quanto ao PDS de Occhetto, já lhe tínhamos detectado as dificuldades. O seu programa, para agradar aos eleitores-consumidores a crédito e permanentes telespectadores, era de direcção moderada do capitalismo. Mas esses votantes, nas condições à

vista, já estavam antecipadamente ganhos para os partidos das promessas de dinheiro fácil. Restava, a Occhetto, o assumir posições claras e mesmo revolucionárias que galvanizassem o povo. Contudo, distanciado da ideologia que renegou, havendo presidido à mudança de nome do seu partido original — as massas não gostam destas manobras — sem uma política concreta de esquerda propondo medidas sólidas ainda que lentas, temeroso de fazer um apelo sério aos instintos populares para colher dividendos do extraordinário momento histórico que se atravessa, Achille Occhetto estava antecipadamente vencido.

Isto de mudar-se de política ou de nome de partido é como mudar-se de cavalo. Depois, a corrida já não é a mesma. Occhetto falhou sem nunca ter querido perceber que o seu erro capital já vinha de trás — do dia e do fatal momento em que o Partido Comunista Italiano, o partido de Palmiro Togliatti, deixou de existir. A política de apaziguamento e de boa convivência com o capitalismo nunca produziu resultados em parte alguma. As coisas são o que são.

Emigrantes com problemas Parte XI

Carlos Maganão disse, então — e Cipriano, afastando as lágrimas com as costas das mãos, bebia-lhe as palavras — que o Aristides e ele, e os outros, haviam sempre suspeitado da falta de jeito dos patrões para o negócio do restaurante: «A certa altura», confirmou, «chegámos à conclusão de que o barco ia a pique, sô Cipriano.»

O espírito deste voava já noutras paragens. De repente, assaltado por uma dúvida dilacerante, perguntou: «Mas possuem, realmente, o dinheiro?»

«Se assim não fosse, patrão...» esclareceu o Maganão.

«Não me ter logo lembrado de vocês...»

«Os patrões, sô Cipriano, nunca se lembram dos empregados.»

A neve regressou. Fugidio, o sol afastou-se. Fazia frio, agora. Mas, para Cipriano, o mundo parecia transformar-se. Entrou no interior do balcão e pegou a garrafa da melhor bagaceira portuguesa. Dispôs dois copos e gritou a plenos pulmões de modo que a mulher, perdida na cozinha, o pudesse escutar: «Mariana!» Esta apareceu logo, assustada. «Que se passa, homem?» Era de sorrisos o ambiente. Carlos Maganão: «Ponha mais dois copos, patrão. Atão, ali o Aristides e o Jorge? Também vão ser sócios.»

Mariana compreendeu tudo. Colou aos do marido os olhos profundos e sempre bonitos da mulher alentejana, poética e lutadora.

Era a pergunta inevitável e ansiosa. Ele entendeu: «Sim, minha filha, aqui o Carlos e os rapazes, vão comprar-nos o prédio.»

Aristides e Jorge chegaram-se ao grupo. Eram ambos de Arronches. Já estavam no Canadá há mais de 20 anos, e em todo esse tempo só haviam trabalhado em hotéis e restaurantes. Cipriano, exibindo o sorriso de uma criança, perguntou-lhes:

«Como se dedicaram vocês a isto? Servir à mesa, sempre me pareceu trabalho superficial.»

«O patrão bem sabe», disse Aristides, «que um homem quando emigra faz qualquer serviço. O que é preciso é começar, criar raízes. Não foi o sô Cipriano para as estradas no Baskstchewan e no Winnipeg?»

«Lá isso é verdade...» Cipriano andava desorientado. Então não conhecia ele as situações próprias do trabalhador imigrado? Jorge, interveio:

«Não éramos estranhos à profissão. Quer o patrão saber? Aquilo, em Arronches, já não dava. Os lavradores deixavam as terras ao abandono. E nós, que tanto queríamos aos campos e da vida não conhecíamos mais nada, vimo-nos também empurrados para as cidades. E cá fui para Lisboa, como o mê pai, atrás do D. Telmo de Bragança que acabou com a lavoura para se dedicar à hotelaria. Está a ver o patrão?»

«E o que aconteceu a esses campos, homem? Sabes que eu sou apenas filho de um barbeiro...»

«Aquilo ficou tudo como um deserto, patrão. E olhe que era bonita, ainda que escrava, a vida nas terras do monte de Revelhos. Eu e a minha Zidora ainda hoje recordamos, com saudades, o tempo em que só se comia sopa de batata, mas o trabalho, patrão, aquilo era a monda, era enrilheirar, arrancar o grão, sargaços e piorno, aquilo era desformar, era a apanha da azeitona, em Campo Maior.»

«Pois eu, rapazes» rematou Cipriano, «comecei aos sete anos na barbearia do meu pai, em Sines. Aos onze, era contramestre. Mas não tinha futuro...»

O negócio fechou-se, portanto, Cipriano recuperava a independência e livrava-se, à justa, da falência. Realizado o dinheiro que imobilizara no edifício da «rue du Vaugirard», pagaria o que devia ao Banco, garantiria o prédio da António Granjo, em Algés, assinaria a respectiva escritura, abriria caminho para uma nova trajectória. Regressar a Portugal para começo, era o grande projecto. Só Mariana continuava a manifestar as suas dúvidas. Conseguiria usar o casaco de peles, de que tanto se orgulhava, numa cidade como Lisboa?



A caminho da vitória (3)

1944

Era na Ucrânia. A 29 de Fevereiro, na aldeia de Milyatyn, o general Vatutin viu-se apanhado no centro de um confronto onde partidários e revanchistas dos grupos «Bandera», sendo por estes seriamente ferido. Morreria no hospital militar do Kiev, a 15 de Abril. Jukov e Konev estão no comando das 1.ª e 2.ª Frentes ucranianas. A grande ofensiva que levará o Exército Vermelho à completa libertação da Ucrânia e da Bielorrússia entra em movimento. Isto, quando, em Itália, a classe operária e o povo estão em luta aberta contra os invasores nazis, nas grandes cidades do Norte, em Milão, em Turim, em Florença, em Bolonha.

Depois de Nikitin, no comando do 1.º Exército de Tanques, haver ocupado Chernovtsy, a 25 de Março, os hitlerianos prevendo as consequências da travessia do Dniestre pelas forças soviéticas agruparam formações importantes — 23 divisões (10 Panzer) e as 9.ª e 10.ª divisões SS-Panzer pertencentes ao «Grupo de Exércitos do Sul» — no sentido de impedirem aquela travessia.

Nas operações que se seguiram, o 1.º Exército Panzer perdeu mais de metade dos seus efectivos, toda a sua artilharia, tanques e canhões de assalto. A 12 de Abril, os nazis cercavam Ternopol que o 4.º Corpo de Exército de Tanques (Guardas) acabou por libertar, a 14.

A protecção da maternidade

e da paternidade 10 anos depois da lei

«Ter filhos é uma importante manifestação de vida, susceptível de dar à mulher e ao homem extraordinárias possibilidades de felicidade. Indispensável à renovação de gerações, a maternidade tem de ser livre, consciente e responsável e deve encontrar por parte do Estado o apoio, a protecção que permita que a gravidez, o parto e o exercício dos direitos e deveres dos pais sejam fonte de felicidade e encaradas com confiança por quem decidiu dar a vida».

(Do texto introdutório do Projecto de Lei do PCP, apresentado em 4 de Fevereiro de 1982)



res e os Homens, o défice é ainda muito grande entre os princípios e a sua concretização, entre os direitos e a aplicação prática desses mesmos direitos, bem como o seu exercício.

No que se refere especificamente à Maternidade e Paternidade são ainda hoje muitos os obstáculos levantados no mundo do trabalho, podendo-se mesmo afirmar: como primeira causa de dificuldade e discriminação da mulher enquanto trabalhadora, no acesso, evolução e promoção na sua carreira profissional.

Muitos são os casos de discriminação mais ou menos subtil que o patronato faz quando da admissão de mulheres. Questões como casamento, filhos, estudo, etc., influenciam a admissão e/ou dificultam e/ou impedem-na.

A nível salarial as discriminações fazem-se sentir igualmente sobre as trabalhadoras, futuras mães, ou mães quando, por exemplo, vítimas do pecado da gula patronal, sofrem o corte dos prémios de assiduidade e/ou subsí-

dio de refeição nas suas remunerações, por exercerem o seu direito a consultas pré-natais, ou a licença de parto, ou ainda, quando amamentam os seus filhos.

Relativamente ao princípio «Trabalho Igual, Salário Igual» o facto de ser mulher e mãe impede muitas vezes a aplicação prática destes princípios: tarefas concebidas ainda em função do sexo, categorias e funções, mecanismos de avaliação e de promoção que penalizam na prática as mulheres e, particularmente as mulheres Mães.

É esta prática inquietante e diária na esmagadora maioria das empresas e, em todos os sectores de actividade que leva a situações de discriminação de facto. Alguns destes casos, têm como actores empresas ditas modernas ou modernizadas, que, no caso, é como quem diz, empresas com tecnologias novas por formas velhas de exploração e discriminação.

O Direito de Igualdade para a Mulher no trabalho, na sociedade e na família, conquistados com o 25 de Abril, são património inalienável das mulheres e parte integrante dos Direitos e Liberdades Democráticas Fundamentais do povo português consagrados na Constituição da República, que é urgente respeitar e fazer cumprir, em Igualdade de Oportunidades.

Os direitos consagrados na Lei 4/84 têm que ser mais divulgados e a exigência do seu cumprimento deve constituir uma batalha de todos os trabalhadores, particularmente das mulheres. São muitas as situações ainda de desconhecimento e também as de abdicação destes direitos pelo receio de despedimento.

■ **Ercília Talhadas**

Dirigente Sindical; membro da Comissão junto do CC para os problemas e a luta das Mulheres

Um dos problemas actuais está, em obrigar o Estado, o Governo e o patronato, a aplicarem o reconhecimento constitucional do direito fundamental à igualdade plena de todos os cidadãos, em particular a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas porque Abril se fez também da esperança, com sementes de mulher, queremos afirmar:

— Que em nome do Direito da Igualdade de Oportunidades, recusamos a discriminação da Mulher pelo facto de ser Mãe;

— Que em nome da «crise e da modernidade das empresas», recusamos que a Protecção da Maternidade e Paternidade, seja apenas o «Direito» das Mulheres irem para casa cuidar dos filhos, sem direito ao Trabalho e ao Salário;

— Que em nome da competitividade das empresas e da integração da União Europeia, recusamos a discriminação da Mulher no direito ao emprego e no acesso à evolução e promoção na carreira profissional, penalizando-se pelo facto de gerarem a Vida ao serem Mães.

A defesa dos direitos faz-se e aprofunda-se no exercício desses mesmos direitos. Por isso mesmo é nosso dever, lutar e exigir o cumprimento da Lei 4/84, Protecção da Maternidade e da Paternidade. Lutar por uma política constitucional de Igualdade de Oportunidades no Trabalho, na Família e na Sociedade.

Alguns artigos da Lei 4/84

ARTIGO 2º (Igualdade dos pais)

1 — São garantidas aos pais, em condições de igualdade, a realização profissional e a participação na vida cívica do País.

2 — Os pais são iguais em direitos e deveres quanto à manutenção e educação dos filhos.

*

ARTIGO 3º (Dever de informar sobre o regime de protecção da maternidade e paternidade)

1 — Incumbe ao Estado o dever de informar e divulgar conhecimentos úteis referentes aos direitos das mulheres grávidas, dos nasciturnos, das crianças e dos pais, designadamente através da utilização dos meios de comunicação social e da elaboração e difusão gratuita da adequada documentação.

*

ARTIGO 12º (Dispensas para consultas e amamentação)

1 — As trabalhadoras grávidas têm direito a dispensa de trabalho para se deslocarem a consultas, pré-natais pelo tempo e número de vezes necessários e justificados.

2 — A mãe que, comprovadamente, amamenta o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho por 2 períodos distintos de duração máxima de uma hora para o cumprimento dessa missão enquanto durar e até o filho perfazer 1 ano.

3 — O direito à dispensa do trabalho nos termos do presente artigo efectiva-se sem perda de remuneração e de quaisquer regalias.

Ao perfazer 10 anos sobre a publicação da Lei 4/84, de 5 de Abril, Protecção da Maternidade e da Paternidade, não podemos deixar de lembrar que a Constituição da República consagra no seu artigo 68:

1. Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país.

2. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.

3. As mulheres trabalhadoras têm direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias.

A Constituição não se limita a uma garantia institucional da Maternidade, fala na realização profissional da Mãe e na sua participação na vida cívica do País. Afirmam os especialistas que com rigor estamos em face de Direitos da Mulher, que postulam o dever dos poderes públicos de eliminarem os obstáculos tradicionalmente erigidos à realização profissional da mulher, particularmente da mulher Mãe, e à sua participação na vida cívica.

A Constituição concede à mulher Mãe, um direito particular enquanto mulher trabalhadora, para efeitos do regime específico dos Direitos, Liberdades e Garantias.

Passados que são 10 anos sobre a publicação da Lei 4/84 e dos avanços registados, em matéria de Direitos entre as Mulhe-

PONTOS

CARTEAIS

Esforços

Um estudo recente dos estudantes do Instituto Superior Técnico sobre "A Educação e o Ensino Superior nos países da Europa Comunitária", baseado em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de 1992, revela que, em relação aos restantes países comunitários, as

famílias portuguesas são as que mais pagam para manter os filhos no ensino universitário. A "taxa de esforço" ultrapassa os 31 por cento do rendimento familiar, o que representa 12 vezes mais do que o esforço financeiro de uma família alemã ou dinamarquesa, oito vezes mais do que o de uma família belga ou inglesa e o dobro do esforço exigido a uma família grega para o mesmo efeito.

Este índice é de resto o único em que Portugal aparece à frente dos seus parceiros comunitários, no que à educação superior diz respeito. Quanto à população com frequência universitária, Portugal fica-se pelos três por cento, dez pontos abaixo das taxas alemãs e metade das taxas da Espanha, Itália e Grécia. Por seu lado, o Governo não podia ser mais forreta: há dois anos, investiu menos de um por cento do Produto Interno Bruto em despesas com o ensino

superior; as residências estudantis cobrem escassos cinco por cento da população universitária, muito longe da Inglaterra (35 por cento), da Alemanha (32 por cento) ou da Holanda (25 por cento). Mais um exemplo do profundo respeito cavaquista pela família. Não fossem elas, e nem universitários haveria em Portugal.

Por explicar

Nestes tempos de histórias da História do 25 de Abril, entre marés de águas por vezes muito turvas, algumas verdades têm vindo à luz do dia. É que se a memória é curta e não falta por aí quem a pretenda ainda mais encolhida, sempre aparece alguém a quem o tempo deu o distanciamento necessário

para chamar os bois pelos nomes. Recente crónica sobre o famoso "caso República" vem agora, vinte anos depois, e de fonte insuspeita, reconhecer que tudo não passou de uma manobra orquestrada pela direcção do Partido Socialista, que serviu

às mil maravilhas para alimentar o isolamento dos comunistas a nível nacional e internacional, e até, num âmbito mais vasto, para 'justificar' o recrudescimento da guerra-fria Leste/Oeste. Se bem se recordam, a versão oficial de então, repetida à exaustão, é que os malvados do comunistas, aliados à não menos malvada extrema-esquerda militar, pretendiam "pôr termo à experiência democrática em Portugal e instaurar uma nova ditadura". O "caso República" seria a expressão dessa aliança de tais funestos iníquitos. Afinal, vem agora lembrar o jornalista José Rebelo, foram os elementos do PS ligados ao "República" que impediram a resolução do problema, fazendo arrastar o caso de forma a aumentar a capacidade mobilizadora e bipolarizadora do PS, que, vitorioso nas urnas, pela primeira vez se atrevia a contestar abertamente os objectivos dos "capitães" de Abril, agitando o fantasma do 'papão comunista'. Como diz José Rebelo, "considerar-se, hoje, que o "caso República" foi um passo, embora falhado, do PCP para a conquista definitiva e absoluta do poder implica a aceitação de um pressuposto: o de que o PCP e os seus aliados militares, ao desencadear e manter uma situação cujo prolongamento visivelmente os desfavorecia, se moviam guiados por um estranho instinto autofágico. Decididamente, há ainda muita coisa por explicar". Oh, se há...

Confissão

Berlusconi (...) não precisa de partidos mas sim de um "staff" de "comunicadores" e dos meios de "comunicar". Conhece o "know how" e os truques. Não precisa de mais ideias do que aquelas com que os "media" trabalham todos os dias: a inveja socializada, o espírito moralista "self righteous", o egoísmo dos interesses particularistas, a cultura da reivindicação e do proteccionismo, a intriga dos pequenos contra os poderosos, a proclamação hipócrita dos vícios alheios e das virtudes próprias - quem o diz é Pacheco Pereira, social-democrata cada vez mais aparentemente às avessas com o PSD, comentador encartado, useiro e vezeiro na utilização dos "media", explicador não de certo a fundo perdido de todos os fenómenos da nossa sociedade. Mais do que a explicação dos resultados das eleições italianas, o comentário mais parece uma confissão. Ele lá sabe do que fala, de tanto se perder por jornais, rádios e televisões.

FRASES da SEMANA

"Mussolini foi o maior homem de Estado deste século. (...) Berlusconi terá de pedalar muito para demonstrar que pertence à História, como Mussolini."

☛ (Gianfranco Fini, líder da Aliança Nacional, neo-fascista, citado em «Público», 2.04.94)

"Ignatz Bubis (presidente do Conselho Central dos judeus) incita ao ódio racial. É ele o responsável pelo anti-semitismo na Alemanha."

☛ (Franz Schoenhuber, dirigente do Partido Republicano, neo-nazi, alemão, citado em «Público», 2.04.94)

"Thatcher foi o melhor 1º ministro do século XX"

☛ (Leon Brittan, vice-presidente da Comissão Europeia - «Expresso», 1.04.94)

"Todos nós sabemos que escasseiam dramaticamente, em Portugal, as personalidades intelectualmente interessantes, dotadas de conhecimentos suficientemente sólidos para analisar com alguma profundidade os grandes acontecimentos internacionais."

☛ (Teresa de Sousa - «Público», 3.04.94)

"Aceitar a candidatura seria uma forma de corrupção"

☛ (João Cravinho - «Expresso», 1.04.94)

"O programa do PSD impede qualquer tipo de federalismo, mesmo mitigado."

☛ (Eurico de Melo - «Expresso», 1.04.94)

"Foi uma maneira talvez inteligente de dizer que nós não defendíamos o federalismo, chamar-lhe descentralizante."

☛ (Idem)

"Aquilo que em Manuel Monteiro está voltado para o futuro, em Eurico de Melo radica no passado."

☛ (José António Saraiva, "Política à Portuguesa" - «Expresso», 1.04.94)

"A candidatura parte de uma série de constatações sobre a Europa, mas não tem soluções."

☛ (Ivan Nunes, cabeça de lista de "Política XXI", concorrente às eleições europeias - «Expresso», 1.04.94)

"Fazer uma campanha "à lista Schindler" e não "à Walt Disney" é a intenção de Política XXI."

☛ (Idem)

"Quero mudar de pelouro"

☛ (João de Deus Pinheiro - «Expresso-Revista», 1.04.94)



PONTOS NATURAIS

Teatro Rapidinho
O Auto da Mofina

António — Ora dá-me conta tu onde fica o gado meu.
Mofina — Que pressa tendes, Messiú!
António — Raios partam o Belzebu do Parlamento Europeu que me deixa mais irado que mau encontro na esquina.
Mofina — Quereis então meu recado?
António — Estou parlamentarizado: Que é do meu gado, Mofina? O Manel, o da canção?
Mofina — Não lhe ponho a vista em cima. Como é de bom coimbrão, lá na sua estudantina há sempre alguém que diz não.
António — E o Jaime?
Mofina — Eu esse não vejo. Andará lá com Morfeu. Decerto o lobo do brejo vendo-o não perdeu o ensejo e perlim!, chamou-lhe seu.
António — Negregada guardadora! E o Vítor? Que é do Vivi?
Mofina — Acabou por se ir embora. Deixou o pastor à nora e anda no mato ou per i.
António — Do João, nome de antanho, que novas tens pra me dar?
Mofina — Não no enxergo no rebanho não sei dele, não o apanho pois não se deixa apanhar.
António — Mofina dos maus lunduns na Europa como me ajeto?
Mofina — Para ovelhuns e vacuns servi-vos destes piruns de monco tão a preceito.
António — Não tendo eu outro jeito antes esses que nenhuns.
Mofina — Por mais que a dita me enjeite pastores, eu estou em mim. Temei antes pelo enfeite de quem sempre entorna o azeite e cuida que ganha assim.

Na pista da memória
O Escândalo

Estamos numa terra em que a verdade, para ser ouvida, precisa de trazer a forma de escândalo. A não vir deste modo, é uma coisa ininteligível, obscura.

Tanto melhor para quem aspira a ser entendido somente por aqueles que se pagam de sua obscuridade pela firmeza da consciência e integridade de carácter.

(Teófilo Braga, As Teocracias Literárias)

Crónica

O real irreal

Tiveram de vender seus barcos. Perderam o mar. Perderam o seu trabalho. Andam por aí de olhos longe e de mãos atrás das costas. Como se tivessem dado à costa. Mas votaram em Cavaco.

Pronto. Está certo. O voto é livre. A televisão até diz que ele é bom, que governa bem...

Para que estou eu a ralar-me?

Eles é que sabem, assim de mãos atrás das costas, deambulando de olhos perdidos pelas ruas estreitas e antigas da vila, quem governa bem ou mal.

Queixam-se os comerciantes sofridos das falências, das dívidas, dos impostos. Mas votaram em Cavaco. Ótimo. Para que hei-de ser eu a ralar-me? Eles lá sabem, ora essa. O voto é livre. A televisão até diz que ele governa bem.

Os lavradores foram expulsos das suas terras. A pouco e pouco

as mãos vão perdendo o jeito de semear. E quando trabalham, os produtos não se vendem, na competição com os estrangeiros. Mas votaram em Cavaco. Portanto isso quer dizer que, segundo eles, Cavaco governa bem. E se eles pensam assim, vou ser eu a ralar-me?

As donas de casa esticam um fio que se parte muito antes do meio do mês. Nos hospitais é a degradação máxima. Perdem horas e horas nos transportes. Mas votaram em Cavaco. À vontade, citoyens! O voto é livre.

Uma tristeza. Chato, chato, é os que deram a vida para que a vida não fosse assim. E os que vão continuar a dá-la para que as coisas deixem de ser assim.



Reuniões, debates, convívios

ALCOCHETE

Debate sobre política internacional: no Salão Nobre da Câmara Municipal, hoje, dia 7, às 21.30, com a participação de Domingos Lopes.

Convívio de Abril: Jantar-convívio e sessão de Fado Amador promovidos pela Com. de Freguesia do PCP no Refeitório da CMA (Lagoa do Láparo), sábado, dia 9, a partir das 20.00. Participa o camarada Jorge Pires.

CALDAS DA RAINHA

3ª Assembleia da Organização Concelhia de Caldas da Rainha: domingo, dia 10, às 15.00, no Centro de Trabalho. As 13.00, no mesmo local, Almoço-convívio.

FARO

Plenário da DORAL para discussão e aprovação dos documentos preparatórios da 3ª Assembleia da ORA, a realizar em Maio: domingo, dia 10, a partir das 10.30, no Centro de Trabalho de Faro.

LISBOA

Organização dos Reformados da Cidade de Lisboa: plenário de militantes, aberto a amigos do Partido, para discussão da situação política e social, balanço do 1º Congresso do Murpi, 25 de Abril e 1º de Maio: terça-feira, dia 12, às 15.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Campolide: no Centro de Trabalho de Alcântara, sábado, dia 9, a partir das 13.00.

MONTIJO

4ª Assembleia da Organização Concelhia: sábado, dia 9, das 14.30 às 19.00, no Centro de Trabalho do Montijo.

QUELUZ

Plenário mensal de militantes da freguesia: sexta-feira, dia 8, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Cordeiro.

CDU: reunião de eleitos na freguesia, candidatos às últimas eleições autárquicas e activistas, para apreciação do trabalho autárquico e discussão de linhas de intervenção: sábado, às 15.30, no CT do PCP.

SINTRA

Reunião de militantes das freguesias de Sta. Maria, S. Miguel e S. Martinho: hoje, dia 7, às 21.30, no Centro de Trabalho.

S. DOMINGOS DE RANA

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e eleições para o PE: sábado, dia 9, às 21.00, no Centro de Trabalho de Tires.

Domingo, dia 10

Visita de

CARLOS CARVALHAS

LUÍS SÁ, cabeça de lista da CDU ao PE

ISABEL CASTRO, candidata

aos concelhos de Montijo, Alcochete, Moita:

Montijo - 14h00, Pç. da República. Visita à Biblioteca do Montijo

Alcochete - 15h00, junto à CM. Visita à Zona Histórica e Museu Arte Sacra

Baixa da Banheira - 16h00. Visita ao Parque Ribeirinho e Piscina

Moita - 17h30, lanche-convívio nas Piscinas da Moita

MAASTRICHT

debate com a participação de

Joaquim Miranda

Sexta-feira, dia 8, 21h30

Biblioteca Municipal

BARREIRO

Sérgio Ribeiro **PCP-PEV**
no distrito de Aveiro

Debates sobre

Os trabalhadores e a União Europeia

em

• Valongo do Vouga - Dia 8, 21h30, Casa do Povo

• Sta. Maria da Feira - Dia 9, 15h00, Junta de Freguesia



**Encontro da
CDU
sobre a emigração
portuguesa
na Comunidade
Europeia**

**10 de Abril
(domingo) às 11h.**

**19, Rue Salvador Allende
Nanterre
(Região de Paris)
RER (Linha A): Nanterre
Prefecture
Telef.: 47259134**

CDU/Emigração
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1
1699 Lisboa CODEX
Telef: (1)793 6272
Fax: (1)796 9126

O TÊXTIL E O VESTUÁRIO NO DISTRITO DO PORTO QUE FUTURO?

Colóquio
com a participação de

Sérgio Ribeiro
Manuel Freitas
Ilda Figueiredo
António Lopes

Domingo, 10 de Abril, 14h30
Salão Nobre da CM

Santo Tirso

20 anos
VIVA ABRIL

**"20 Anos
de Abril
através do Cartaz"**

Mostra de cartazes no CT da
Boavista, Porto
integrada no ciclo de comemorações
do 20º aniv. do 25 de Abril
que a DORP está a promover.

Abertura: sexta-feira, dia 8, às 18h30

**JCP
Reunião
da Direcção na Nacional**

sábado e domingo no CT Vitória

Sábado às 15h:
discussão sobre o 25 de Abril
com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL

Debate Bar da JCP
todas as sextas-feiras, das 22 às 2 da manhã,
esta semana com a presença de
**Salah, 1º secr. da
representação da OLP em Portugal**
(Dia 8, 21.30)

**ESTRATÉGIAS DE
COMBATE À DROGA**
Respostas da sociedade

AUDIÇÃO

Quarta-Feira 13 Abril 94
17.00h

CENTRO EUROPEU JEAN MONNET
Largo Jean Monnet, 1 - 6º - LISBOA

TORRES NOVAS

Colóquio com **ÁLVARO CUNHAL**
promovido pelo Cine Clube de Torres Novas:

"A democracia e o 25 de Abril"

Sexta-feira, dia 15 de Abril, 21h30, na Alcaidaria do Castelo

MARINHA GRANDE

Sede da Ordem, Sexta-feira, dia 15, 21h30:

Sessão com o gen. Vasco Gonçalves
sobre a Revolução de Abril

DEBATE-CONVÍVIO
Sobre a preparação da Festa de 1994

Dia 16 de Abril
(sábado)
As 15.00 horas
Quinta da Atalaya

No final haverá
Lanche de confraternização

Festa de Abril

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 7

CANAL 1

08.00 Bom Dia
08.05 Rua Sésamo
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.40 Ruth, Esposa Querida
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Sarilhos Com Elas
16.40 Na Rede de Intrigas
17.40 Caderno Diário
17.45 Cupido Electrónico
18.15 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Lotaria Nacional
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Isto... Só Vídeo
22.05 Você Decide
23.20 Os Anos de Ouro
00.15 24 Horas
00.55 Bem-vindo à Terra Prometida
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
13.00 Um Advogado em Berlim
13.50 A Caminho com Ulisses
14.10 Sem Legendas
15.00 A Austrália de Ben Cropp
15.50 A Minha Gente
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
17.50 Irei para Longe
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Pantanel - Demónios no Paraíso
20.45 Sem Limites
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.05 Amazônia
22.55 Remate
23.05 As Piores Intenções
24.00 Bom Trabalho
00.55 Magazine «Ecologia/Ciência»

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.50 Tostões e Milhões
00.30 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Olá, Cristina!
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarra
23.45 Informação
24.00 O Génio do Mal
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 8

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Haydaze
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.40 A Casa Cercada
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Na Rede de Intrigas
17.40 Caderno Diário
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente (últ. episódio)
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 Concurso «1, 2, 3»
23.05 O Trunfo É de Copas
(ver «Filmes na TV»)
00.55 24 Horas
01.35 Kuffs, Agente Indomável
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Um Advogado em Berlim
13.40 Segredos do Mundo
14.30 Sem Legendas
15.20 A Austrália de Ben Cropp
16.15 A Minha Gente
16.50 Infantil
17.50 Irei para Longe
18.35 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Outras Margens
20.00 Quem Fala Assim
20.50 Futebol: Estrela da Amadora-F.C.Porto
23.00 TV2 Jornal
23.35 RTP/Financial Times
23.40 Amazônia
00.25 Remate
00.35 Os 4 Filhos de Katie Elder
(ver «Filmes na TV»)

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Mini Chuva de Estrelas
22.30 Sete à Sexta
23.40 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 Luzes da Ribalta
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Olá, Cristina!
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Já Tocou na Faculdade
20.25 Futebol: Nantes-PSG
22.20 O Lobjovem
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Informação
00.30 Regresso Impossível (Telefilme)



Com Trabalho, uma série em 4 episódios produzida pela BBC e passada nos anos negros do thatcherismo: a ver à quinta-feira ao fim da noite na TV2

Sábado, 9

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Blossom
14.00 Clube Disney
15.30 Emoções Fortes
16.00 Watusi, o Gigante Africano
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Beverly Hills 90210
18.25 Made in Portugal
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Mandala
21.35 Parabéns
23.15 Vingança Sangrenta
(ver «Filmes na TV»)
00.45 David e David
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Tarzan no Deserto Misterioso
(ver «Filmes na TV»)
13.10 Tauromaquia
13.40 Musical: «JNXS»
14.30 Um Cão na Família
15.00 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.25 Irmãs
23.00 Sexualidades
23.35 A Mulher de Rose Hill
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 O Eterno Feminino
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Desporto
16.45 Grandes Planos
17.15 P.S., Eu Amo-te
18.15 Encontros Imediatos
18.55 Nunca Digas Banzal
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Torre da Morte
(ver «Filmes na TV»)
22.30 Sábado Mágico
00.35 Último Jornal
00.55 Água na Boca
01.55 Boxe

QUATRO

10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.05 A Superpatrulha
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 O Jogo do Ganso
00.05 Custou mas Valeu
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Missão Impossível
15.20 Napoleão e Samantha
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Dinossauros
17.30 Simpsons
18.00 Desfile: «Ano da Segurança Rodoviária»
19.00 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.15 Mandala
22.45 Contos Assombrosos
23.15 O Cheque Está no Correio
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Tramas de Seda

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Made in Barcelona
11.00 Missa
11.55 70 x 7
12.25 Forum Musical
13.25 Regiões
14.30 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
23.35 Artes e Letras: «William Holden»
00.30 Chove no Meu Coração
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 As Ilhas Encantadas
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Tudo pelas Notícias
18.35 Obras em Casa
19.00 Uma Mulher dos Diabos
20.00 Jornal da Noite
20.40 Labirinto
21.30 Um Rei em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
23.30 El Lute
01.30 Último Jornal
01.55 Histórias do Além

QUATRO

09.00 Informação religiosa
09.30 Missa (T.D. de Roma)
12.30 Coisas de Família
13.05 A Casa do Tio Carlos
14.00 Vamos ao Circo
14.55 A Falta que Ela nos Faz
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Estrelas de Miami
18.00 Moda
18.30 Modelo e Detective
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Passados dos Carretos
21.15 O Turno da Noite
23.00 X Files
23.50 Caixa de Perguntas
00.20 Últimas Notícias

No reino das telenovelas: sem intervalos, acabam umas, começam outras...

Segunda, 11

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
14.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Ivy
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 A Filha da Cornélia
23.15 Desaparecidos
23.40 24 Horas
00.20 Domingo Negro
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 Sobreviver
15.10 Infantil
16.30 Uma Chance num Milhão
(ver «Filmes na TV»)

Terça, 12

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Ivy
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Nico d'Obra
22.10 Debate sobre o 25 de Abril
24.00 O Guarda do Palácio
00.50 24 Horas
01.30 Butley
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 Dossier Terra
15.10 Infantil
16.30 Momentos Difíceis
(ver «Filmes na TV»)

Quarta, 13

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Cupido Electrónico
14.45 Ponto por Ponto
15.50 Crime, Disse Ela
16.50 Ivy
17.50 Caderno Diário
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
18.50 Com a Verdade M' Enganas
19.35 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.15 Futebol: F.C.Porto-Milão
22.30 Mandala
23.20 Vamos Jogar no Totobola
23.45 A Culpa É do Pacote
(ver «Filmes na TV»)
01.20 24 Horas
02.00 Desforra Apache
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Maestro
13.50 Um Advogado em Berlim
14.40 O Mar e a Terra
15.10 Infantil



Steven Spielberg, produtor, e um grupo de notáveis realizadores inspiraram-se em «Twilight Zone» para criar Contos Assombrosos, uma série agora em exibição ao domingo à noite no Canal 1

18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Irei para Longe
19.45 Quando Toca a Vez
20.20 C.I.A.
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Teatro: «Tio Vânia»
00.20 Remate
00.30 Milena
01.25 Amazônia
02.10 Magazine «Cinema»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você está na SIC
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.00 O Silêncio dos Inocentes
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola
00.55 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Carlos Magno
22.50 Os Anos de Abril
00.15 Informação
00.40 Desporto
01.10 Forum

18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irei para Longe
19.40 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 A Viúva Negra
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Remate
24.00 O Mestre e Margarida

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você está na SIC
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Debate: 25 de Abril
23.20 Balada de Nova Iorque
00.15 A Bolsa e a Vida
00.45 De Boca em Boca
00.55 Os Donos da Bola
01.25 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Já Tocou na Faculdade
20.25 Futebol: Arsenal-PSG
22.20 Jardins de Pedra
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Informação
00.45 Na Mira do Crime

16.30 Terras Baixas
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irei para Longe
19.45 Realce
20.12 A Guerra de Thanh
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Amazônia
23.05 Remate
23.30 Quem Fala Assim
00.25 Heimatt II
01.30 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Na Cama Com...
23.30 De Boca em Boca
00.10 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Histórias do Além

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Queridos Inimigos
23.45 Ai, Amor!
00.15 Informação
00.40 Na Mira do Crime



Por isto e por aquilo...

O Génio do Mal (Quinta, 23.45, Quatro)

Com argumento baseado num célebre caso de justiça que apaixonou a América nos anos 20 (e no qual Hitchcock também se inspirou para levar a cabo essa curiosa experiência cinematográfica que foi A Corda), O Génio do Mal conta-nos a história de dois jovens e brilhantes estudantes que, apaixonados pelas teorias de Nietzsche sobre o «homem superior», raptam um rapaz e matam-no com grande frieza, deixando entretanto escapar um indício que irá incriminá-los: os óculos pertencentes a um dos assassinos. O filme, que apresenta sequências excelentemente montadas das cenas do julgamento - um dos pontos altos do filme - tem um argumento relativamente irregular porquanto deixa um pouco nebulosa a explicitação do seu verdadeiro significado, alternando entre a denúncia da mentalidade decadente dos criminosos, o suspense do inquérito policial ou a denúncia da pena de morte - embora as posições do advogado (excelentemente interpretado por Orson Welles, que, a par de Dean Stockwell e Bradford Dillman, alcançou o galardão para o melhor actor no Festival de Cannes) claramente se inclinam para o reconhecimento da culpabilidade dos assassinos, ao mesmo tempo que se pronuncia fortemente contrário à pena máxima.



Orson Welles, intérprete principal de «O Génio do Mal», de Richard Fleischer

A Casa Cercada (Sexta, 14.40, Canal 1)

Um militante do Sinn Fein, esgotado por uma vida de combate contra a opressão inglesa, decide renunciar à luta e preparar uma retirada para os Estados Unidos, empresa em que é descoberto e acaba por passar uma noite inteira de sofrimento e angústia em que os acasos da fuga o levam a cruzar-se com as personagens mais estranhas, até ser abatido com a companhia à beira do porto. Com acção localizada em



Claire Bloom e Charles Chaplin, em «Luzes da Ribalta»

Belfast, no pós-guerra, A Casa Cercada é, certamente, a obra-prima de Carol Reed, um grande realizador britânico, e, sem dúvida, a melhor interpretação da carreira de James Mason. Mas não só: através da fabulosa fotografia de Robert Krasker e de um argumento extremamente bem escrito, Carol Reed consegue transmitir-nos, num crescendo cada vez mais sufocante, a derradeira luta de um homem só contra a hostil sociedade que o cerca, transformando esse ignoto caminhar da trágica realidade quotidiana (como bem observam Raymond Lefèvre e Raymond Lacourbe) no protagonista de um «estranho pesadelo expressionista». Um dos melhores filmes da semana, criminosamente desprezado pelo Canal 1 num horário impossível!

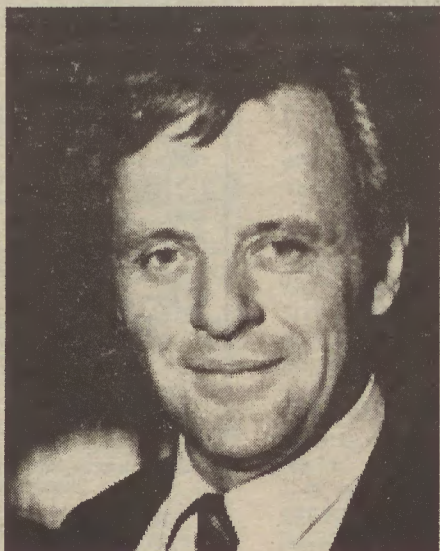
O Trunfo é Copas (Sexta, 23.05, Canal 1)

Seguindo um pouco a linha de O Feitiço da Lua (Moonstruck), de Norman Jewison, O Trunfo é Copas é também um filme pleno de humanismo que nos conta a história de uma família italiana que vem para Londres onde o pai acaba de abrir um café na sequência dos proventos que conseguiu arrecadar como exímio jogador. Contado sobretudo através dos olhos do filho mais novo da família, e das suas apreciações sobre a vida e a «realidade» (não isentas de uma forte dose de ingenuidade e credulidade, como é o caso da irresistível cena inicial em que ele imagina as cenas que levaram os pais a cair nos braços um do outro), o filme é um interessantíssimo retrato do ambiente familiar de emigrantes italianos de várias gerações e foi realizado com extrema sensibilidade por Jon Amiel, o reputado realizador britânico dessa brilhante série de televisão que foi O Detective Cantor. A não perder.

Luzes da Ribalta

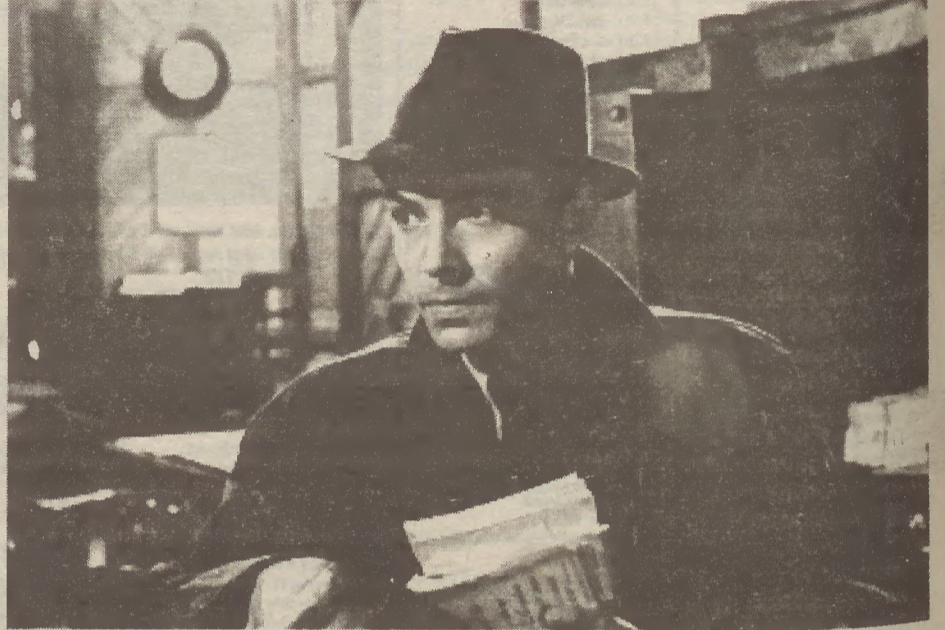
(Sexta, 01.00, SIC)

Aproxima-se do fim o excelente ciclo que a SIC dedicou a Charlie Chaplin, agora com obras claramente pertencentes ao período dos filmes «sonoros». E, talvez por isso, é já com saudades que recordamos, de novo, os pequenos



Sir Anthony Hopkins e Jodie Foster, intérpretes principais de «O Silêncio dos Inocentes», de Jonathan Demme

e impagáveis grandes filmes mudos protagonizados por esse inesperado vagabundo Charlot, entrados que estamos na fase da carreira de Chaplin em que mais vêm à superfície as suas contradições e insuficiências no domínio da matéria sonora ou do cinema falado, o que se reflecte nas suas próprias interpretações, bem distantes, em qualidade, do período do «mudo». E também uma fase em que alguns dos seus filmes pecavam pelo exacerbado sentimentalismo e tendência para o melodrama, que tanto prejudicaram a acutilância da sua mensagem. Luzes da Ribalta, filme famoso e nunca de mais exaltado, é o início da curva descendente de um grande criador do cinema - aqui com Buster Keaton a roubar-lhe ironicamente os



Um fotograma de «A Casa Cercada», uma obra-prima de Carol Reed, com James Mason

louros, na curtíssima e impagável cena em que faz de pianista...

A Mulher de Rose Hill (Sábado, 23.35, TV 2)

Pelo contrário, este filme de Alain Tanner, poderia cair na tentação do melodrama, se tratado num estilo naturalista e apelando às lágrimas. Mas esta história em que um camponês casa, por anúncio, com uma jovem negra natural de uma ilha do Índico, que acaba por abandoná-lo para se entregar ao filho de um pequeno industrial local - tudo acabando em tragédia -, é inscrita pelo realizador numa paisagem e num contexto social concretos, a imperturbável serenidade da província suíça, o que lhe dá o contraponto necessário para, tal como ele próprio defende, inserir a verdade não no «simulacro da realidade» mas «na arte de a representar».

Um Rei em Nova Iorque (Domingo, 21.30, SIC)

Fortemente crítico em relação à realidade norte-americana - e talvez por isso apenas visto neste país 16 anos após a sua rotagem! - Um Rei em Nova Iorque, a despeito de alguns bons momentos envolvendo as aventuras de um monarca de um suposto país, a Ruritânia, que se torna numa vedeta da TV, é uma obra menor de Charles Chaplin e, como tal, não vem a contar nada à sua gloriosa carreira, embora a sua visão constitua sempre uma renovada curiosidade.

Chove no Meu Coração (Domingo, 00.30, TV 2)

Trata-se de um filme muito pouco visto de Francis Ford Coppola, uma obra de início de carreira, intimista, que nos conta a história de uma mulher que, cansada da sua vida vazia de dona de casa, resolve partir à aventura «pela estrada» - numa jornada que acaba tragicamente em sangue. Um filme que justamente não atingiu os favores da crítica ou do público mas que é um retrato das preocupações e conturbações que abalavam a América nos anos 60.



Uma Chance num Milhão (Segunda, 16.30, TV 2)

Demonstrando uma completa desorientação face à concorrência, a RTP parece ter alterado no início desta semana os seus critérios de programação cinematográfica, abandonando (temporariamente?) as suas matinées no Canal 1 para passar a inserir filmes na TV 2, enquanto que, naquele (porventura para concorrer com os «futebóis» da SIC), passa agora transmitir uma série de Kung Fu (!!!), a que se segue a reposição dessa enormidade que dá pelo nome de Cupido Electrónico. Resta saber o que a TV 2 agora vai oferecer na matéria. Receia-se que se trate de um vazadouro de telefilmes, como este a que,

apesar de tudo, as referências apontam uma qualidade superior à mediania do género e nos conta a trajetória de um famoso jogador de baseball - Ron LeFlore - desde os seus conturbados tempos de jovem delincente.

O Silêncio dos Inocentes (Segunda, 22.00, SIC)

Talvez que, por muitos anos, esta interpretação de Anthony Hopkins vá permanecer como uma referência incontornável no que aos filmes de horror diz respeito. Tudo começa na primeira e espantosa cena de O Silêncio dos Inocentes, em que o vemos, em plena cela, com a controlada quietude própria dos animais mais ferozes e sanguinários, seguros do seu poder e indestrutibilidade. Uma cena que, mesmo nas sequências em que ele não está presente, marca definitivamente a atmosfera sinistra de todo este filme, brilhantemente realizado por Jonathan Demme sempre à beira do risco - que a adaptação de todas as histórias excessivas comporta - e que o realizador domina, quase por completo, numa das mais terríveis e chocantes obras cinematográficas dos últimos anos. Alguns traços da história são conhecidos, pelo «barulho» que o filme despertou: ela gira à volta de um tenebroso assassino «em série», Hannibal Lecter, que tem o estranho hábito de... comer as suas vítimas (e, por isso, é conhecido por Hannibal, O Canibal), embora os investigadores se sirvam dele para tentar arrancar pistas que levem à prisão de um outro assassino, conhecido por Buffalo Bill, este com um outro estranho costume... o de tirar a pele às pessoas que mata. Jodie Foster, no papel de investigadora, tem um outro excelente papel nesta nova face da temática a bela e o monstro. Um filme cuja visão naturalmente apenas se aconselha a quem tenha nervos de aço...

A Viúva Negra (Terça, 22.10, TV 2)

Filme de «mistério e crime», A Viúva Negra é a história de uma mulher (Theresa Russell) que casa sucessivamente com uma série de milionários, para assassiná-los, um após o outro... Uma história aparentemente banal e rasteira, que poderia dar um filme de terceira ordem, não fora o talento de Bob Rafelson que nos poupa momentos de eventual e arbitrário suspense para rodar este argumento numa atmosfera do melhor filme negro dos nossos dias, não isento de imagens fortes e «eventualmente chocantes», mas com grandes interpretações, sobretudo de Dennis Hopper e de Debra Winger, esta na pele de uma investigadora do Departamento de Justiça.

Jardins de Pedra (Terça, 22.20, Quatro)

Este filme de Francis Ford Coppola dividiu, justamente, os seus admiradores: o problema estava em saber se se trata de um filme militarista ou antimilitarista. O argumento (e muitos dos diálogos dele extraídos) deixa, aliás, lugar a todas as dúvidas: no Cemitério Nacional de Arlington, uma companhia cumpre regularmente um solene ritual, o de formar a guarda de honra no enterro dos soldados mortos na guerra do Vietname; e se pode detectar-se, no sublinhar «patriótico» dessas paradas, alguns dos traços mais conservadores de um John Ford, por exemplo, o contraponto (qual alibi?) reside nas interrogações do sargento Hazard (James Caan) quanto à utilidade e justiça do sacrifício a que aquela guerra de agressão obrigou tantos e tantos milhares de jovens americanos. No meio das contraditórias emoções que o filme desperta, cabe ao espectador tirar as suas próprias conclusões.

Butley (Terça, 01.30, Canal 1)

Conhecida que é, do espectador exigente, a generalizada indigência dos filmes escolhidos pelo Canal 1 para as suas «últimas sessões» quotidianas, é verdadeiramente inqualificável que o mesmo canal programe para a uma e trinta da manhã de um dia de semana um filme como Butley, primeira (e notável) experiência do argumentista e dramaturgo britânico Harold Pinter na realização cinematográfica, aqui adaptando para o American Film Theatre uma comédia dramática de Simon Gray em que Alan Bates interpreta fabulosamente o mesmo papel que já representara, três anos antes, nos palcos londrinos: o de um estranho professor que passa pela desventura de ser abandonado pela mulher e pelo seu assistente homossexual...

■ Correia da Fonseca

Abril na TV primeiro episódio



cas de um antipêcpismo delirante e feroz. O terceiro que ainda hoje se assume como homem de direita, tem todo o ar de poder encontrar lá por casa, se bem vasculhar na adequada gaveta, um arruma-

do mas não esquecido emblema da Legião Portuguesa. Quer isto dizer que a RTP não encontrou, obviamente porque não quis, nenhum historiador da área do Partido Comunista cuja presença conferisse uma mais completa e justificada pluralidade à equipa de comentadores «residentes» desta série de programas.

Um estilo peculiar

Contudo, se escasseavam os comunistas, ou sequer os que com os comunistas se parecessem, no estúdio onde decorreu esta emissão do «De Caras», em contrapartida abundavam os anticomunistas mais do que a circunstância exigiria. Como um dia escreveu **Françoise Giroud**, que contudo já então estava bem longe de simpatias pelo PCF, «o anticomunismo é o espelho lisonjeiro onde os fascistas gostam de se mirar». Ora, contando apenas os que mais se evidenciaram ao longo do debate, estavam ali **Braga de Macedo**, **Nuno Rogeiro**, **Alberto João Jardim**, qualquer deles furioso participante da santa cruzada onde todos os direitistas se encontram por maiores que sejam as alegadas, e quase sempre apenas superficiais, distinções que os separam. E se a presença de **Macedo** ainda podia encontrar explicação, embora de duvidosa procedência, na sua qualidade de historiador, já será menos fácil de justificar as de **Nuno Rogeiro** e de **Jardim**.

Nuno Rogeiro porquê? Por ser subdirector de um semanário criptofascista que desde sempre se especializou em vomitar ódios sobre o 25 de Abril? Por ser praticamente «da casa» e portanto ninguém dever estranhar que estivesse no «De Caras»? Por ser filho de um ministro de **Marcelo** no 24? Mais valera, quanto a mim, que viesse o próprio **Clemente Rogeiro**, de quem aliás colho a impressão de ser mais cordato e civilizado que **Nuno**. Pior que a vinda do jovem «analista», porém, foi a de **Alberto João Jardim**, sujeito aparentemente menos firme e ríspido em matéria de convicções, mas especialista na provocação arruceira e num peculiar estilo cuja inspiração se situa a meio caminho entre a tasca e o circo. De facto, é muito difícil entender o convite endereçado a **Jardim**, homem que nunca foi do 25 de Abril e que, pela total falta de educação que adopta como arma de arremesso, é bem capaz de inviabilizar todo um clima de debate correcto.

Foi essa inviabilização que, de resto, quase aconteceu: fica a gente a pensar se não terá sido exactamente esse o secreto propósito de **José Eduardo Moniz**. Mas não quero ser injusto, prefiro pensar que **Moniz** se deixou seduzir pela espectacularidade de **Jardim** a fim de animar o ambiente. Como um monarca antigo que deixasse entrar o bobo da corte no salão onde se discorresse sobre coisas sérias.

Não sei já onde, e isso é o que menos me importa, li umas linhas enjoadas em que um sujeito torcia o nariz perante a convergência das três emissoras portuguesas de Televisão — RTP, SIC e TVI — no sentido de transmitirem

porventura, arriscar cepticismos. É que só quem ignore, ou queira ignorar, a escassa simpatia que o 25 de Abril inspira a muitos dos que se instalaram nos diversos poderes é que pode esperar que as emissões comemorativas sejam integralmente fiéis à grandeza do acontecimento com todas as suas implicações. Bem se sabe que há por aí muitos corações a bater pelo «24», e já não tão clandestinamente quanto há uns anos atrás. Seria de muito espantar que essa circunstância não se reflectisse no que vamos ver e ouvir na(s) TV(s) no decurso das próximas semanas.

Não se creia, porém, que todas as previstas telecomemorações vão ser feitas a contragosto, mesmo por quem eventualmente se aplicaria com mais vocação e empenhamento a comemorar o 28 de Maio. É que, já agora, parece possível aproveitar a oportunidade para retocar a História mais de harmonia com o que, não tendo ocorrido, era desejável que ocorresse. Ou de outra maneira: de harmonia com o que mais valera não ter acontecido e contudo aconteceu, designadamente a longa, obstinada e inegavelmente corajosa resistência dos comunistas ao fascismo que, aliás, como sabiamente nos repetem, nunca por cá existiu.

Défice de pluralidade

Essa fundamental presença comunista no processo de libertação do País é um factor incómodo que urge minimizar, pelo menos em certos contextos. É decerto no quadro dessa conveniência que na referida emissão de «De Caras» foram colocadas na primeira linha das intervenções figuras que pouco ou nada tiveram a ver com o derrube do fascismo, enquanto o único comunista que pôde falar estava arrumado lá para trás, numa secundarização que dificilmente poderia ser ingénua ou inocente tratando-se, como se tratava, de uma emissão de TV, isto é, de um

meio onde a visualização é fundamental. Não se creia, porém, que isto vai ser sempre assim. É fácil prever que quando as emissões passarem a ocupar-se dos «erros», «excessos» e demais desgraças alegadamente decorrentes do 25 de Abril, logo os comunistas serão fartamente evocados como fautores de tudo isso e de alguma coisa mais, estejam ou não sentados na primeira fila das cadeiras dispostas no estúdio.

Por outro lado, assinala-se a presença em «de Caras», nesta emissão inicial e também nas duas que vão seguir-se, de três sábios, três historiadores da realidade portuguesa deste século. Um deles é socialista e participou há 20 anos, como oficial miliciano, na operação desencadeada pelo M. F. A.. Um outro é antigo dirigente do MRPP, grupo que, como se sabe, sempre deu provas públi-

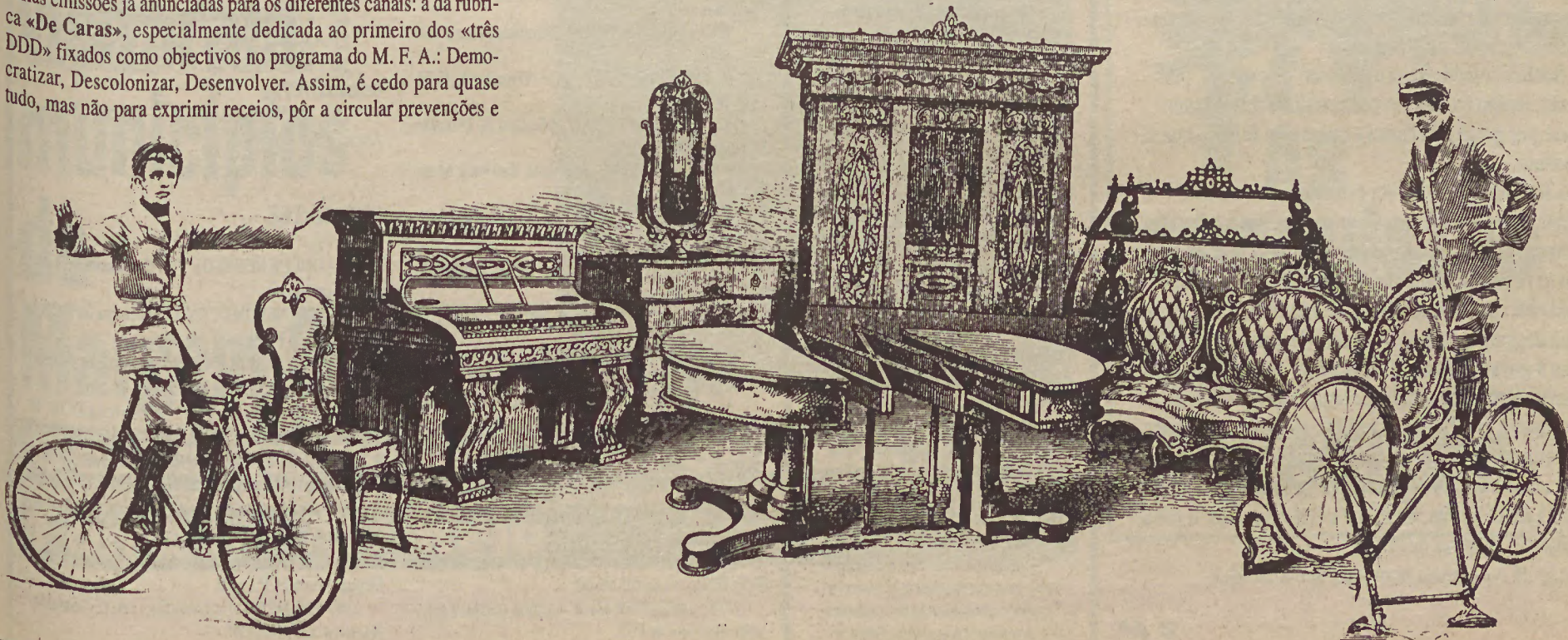


debates acerca do 25 de Abril e do seu 20.º aniversário. Escrevia o homem que essa simultaneidade era mais um lamentável caso de mútua imitação, tal como já acontece com as telenovelas, os concursos, os futebóis e os «reality shows». Aparentemente, a incomodada criatura não é capaz de estabelecer uma diferença de qualidade, grau ou qualquer outra, entre celebrar a difícil reconquista da Liberdade e transmitir concursos onde saem fritadeiras ou automóveis.

Contudo, a questão que se põe é outra, como costuma dizer o insubstituível **Pacheco Pereira**: é a de saber quem, e como, vai em cada estação comandar a evocação de Abril, sabendo-se que, passe o aparente paradoxo, Abril não é apenas Abril mas também os muitos anos que o precederam, e também que este dado fundamental não é gostosamente lembrado pela generalidade das gentes que hoje põem e dispõem nas Televisões portuguesas.

Nem sempre a contragosto

No momento em que escrevo, ainda só foi para o ar uma das várias emissões já anunciadas para os diferentes canais: a da rubrica «De Caras», especialmente dedicada ao primeiro dos «três DDD» fixados como objectivos no programa do M. F. A.: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Assim, é cedo para quase tudo, mas não para exprimir receios, pôr a circular prevenções e



de FOICE

Em família

Nos últimos tempos, anda tudo num desatino a barafustar com Cavaco Silva por causa do seu louvor à família. Não percebo. Acho mesmo que a má vontade tem limites e lá porque não gostam do homem não está certo que desfaçam em tudo o que diz ou faz. Digam-me lá: há coisa mais bonita do que a família? Não há.

Fizeram ou não um escarcéu dos diabos para juntar a família da 'pequena Benedita'?

Fizeram.

Choveram telefonemas na TVI, na passada semana, a protestar contra o 'Costa do Castelo' quando a Luisinha de olhos em alvo soltou a garganta em louvor da sua casinha e da alegria reinante no lar dos pobres?

Não choveram.

Houve manifestações de protesto contra o ano europeu da família?

Não houve.

Os fiéis deixam de ir à Igreja por esta defender a família?

Não deixam.

Os portugueses não querem fazer parte da grande família europeia?

Querem.

Os concursos televisivos para a família não são um sucesso?

São.

Então?! Porque é que Cavaco Silva não há-de poder defender a família, louvar a família, falar em família? Por causa do Marcelo Caetano? Pfff... O professor que sucedeu ao professor e antecedeu o professor ficaria verde de inveja se voltasse do além e visse com quantas aulas se faz um sucesso. Da família para a escola, da escola para o PSD, do PSD para o governo, do governo para a Europa, da Europa para o mundo. Na minha modesta opinião, Cavaco Silva está a fazer um favor ao país ensinando a receita. Estou até em crer que foram as suas profundas preocupações com a família, naturalmente partilhadas por todos os membros do seu executivo, que levaram há dias o Ministério da Educação a produzir as novas normas sobre faltas de professores e sua incidência na contagem do tempo de serviço para progressão na carreira. Faltas por casamento, baptizado, morte de familiares, nascimento de filhos, assistência a familiares menores, desempenho de cargos autárquicos, dispensas para formação, não constam da listagem enviada às escolas com o rol das que são consideradas justificadas.

Contra a família, uma tal medida? Nem por sombras. Casem nas férias, morram em Agosto, adoeçam na Páscoa, nasçam no Natal!

A família defende-se progredindo na carreira, pois então, tempo é dinheiro como todos sabem, quem corre por gosto não cansa e quem tem família que a sustente.

Cavaco Silva bem se tem esforçado por ensinar a lição, até se sujeita agora a ir mais vezes à televisão, coitado, mas os portugueses são um bocado duros de ouvido e não há meio de aprenderem. Por exemplo, ainda não perceberam que o desemprego, ao invés de uma desgraça, é uma oportunidade única de ficar em casa a gozar as delícias da família; ou então que o salário curto, em atraso que seja, é um verdadeiro estímulo à criatividade familiar, ao espírito de entreatada, à solidariedade, à compreensão; ou ainda que não há nada melhor do que trabalhar em família, a mãe a fazer rissóis, os filhos a cozer sapatos, o pai a consertar chapéus de chuva.

Ele há lá coisa mais bonita do que a família!

■ AF

Apresentação da lista CDU para as europeias «O melhor para Portugal»

A lista de candidatos da CDU concorrente às próximas eleições ao Parlamento Europeu foi apresentada na terça-feira, num hotel em Lisboa. Com a presença de inúmeras personalidades da vida pública portuguesa, os nomes seriam apresentados por Avelãs Nunes, sendo revelado que José Barata-Moura, actual deputado europeu, será o mandatário nacional da candidatura da Coligação. Na ocasião, o cabeça de lista, Luís Sá, faria uma intervenção da qual transcrevemos alguns extractos.

«(...) Temos uma lista de grande qualidade e que constitui uma garantia segura de que no Parlamento Europeu a CDU continuará a ser quem mais e melhor defende os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres. Numa só frase: a CDU será melhor para Portugal.

«Comprometemo-nos a trabalhar de forma constante e sem descanso para defender no Parlamento Europeu os interesses de Portugal e dos portugueses, em particular dos trabalhadores, dos que menos têm, dos que mais precisam de protecção e auxílio.

«Comprometemo-nos a que nunca abdicaremos de defender a soberania e a independência nacionais em nome do fortalecimento de burocracias distanciadas dos povos e sem controlo democrático.

«Comprometemo-nos a defender uma Europa de paz e cooperação entre nações livres e iguais e a combater uma Europa dirigida por um directório de grandes potências, que esmague e dirija com arrogância crescente os destinos dos pequenos países.

«Comprometemo-nos a defender uma Europa com uma efectiva política social, que realize a Carta Social Europeia dos Trabalhadores e a igualização no progresso das condições de vida e de trabalho e que se empenhe no combate ao desemprego e na redução progressiva, faseada, mas rápida e constante, dos horários de trabalho sem perda dos seus direitos.

«Comprometemo-nos a combater a prioridade que o Governo e a Comunidade Europeia dão às políticas de convergência nominal definidas no Tratado de Maastricht (inflação, défice público e dívida pública) e a lutar pela prioridade à convergência real, com particular destaque para o crescimento económico e a criação de emprego.

«Comprometemo-nos a defender a necessidade e o direito de Portugal desenvolver a sua agricultura, o direito dos trabalhadores agrícolas e dos agricultores a produzir e a lutar por uma reforma da Política Agrícola Comum que tenha em conta a situação específica dos países mais atrasados e das agriculturas do sul da Europa.

«Comprometemo-nos a lutar para que a coesão económica e social seja uma realidade e não um mero objectivo proclamado e que a correcção de desigualdades entre países e entre regiões se transforme num objectivo prioritário.

«Comprometemo-nos a lutar por uma política de educação e de cultura baseada no respeito pelas identidades próprias de cada Estado e pela valorização das suas diferenças com base na ideia de que a cultura europeia será tanto mais rica quanto maior for a diversidade e a cooperação entre culturas nacionais.

«Comprometemo-nos a lutar para que sejam concretizados altos níveis de protecção ambiental, para que o ambiente não seja sacrificado à concorrência e por uma execução efectiva dos níveis de protecção definidos, que contribua para a qualidade de vida dos cidadãos.

«Comprometemo-nos a lutar para que o povo português e os povos da Europa comunitária sejam informados dos assuntos que lhes dizem respeito, em vez de serem apenas sub-

mergidos por enormes doses de propaganda e confrontados com a «Constituição», o símbolo, o hino e a bandeira da Comunidade na razão inversa da informação verdadeira e objectiva de que efectivamente dispõem.

«Comprometemo-nos a defender que as relações externas da Comunidade Europeia não substituam a acção própria de cada Estado, e que se baseiem na constante defesa da paz, do bem-estar, da igualdade, de uma nova ordem económica internacional mais justa e dos direitos dos povos a disporem livremente do seu destino.

«Na nossa época a interdependência dos países, dos povos e a internacionalização das economias é crescente e é um dado objectivo. Nós não defendemos posições neo-isolacionistas. O que dizemos com clareza é que a interdependência não tem que conduzir à dominação de umas nações por outras, antes torna ainda mais necessárias relações de igualdade e o reconhecimento da plena dignidade de todas as nações. Nem aceitamos que se confunda o nosso patriotismo, defensor dos interesses nacionais e aberto ao mundo, com o nacionalismo agressivo e xenófobo de que sempre fomos os principais opositores.

«Não somos como os outros que escondem o federalismo que defendem em Bruxelas, remetendo-o à clandestinidade em Portugal.

«Não somos como o PS e o PSD que ocultam o apoio às políticas de convergência de Maastricht, como se essa não fosse uma parte essencial do Tratado.

«Não somos como o primeiro candidato do PSD, que esconde o apoio



«Pelo Progresso de Portugal numa Europa de Cooperação» é um dos lemas da CDU

à política económica do Governo, criticando o partido a que pertence e o Governo que esse partido integra como se fosse candidato de um partido de oposição.

«Não colaboraremos no jogo de escondidas, no jogo de máscaras, em que outros querem transformar esta campanha eleitoral.

«Temos uma só cara. A nossa verdade não muda conforme o candidato e o seu lugar na lista ou conforme estamos em Lisboa, no Porto ou em Bruxelas. Podem contar connosco: verdade e transparência, agora e no exercício futuro do nosso mandato. «Podem contar connosco

para uma campanha serena, séria e rigorosa.

«(...) Temos confiança no futuro e no resultado desta batalha, se soubermos mobilizar o esforço e as vontades dos milhares de activistas e apoiantes da CDU que daqui saudamos, está ao nosso alcance um bom resultado.

«(...) Confiança no futuro também porque, no momento em que comemoramos os 20 anos da Revolução de Abril, continuamos a lutar e a identificar-nos inteiramente com os seus valores e conquistas: a liberdade, a justiça, a igualdade, a soberania e independência (...).

Candidatos CDU ao Parlamento Europeu

EFFECTIVOS

- 1º - LUIS SÁ - Comissão Política do PCP. Deputado à AR.
- 2º - JOAQUIM MIRANDA DA SILVA - Deputado PCP ao PE desde 1986.
- 3º - SÉRGIO RIBEIRO - Deputado do PCP no Parlamento Europeu.
- 4º - ISABEL CASTRO - Deputada pelos «Verdes» à AR.
- 5º - HONÓRIO NOVO - PCP. Vereador da C. M. V.N. de Gaia.
- 6º - AMÉLIA PARDAL - Membro da Direcção Nacional da JCP.
- 7º - ALICE VIEIRA - Jornalista. Escritora. Membro do PCP.
- 8º - BLASCO HUGO FERNANDES - Presidente da ID.
- 9º - ANTÓNIO FERRARIA - Independente. Dir. Nacional da CNA.
- 10º - JOSÉ SARAGAMO - Escritor. Membro do PCP.
- 11º - RUI NAMORADO ROSA - PCP. Vice-Reitor da Univ. de Évora.
- 12º - MANUEL FREITAS - CC do PCP. Executiva da CGTP-IN.
- 13º - ALEXANDRINO SALDANHA - Membro do PCP.
- 14º - ANTÓNIO BABO - Membro do PCP.
- 15º - HERBERTO GOULART - Membro da Comissão Directiva ID.
- 16º - MARIA DO CARMO TAVARES - CC do PCP. Executiva da CGTP-IN.
- 17º - CARLOS FRAIÃO - Comité Central e Conselho Nacional do PCP.

- 18º - DOMINGOS LOPES - Comité Central do PCP.
- 19º - CARLOS AMARO - Membro do PCP.
- 20º - MANUELA CUNHA - Comissão Executiva de «Os Verdes».
- 21º - JOSÉ CRUZ - Membro da DOR do Algarve do PCP.
- 22º - JOÃO LOPES - Membro do PCP.
- 23º - ÓSCAR JORDÃO PIRES - Membro do PCP.
- 24º - MANUELA SILVA - Membro do Comité Central do PCP.
- 25º - MANUEL CAMACHO - CC do PCP. Pres. Assoc. Mun. Dis. Beja.

SUPLENTES

- 1º - DULCE REBELO - Vice-Presidente do Conselho Geral da ID.
- 2º - RUI NEPOMUCENO - Executiva da DORA da Madeira do PCP.
- 3º - CARLOS VALE - Executiva da DOR de Castelo Branco do PCP.
- 4º - VIRGÍLIO ALVES - Membro da DOR de Vila Real do PCP.
- 5º - HELOÍSA APOLÓNIA - Comissão Exec. Nacional de «Os Verdes».
- 6º - JOÃO DUARTE - CC do PCP e DOR de Viana do Castelo do PCP.
- 7º - FÁTIMA GARCIA - Gab. de Apoio aos Deputados do PCP no PE.
- 8º - FRANCISCO ALMEIDA - PCP. Conselho Nacional da FENPROF.

